

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE MEDICINA

ADILAINE JULIANA SCARANO VEDOVELLO

**Medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade: uma
estratégia metodológica coletiva e territorial**

São Paulo

2023

ADILAINE JULIANA SCARANO VEDOVELLO

**Medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade: uma
estratégia metodológica coletiva e territorial**

Versão original

Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Ciências

Programa de Mestrado Profissional Terapia Ocupacional
e Processos de Inclusão Social

Área de concentração: Terapia Ocupacional, Contextos
Comunitários e Inclusão Social

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Sandra Maria Galheigo

São Paulo

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Preparada pela Biblioteca da
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

©reprodução autorizada pelo autor

Vedovello, Adilaine Juliana Scarano

Medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade : uma
estratégia metodológica coletiva e territorial / Adilaine Juliana Scarano
Vedovello. -- São Paulo, 2023.

Mestrado Profissional em Terapia Ocupacional e Processos de Inclusão
Social. Área de concentração: Terapia Ocupacional, Contextos Comunitários e
Inclusão social. -- Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Sandra Maria Galheigo.

Descritores: 1.Adolescentes 2.Participação social 3.Prestação de serviços à
comunidade 4.Território sociocultural 5.Terapia ocupacional

USP/FM/DBD-349/23

Responsável: Erinalva da Conceição Batista, CRB-8 6755

Folha de avaliação

VEDOVELLO, Adilaine Juliana Scarano

Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade: uma estratégia metodológica coletiva e territorial

Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências
Programa de Mestrado Profissional Terapia Ocupacional e Processos de Inclusão Social
Área de concentração: Terapia Ocupacional, Contextos Comunitários e Inclusão Social

Aprovada em:

Banca examinadora

Profa. Dra. _____ Marta Carvalho de Almeida

Instituição: _____ USP

Julgamento: _____

Profa. Dra. _____ Maria de Lourdes Trassi

Instituição: _____ PUC São Paulo

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____ Paulo Artur Malvasi

Instituição: _____ FCMSCSP

Julgamento: _____

Dedicatória

À Ariane e Marili (in memoriam)

Mulheres inspiradoras que participaram desta pesquisa e durante este percurso fizeram a passagem para o mundo espiritual.

Aprendi muito com vocês. Sou grata por ter a oportunidade de trabalharmos juntas.

Agradecimentos

Ao meu marido Julis, companheiro de décadas e incentivador desta conquista. Seu apoio me encorajou e me fortaleceu para esta jornada acadêmica;

Aos meus filhos, Caio e Lucas, pelo apoio e compreensão - por muitas vezes me questionaram tamanha dedicação;

À minha mãe Lourdes, minha rede de apoio e inspiração de vida;

À minha professora e orientadora Sandra Maria Galheigo, a quem admiro e respeito. Grata pela paciência, ensinamentos, incentivo e acolhimento. Sua dedicação e generosidade na orientação desta pesquisa, tornaram os desafios mais leves e possíveis;

Aos profissionais do COMEC, em especial aos que participaram deste estudo nos encontros do grupo focal, compartilhando experiências e conhecimentos. Obrigada Andréia, Ariane (in memoriam), Juliana Jodas, Luana, Pedro, Tâmara, Tamires, Vanessa Brambilla e Vanessa Santos. Uma equipe especial que me apoiou e vibrou comigo;

À Uiara, amiga que facilitou os encontros do grupo focal com tanto empenho;

À Marili Foltran (in memoriam) e Elisa De Divittis Camuzo pelas ricas entrevistas cedidas;

À Larissa Mazzotti, amiga e parceria de trabalho. Sua companhia, apoio e trocas me ajudaram a superar os desafios do mestrado profissional. Juntas, compartilhamos os momentos dessa rica experiência;

À Tâmara, amiga e parceria de trabalho, pelo incentivo e trocas;

Ao COMEC, por confiar no meu trabalho e apoiar esta pesquisa;

Às professoras, Maria de Lourdes Trassi, Marta Carvalho, Patrícia Borba e Paulo Malvasi pelas contribuições nas bancas examinadoras. Lurdinha, que honra ter você fazendo parte deste processo.

Aos adolescentes, jovens e famílias que fazem parte desta história.

“Hoje é dia de fazer uma coisa diferente
Falar sobre os direitos e o dever do adolescente
E eu vim no Comec, Centro de orientação
Chegando na humildade pra fazer minha prestação,

A PSC é pra comunidade,
Aqui nós vai de van pra ajudar a sociedade
Caminhando e espalhando a arte na cidade
Pq se expressar faz parte da liberdade,

A gente pinta muro e faz até paisagem
Faz filtro dos sonhos, também faz jardinagem
Aprende o grafite e também o grafixo,
E se você moscar a gente recicla seu lixo

A juventude hoje ela tá em movimento
E é com liberdade que ganha conhecimento
Na PSC se aprende e se ensina
Aqui eu vou cantando essa é a nossa rima

Eu sei que a liberdade é melhor que a privação,
E o conhecimento é o que move essa canção,
O funk é o som, que traz a união,
E também a batida viva do meu coração

Lutando pela vida e pela educação,
E é no coletivo que muda a situação
Levando a nossa arte pra ajudar a população
E o bonde do Comec tá chegando pesadão

Eu vejo a violência, está em toda parte,
E hoje a minha arma é a força da arte,
Vim da comunidade luto contra o preconceito,
Sigo a correria vô cantando com respeito,

A periferia está em sofrimento,
Eu vejo na quebrada nos lugares que frequento,
Quero uma vida boa pra mim e pro meu povo,
No caso de eu cair, me levanto e vou de novo,

O Comec me ajudou na escolaridade
Além de vários cursos e possibilidades,
Me deu autonomia pra fazer minha correria
Atrás do meu sonho de abrir a barbearia

Meu vulgo é neguinho e não vou desistir
De realizar minha meta de ser um MC
Eu vou subir no palco, e eu vou cantando assim
Mostrar pros meus irmãos, tudo o que eu aprendi”

(Funk elaborado por adolescentes na medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, COMEC, 2019).

RESUMO

Vedovello, AJS. Medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade: uma estratégia metodológica coletiva e territorial [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2023.

A presente pesquisa teve como enfoque a medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), com ênfase no modelo de execução desenvolvido pelo Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC). Seu objetivo geral foi sistematizar a estratégia metodológica da PSC COLETIVA, em seus aspectos históricos, seus processos, referências teóricas e experiências de implementação, com ênfase em seu caráter coletivo e territorial. Para tanto, utilizou-se de pesquisa documental, entrevistas e grupo focal, sendo o último para conhecer a perspectiva de profissionais que executaram esta proposta metodológica. O estudo evidenciou duas fases da metodologia: de 2007 a 2013, com oferta de atividades grupais pré-estabelecidas, realizadas por meio de parcerias fixas; e de 2014 a 2019, através da construção de ações coletivas, participativas e territoriais. Os resultados deste estudo mostraram a importância de denominar a estratégia metodológica desta segunda fase como PSC COLETIVA E TERRITORIAL, pois sua proposta favorece a construção coletiva, participativa e territorial da PSC, trazendo novos sentidos para os processos de engajamento, responsabilização e transformação vividos pelos adolescentes no cumprimento da medida. Os principais resultados apontaram como eixos centrais dessa metodologia: a atividade como principal recurso de mediação, o trabalho grupal, a ação territorial e o acompanhamento familiar. Identificou-se que a PSC COLETIVA E TERRITORIAL, como estratégia metodológica para a medida socioeducativa de PSC, se sustenta por meio da socioeducação, com um efetivo trabalho - educativo e pedagógico, crítico e participativo, na perspectiva da garantia de direitos para os adolescentes autores de atos infracionais. Ainda, esta metodologia utiliza a abordagem grupal e a ação territorial como potências para a participação e inclusão social do adolescente, favorecendo seu engajamento em todo o processo de planejamento e realização das atividades. Destaca-se o território que se configura como elemento significativo e ganha concretude nos espaços da vida cotidiana, podendo ser um eixo articulador das atividades desenvolvidas com os serviços da comunidade. Portanto, constatou-se que esta proposta metodológica pode ser considerada uma tecnologia social desenvolvida pelo COMEC. Este trabalho pode contribuir para o campo das medidas socioeducativas em meio aberto no Brasil, afirmar a prevalência da socioeducação em liberdade para os adolescentes autores de ato infracional e fortalecer o trabalho da terapia ocupacional no Sistema Único de Assistência Social.

Palavras-chave: Adolescentes. Participação social. Prestação de serviços à comunidade. Território sociocultural. Terapia ocupacional.

ABSTRACT

Vedovello AJS. Socio-educational measure for provision of services to the community: a collective and territorial methodological strategy [dissertation]. São Paulo: “Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo”; 2023.

This research focused on the socio-educational measure of Provision of Services to the Community (PSC), with emphasis on the execution model developed by the Center for Orientation to the Adolescent of Campinas (COMEC). Its general objective was to systematize the methodological strategy of PSC COLECTIVE, in its historical aspects, its processes, theoretical references and implementation experiences, with emphasis on its collective and territorial character. For this purpose, documentary research, interviews and a focus group, being the latter to know the perspective of professionals who carried out this methodological proposal. The study evidenced two phases of the methodology: from 2007 to 2013, with the provision of pre-established group activities, carried out through fixed partnerships; and from 2014 to 2019, through the construction of collective, participatory and territorial actions. The results of this study showed the importance of calling the second phase of this methodological strategy PSC COLLECTIVE AND TERRITORIAL, as its proposal favors the collective, participatory and territorial construction of the PSC, bringing new meaning to the processes of engagement, accountability and transformation experienced by adolescents complying with the socio-educational measure. The main results pointed out as central axes of this methodology: activity as the main mediation resource, group work, territorial action and family monitoring. It was identified that the PSC COLLECTIVE AND TERRITORIAL, as a methodological strategy for the socio-educational measure of PSC, is sustained through socio-education, with an effective work - educational and pedagogical, critical and participatory, in the perspective of guaranteeing rights for the adolescent authors of infractions. Also, this methodology uses the group approach and territorial action as powers for the participation and social inclusion of adolescents, favoring their engagement throughout the process of planning and carrying out activities. The territory stands out as a significant element and gains concreteness in the spaces of daily life, being able to be an articulating axis of the activities developed with the services of the community. Therefore, it was found that this methodological proposal can be considered a social technology developed by COMEC. This work can contribute to the field of socio-educational measures in an open environment in Brazil, affirm the prevalence of socio-education in freedom for adolescents who commit infractions and strengthen the work of occupational therapy in Single Social Assistance System.

Keywords: Adolescents. Social participation. Provision of services to the community. Sociocultural territory. Occupational therapy.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Exemplos de ações por eixo, PSC COLETIVA 2007-2013

Figura 2 – Perfil dos adolescentes atendidos no período de 2014 a 2019, segundo: número de atendidos, gênero, faixa etária, região de procedência e infrações predominantes.

Figura 3 – Fluxograma 2015

Figura 4 - Ilustrações dos jogos

Figura 5 – Mapeamento do território

Figura 6 - Exemplos de ações de PSC COLETIVA e TERRITORIAL 2014-2019

Figura 7- Registro da atividade de construção de mandala com miçangas

Figura 8 - Foto ilustrativa do fanzine produzido (frente)

Figura 9 - Foto ilustrativa do fanzine produzido (verso)

Figura 10 - Foto ilustrativa do banner em construção

Figura 11 - Foto ilustrativa do banner confeccionado

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados quantitativos referentes ao período de 2008 a 2013

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 - MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE.....	18
1.1 Medidas Socioeducativas: Histórico e Marcos Legais.....	18
1.2 A Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade: proposta socioeducativa.....	21
CAPÍTULO 2 - AÇÃO SOCIOEDUCATIVA: PARTICIPAÇÃO SOCIAL, REFLEXÃO CRÍTICA, AUTONOMIA E TERRITÓRIO.....	24
OBJETIVOS.....	30
Objetivo Geral.....	30
Objetivos específicos.....	30
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA.....	31
3.1 Pesquisa Qualitativa.....	31
3.2 Pesquisa documental.....	31
3.3 Entrevista.....	32
3.4 Grupo Focal.....	33
3.5 Preocupações de caráter ético.....	34
RESULTADOS.....	36
CAPÍTULO 4 - HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO DA PSC COLETIVA NO COMEC	36
4.1 A medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade em Campinas: uma breve retrospectiva histórica.....	36
4.2 Implementação do programa de Prestação de Serviços à Comunidade no COMEC: contextualização histórica.....	37
4.3 PSC COLETIVA no COMEC: 2007 a 2013.....	42
CAPÍTULO 5 - A ESTRATÉGIA METODOLÓGICA PSC COLETIVA E TERRITORIAL.....	48
5.1 Contextualização, fluxo do atendimento e exemplos da prática desenvolvida.....	48
5.1.1. Contextualização e perfil dos adolescentes atendidos.....	48
5.1.2. Fluxo de atendimento da PSC COLETIVA e TERRITORIAL: a sistematização de uma tecnologia social desenvolvida pelo COMEC.....	50
5.1.2.1 Acompanhamento individual e família	52
5.1.2.2 Acompanhamento Grupal.....	55
5.1.2.3. O acompanhamento grupal da PSC COLETIVA e TERRITORIAL: parcerias e atividades desenvolvidas.....	59

5.2 PSC COLETIVA E TERRITORIAL: potências, referenciais teóricos, dificuldades e desafios.....	62
5.2.1 Potências da estratégia metodológica.....	62
5.2.2 Referenciais teóricos e políticos da estratégia metodológica.....	67
5.2.3 Dificuldades e desafios da estratégia metodológica.....	68
CAPÍTULO 6 - PARA UMA SOCIOEDUCAÇÃO COLETIVA E TERRITORIAL: SÍNTESE FINAL E DISCUSSÃO.....	71
6.1 PSC COLETIVA E TERRITORIAL: uma estratégia metodológica.....	71
6.2 PSC COLETIVA E TERRITORIAL: diálogos socioeducativos.....	76
6.3 PSC COLETIVA E TERRITORIAL: diálogos com a terapia ocupacional.....	78
CONCLUSÃO.....	81
REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICE.....	90
ANEXOS.....	111

APRESENTAÇÃO

Minha trajetória como Terapeuta Ocupacional iniciou em 2001, recém-formada na PUC-Campinas e em seguida vinculada ao programa de aprimoramento profissional em terapia ocupacional e reabilitação na UNICAMP. Desde então, atuei até meados de 2007 na área da deficiência visual.

Iniciei um novo ciclo profissional no mesmo ano, migrando para a área social, contratada pelo Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC para atuar no recém-criado programa de Prestação de Serviços à Comunidade, no qual estou vinculada desde novembro de 2007. Meu percurso profissional inicia como terapeuta ocupacional, técnica/orientadora de medida socioeducativa, quando compus a primeira equipe multidisciplinar, com atribuição de atender os adolescentes e suas famílias e desenvolver a estratégia metodológica PSC COLETIVA. Posteriormente, em 2012, mudei para a função de coordenadora técnica do referido programa, compondo a equipe de gestão da instituição, na qual estou até o momento.

O mestrado profissional surge em 2019 como uma oportunidade de estudar minha prática profissional, ampliar conhecimentos e dar continuidade à minha formação acadêmica. Neste sentido, a motivação desta pesquisa surge da minha experiência de 15 anos na execução da medida socioeducativa de PSC no COMEC, desenvolvendo uma estratégia metodológica considerada inovadora, porém, sem estudos sobre sua implementação, resultados e bases teóricas e metodológicas que sustentam seu caráter coletivo e territorial.

Importante situar a trajetória histórica da Terapia Ocupacional no COMEC, iniciada no ano de 1984, quando se estabeleceu convênio com o Curso de Terapia Ocupacional da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), onde estudei. Desde então, a terapia ocupacional foi reconhecida como necessária para integrar a equipe técnica, por favorecer a articulação com a vida cotidiana no acompanhamento dos adolescentes, jovens e suas famílias, e ainda, pela compreensão do uso da atividade como facilitador deste processo no âmbito socioeducativo.

A terapia ocupacional no COMEC teve um papel importante no início do oferecimento de oficinas grupais com atividades como estratégia de intervenção, que se consolidou como uma ação potente e um diferencial institucional no trabalho socioeducativo. Constato que no processo grupal - o desenvolvimento de habilidades, a ampliação de repertório, a troca de experiências, o exercício da empatia, a tomada de decisões, a

experimentação de diferentes papéis - contribui para o desenvolvimento da autonomia e participação social do adolescente. Neste sentido, o terapeuta ocupacional, como facilitador desta ação, possibilita a apreensão das atividades, bem como a viabilização de reflexões acerca das ações, sobretudo no que se refere aos sentidos atribuídos pelo grupo e às interações possibilitadas. Ainda, o processo grupal apoia-se na perspectiva de se oferecer um espaço no qual o adolescente possa trazer sua história, sentir confiança e valorizar seu potencial.

Atualmente somos seis terapeutas ocupacionais, sendo quatro técnicas e duas gestoras. Na composição da equipe técnica, o terapeuta ocupacional junto aos demais profissionais constrói estratégias de intervenções para trabalhar as demandas identificadas no Plano Individual de Atendimento (PIA), como: o fortalecimento dos vínculos familiares, a garantia de direitos, a aproximação com os serviços da rede intersetorial, e, sobretudo, o afastamento da prática infracional. A escuta qualificada, o investimento no vínculo, a abordagem humanizada e o uso de atividades, são aspectos mediadores desta prática. O trabalho da equipe do COMEC tem se constituído a partir de uma dinâmica interdisciplinar e colaborativa, onde se somam os saberes profissionais e se elaboram ferramentas e estratégias de intervenção, que são compartilhadas e desenvolvidas como meio para qualificar o trabalho socioeducativo.

Nestes 15 anos de trabalho no programa de PSC, percebo a terapia ocupacional implicada no fazer técnico e na gestão, ocupando uma função participativa na equipe. Acredito que o saber sobre o cotidiano e as atividades humanas, como objetos de estudo e foco da prática da terapia ocupacional, traz contribuições para o trabalho institucional, também enriquecido por reflexões críticas produzidas a partir da experiência. O campo de prática da terapia ocupacional - com implicação na vida concreta do indivíduo, com ações no território de vida, com intervenções individuais, grupais e domiciliares - possibilita estimular e contribuir para as demais práticas profissionais da equipe, bem como para ampliar a compreensão e os manejos no trabalho socioeducativo. Ainda, na gestão de práticas no campo social, o terapeuta ocupacional pode exercer um importante papel de articulador social, como afirmado por Galheigo (1997).

Espero que ao estudar o campo das medidas socioeducativas, possa contribuir para o repertório de ações de terapia ocupacional social, desenvolvidas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Almejo, também, que ao pesquisar minha prática profissional e apresentar os resultados deste estudo e o produto técnico dele resultante, eu possa colaborar

para a ampliação e qualificação das metodologias de trabalho com adolescentes, no viés da socioeducação, e ainda, consolidar a estratégia PSC COLETIVA E TERRITORIAL (como passarei a denominá-la neste trabalho) como uma tecnologia social desenvolvida pelo COMEC.

INTRODUÇÃO

O COMEC - Organização da Sociedade Civil (OSC) atua na Proteção Social Especial de Média Complexidade na Política de Assistência Social, atualmente na execução das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Há 43 anos atua no atendimento de adolescentes com a missão de “atender adolescentes e seu grupo familiar através de projetos educativos e culturais específicos, em uma perspectiva de desenvolvimento pessoal e social, promovendo a construção da cidadania” (Comec, 2021, p. 40).

A necessidade de elaboração de uma nova metodologia para a prestação de serviços à comunidade surgiu a partir da experiência prática do município de Campinas, quando a medida era por ele executada. Avaliou-se na época, que a metodologia desenvolvida de inserção individual do adolescente alocado em instituição acolhedora para realizar a PSC, tinha pouca efetividade no processo de responsabilização e socioeducação. Nesta perspectiva, a crítica se fundamentava na lógica do adolescente ficar no papel de “tarefeiro”, com predomínio em desenvolver atividades burocráticas nos serviços parceiros, sem que houvesse alcance de intervenções socioeducativas que fizessem sentido no processo do cumprimento da medida socioeducativa. Desde a fundação do COMEC, a parceria com o Sistema de Justiça está consolidada e permitiu articular a construção de uma nova proposta metodológica para a execução da medida socioeducativa de PSC. No período de 2007 a 2013 a PSC COLETIVA foi desenvolvida através de quatro eixos de atividades e com parcerias predominantemente fixas.

Em 2013, na função de coordenadora técnica, revisitamos a metodologia em desenvolvimento, com avaliação conjunta com a gestão do município e o Ministério Público da Infância e Juventude. Concluiu-se de que havia necessidade de adequações para avançar para a realização da prestação de serviços no território do adolescente e conseqüentemente ampliar as parcerias para sua efetivação abarcando todo o município. Portanto, implantou-se em 2014 uma reformulação importante na proposta metodológica: a prestação de serviços passou a ser efetivada no território de pertencimento dos adolescentes, e as parcerias passaram a ser acessada conforme a região de abrangência dos grupos socioeducativos (Comec, 2018). No COMEC, esta prática se constituiu a partir de uma construção histórica de caráter transdisciplinar, que tem dialogado com autores das Ciências Sociais, Educação, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional.

Nestes 15 anos de execução da PSC COLETIVA, instituições de outros municípios tem procurado o COMEC para conhecer esta proposta metodológica. Observa-se que o trabalho desenvolvido tem sido considerado como referência entre os serviços de medidas socioeducativas, entre os profissionais do sistema de justiça do município de Campinas, bem como por pesquisadores/docentes militantes na área do adolescente em conflito com a lei. Embora esta estratégia metodológica seja desenvolvida desde 2014, ela ainda conta com poucos registros formais, sem estudos sobre seus resultados e sobre as bases teóricas e metodológicas que sustentam seu caráter coletivo e territorial. Portanto, esta pesquisa pretende sistematizar a estratégia metodológica da PSC COLETIVA em seus aspectos históricos, suas referências teóricas e experiências de implementação, buscando afirmá-la como uma metodologia potente e participativa no processo de ressignificação da trajetória infracional, da responsabilização e da garantia de direitos dos adolescentes em cumprimento desta medida socioeducativa.

CAPÍTULO 1 - MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

Será abordado neste capítulo, o histórico e os marcos legais que regulamentam as medidas socioeducativas e as especificidades da medida de prestação de serviços à comunidade, bem como, sua proposta socioeducativa.

1.1 Medidas Socioeducativas: Histórico e Marcos Legais

As medidas socioeducativas em meio aberto é um campo de práticas que necessita de pesquisas e investimentos para o desenvolvimento de metodologias de ação que promovam a socioeducação por meio da promoção da liberdade, da autonomia e emancipação do sujeito, de modo a favorecer a participação social e o exercício da cidadania de adolescentes autores de ato infracional.

Para favorecer a responsabilização do adolescente autor de ato infracional, bem como, a ressignificação de sua trajetória no universo infracional e a garantia de direitos, as medidas socioeducativas em meio aberto ou fechado são determinações judiciais previstas na legislação brasileira.

Historicamente no Brasil, a execução das medidas socioeducativas em meio aberto foi sendo gradativamente atribuída à Assistência Social no processo de sua constituição enquanto política pública (Brasil, 2010). Os marcos legais e políticos que fundamentam e regulam o trabalho nos serviços de medidas socioeducativas são: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Brasil, 2004), o Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS, 2005), o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (Brasil, 2006), a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Brasil, 2011) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (Brasil, 2012). As medidas socioeducativas, segundo o ECA, são dirigidas a adolescentes entre 12 e 18 anos incompletos, considerados inimputáveis. E diante da possibilidade de o ato infracional ser cometido próximo aos 18 anos, o cumprimento da medida socioeducativa pode alcançar a maioridade e se estender no máximo até seus 21 anos.

As medidas socioeducativas previstas para o adolescente autor de ato infracional, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente, são: advertência, obrigação de

reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. A definição da medida socioeducativa pelo poder judiciário levará em conta a capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração (ECA 1990, Art.112). A partir do ECA, instituiu-se a Doutrina da Proteção Integral para o adolescente, que garantiu a legitimidade do processo legal e sua ampla defesa, considerando sua condição especial de pessoa em desenvolvimento (Mendez & Costa, 1994). As medidas socioeducativas em meio aberto – prestação de serviços à comunidade (PSC) e liberdade assistida (LA) – têm uma característica importante comum: não retiram o adolescente do convívio social e objetivam que ele se organize no presente e elabore um projeto de percurso existencial de ruptura com a prática do ato infracional, bem como têm a finalidade de garantir os padrões de convivência coletiva. Buscam a responsabilização do adolescente e a garantia de condições que facilitem e promovam seu desenvolvimento como pessoa e cidadão (Teixeira, 2006).

Ferreira (2006) afirma que as medidas de PSC e LA adquirem caráter educativo no momento que direcionam os objetivos da medida a partir da compreensão das causas que levaram o adolescente a praticar atos infracionais e, portanto, se constituem como modos de promoção de ações de cidadania e de acesso a direitos sociais ao adolescente junto a sua família.

O planejamento e a execução das medidas socioeducativas devem levar em conta as vulnerabilidades que estão presentes nas histórias de vida dos adolescentes, buscando refletir sobre suas condições de vida, acesso a direitos e inserção no contexto social. Afinal, o cotidiano dos jovens em situação de vulnerabilidade social é marcado pelo assédio do tráfico de drogas nas favelas e periferias, onde o uso de armas de fogo é comum. Ainda, além de serem pessoas em processo de desenvolvimento, suas vidas são marcadas pela pobreza e precário acesso a políticas sociais, com inadequadas ou inexistentes oportunidades educacionais e econômicas (Zaluar, 2001). Em uma síntese, Rizzini et al (2019, p.14) afirmam que:

Uma forma de ver a questão é considerar que esses adolescentes, em sua maioria, agem em sintonia com os contextos nos quais vivem. Pois cresceram, em sua grande maioria, em condições de vida profundamente deterioradas; curtas vidas marcadas pela violência como forma de resolução de problemas e pelo desrespeito aos seus desejos e necessidades; cotidianamente expostos ao conflito armado e à confusão de poderes nos constantes confrontos entre os agentes do crime e os da lei. Nessa perspectiva, com esses jovens o Estado falhou, não tendo sido capaz de lhes assegurar cuidado e proteção.

Assim, abordar a situação do adolescente exclusivamente pela ótica do ato infracional impossibilita compreender quem de fato ele é, enquanto se desconhece e se desconsidera sua história pessoal a partir da qual o ato infracional ganha significado. É mais apropriado compreender a prática da infração se a situamos na trajetória de vida de seu autor, considerando uma rede de relações, em espaços de convivência e experiências que vão construindo sua subjetividade (Teixeira, 2006).

Konzen (2006) ressalta a importância de uma pedagogia para a execução das medidas socioeducativas que proporcione a reflexão, a crítica e a sistematização dos processos educativos, bem como aponte objetivos através de um trabalho transdisciplinar baseado em princípios filosóficos, científicos e técnicos. Isso significa que, ao responder por uma infração de forma diferente ao adulto, o jovem deve ser incluído em instituições que lhe assegurem: cuidado, proteção, educação e formação profissional, com o intuito de possibilitar-lhe um lugar de valor social e um engajamento construtivo e produtivo na sociedade.

É importante tomar como pressuposto de que o serviço de execução das medidas em meio aberto é uma referência, um ponto de ancoragem para o adolescente e sua família durante o seu acompanhamento, que irá auxiliar sua circulação pelos equipamentos públicos, privados e na rede de serviços, a partir da lógica da incompletude institucional. É uma oportunidade para evitar a privação de liberdade e propiciar o exercício da cidadania (Teixeira, 2006).

Cabe ao serviço que a executa garantir a função pedagógica da medida socioeducativa. Portanto, o programa deve estar inscrito no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do município executante, bem como, elaborar um Plano de Trabalho com as estratégias metodológicas que explicitam suas proposituras para a execução da medida socioeducativa de forma responsável e coerente com seus objetivos. A fiscalização dos serviços que executam as medidas socioeducativas pelo município ou por entidade deve ser realizada pelos CMDCA, Ministério Público e Poder Judiciário.

As medidas socioeducativas em meio aberto foram regulamentadas como Serviço Continuado de Proteção Social Especial de Média Complexidade pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Brasil, 2004), e posteriormente pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS (Brasil, 2005). A partir da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009) e da municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto (desencadeada em 2008 no Estado de São Paulo pela Fundação Casa e pela Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS), e efetivada em 2010 no município de Campinas, ficou estabelecido que estas medidas devam ser de caráter público e gestão estatal, executadas pelo

Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Devem apoiar-se nas diretrizes de matricialidade sociofamiliar, da territorialização e complementariedade entre o serviço em meio aberto e os outros serviços do SUAS (Brasil, 2010).

1.2 A Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade: proposta socioeducativa

A medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), foco deste estudo, está estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), a partir do artigo 117 que a define como:

Art. 117 - A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente há seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único – As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais aos sábados, domingos e feriados ou dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

No ECA, não há uma regulamentação explícita como parâmetro para aplicação da medida socioeducativa de PSC. Diante da experiência do COMEC na execução desta medida, observa-se que o critério para sua atribuição tem levado em conta aspectos como: o perfil do adolescente; o ato infracional por ele praticado; ser primário no ato infracional; possuir redes de apoio (família, escola); não ter diagnóstico psiquiátrico e não estar vivenciando uso abusivo de substâncias psicoativas. Importante ressaltar que tem sido uma construção com o Sistema de Justiça de Campinas garantir ao adolescente o cumprimento da medida socioeducativa que atenda sua capacidade de cumpri-la, bem como, suas demandas.

A medida socioeducativa de PSC, ao ter sua execução prevista com o tempo máximo de 6 meses e no máximo de 8 horas semanais, conforme regulamentado pelo ECA, requer sua organização em um prazo que pode variar de 1 a 6 meses, a depender do período determinado pelo judiciário. Neste período, está prevista a realização do acompanhamento técnico, norteado pelo Plano Individual de Atendimento a partir da articulação em rede (educação, saúde, família, trabalho) e ainda, a efetivação da prestação de serviços à comunidade.

Portanto, é condição para o trabalho, a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) a partir da singularidade do caso e de um planejamento das ações que serão executadas pela equipe de referência. Para sua eficácia e garantia de direitos, é necessário fomentar a

participação do adolescente e de sua família na sua elaboração, bem como garantir sua atualização e reavaliação a qualquer momento. Este é o instrumento de interlocução com o sistema de justiça que irá acompanhar o desenvolvimento do caso. Neste sentido, para a execução da medida socioeducativa ser eficiente, é relevante considerar a importância do trabalho em rede para a efetivação das ações do PIA. Os programas precisam de muitas parcerias que não podem se limitar à família (Teixeira, 2006).

A PSC deve considerar a relevância comunitária do serviço oferecido pelo adolescente, buscando “uma ação pedagógica que privilegie a descoberta de novas potencialidades, direcionando construtivamente seu futuro” (Brasil, 2006, p.43). Entre os parâmetros da gestão socioeducativa dos programas de atendimento, consta no SINASE que o adolescente:

Deve ser alvo de um conjunto de ações socioeducativas que contribua na sua formação, de modo que venha a ser um cidadão autônomo e solidário, capaz de se relacionar melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra a sua circunstância e sem reincidir na prática de atos infracionais (Brasil, 2006, p.46).

Assim, essa medida objetiva proporcionar ao jovem a oportunidade de desenvolver atitudes cidadãs, a solidariedade e a consciência social. Torna as instituições públicas e comunitárias corresponsáveis pela inserção positiva do adolescente na sociedade (Becker, 2012). As instituições parceiras que irão receber os adolescentes podem ser públicas ou privadas e previamente definidas pelo coordenador do programa de PSC. As tarefas executadas visam alcançar a responsabilização, promover vivências de coletividade e novas experiências, com caráter pedagógico (Brasil, 2012). É igualmente relevante enfatizar a importância da ação comunitária, como aprendizagem-serviço e como forma de mobilização do interesse da juventude, tal como Tapia aponta:

El servicio solidario es ciertamente un elemento clave en la educación de los futuros ciudadanos: niños y adolescentes con una temprana experiencia de su potencial, y de su posibilidad de hacer una diferencia en su comunidad, no aceptarán tan fácilmente como otros ser considerados “receptores pasivos”. De hecho, numerosos proyectos de aprendizaje-servicio en los últimos años concluyeron con los estudiantes liderando movilizaciones locales, presentando propuestas concretas a sus intendentes, o acudiendo a la Legislatura provincial para conseguir la aprobación de una ley (Tapia, 2004, p.18).

Portanto, a natureza da medida permite que o adolescente a cumpra, mantendo os vínculos com a sua família, trabalho e comunidade e sua finalidade deve ser instigar o adolescente a refletir e reavaliar seus valores, seu compromisso com suas redes de apoio e sua vinculação com o universo infracional (Liberati, 2006).

O desfecho desta medida socioeducativa depende do envolvimento de toda a sociedade, a qual incumbe oferecer oportunidades ao adolescente para cumprir a medida de PSC em locais diversos como: organizações da sociedade civil, entidades assistenciais, escolas, associações de bairro, dentre outras, e não somente em repartições públicas. Acolher o adolescente para cumprir a PSC, representa o início de um processo de inclusão social e a comunidade é corresponsável pela oferta de oportunidades, acompanhamento e orientação de seu adolescente (Ferreira, 2005). Perante a lógica da medida de PSC ser aplicada com a finalidade educativa e com alcance comunitário, é necessário reavaliar sua execução quando não estão assegurados o processo pedagógico e as reflexões acerca da relevância deste trabalho pelas entidades acolhedoras/parceiras, podendo colocar o adolescente em situação vexatória, discriminatória e /ou de exploração.

CAPÍTULO 2 - AÇÃO SOCIOEDUCATIVA: PARTICIPAÇÃO SOCIAL, REFLEXÃO CRÍTICA, AUTONOMIA E TERRITÓRIO

Este capítulo se propõe, a partir de alguns balizadores teórico-conceituais, refletir sobre a relevância das estratégias metodológicas no trabalho socioeducativo com adolescentes, tendo como enfoque as abordagens grupais, territoriais e comunitárias para a promoção da participação social, da reflexão crítica e da autonomia.

Embora as medidas socioeducativas sejam atribuídas ao adolescente que cometeu o ato infracional entre 12 e 18 anos incompletos, o acompanhamento pode alcançar os 21 anos. Mesmo sabendo que o Estatuto da Juventude (2013) considera jovens, aqueles na faixa etária entre 15 e 29 anos, este estudo optou por utilizar exclusivamente a terminologia adolescente, por ser a mais comumente referida no cotidiano da execução de medidas socioeducativas. Um dos pressupostos deste trabalho é considerar a adolescência e a juventude como construções sócio-históricas, tal como Pais descreve:

[...] a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis, em função de diferentes pertencas de classe, diferentes situações económicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais (Pais, 1990, p. 140).

O argumento desta pesquisa é o de que a socioeducação deve ser um referencial fundamental para se articular no escopo das ações dos serviços da proteção social básica e da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social, no acompanhamento de crianças, adolescentes e jovens, a partir de uma dimensão pedagógica, emancipatória e crítica. A socioeducação tem como pilar a educação social de base popular e comunitária, cujo objetivo é favorecer a promoção da liberdade, da emancipação e da autonomia do sujeito¹. Neste sentido, a socioeducação busca possibilitar o diálogo com a vida cotidiana e desenvolver meios de superação das condições de miséria, violência e marginalização social que afetam a população infanto-juvenil em situação de vulnerabilidade social (Silva, 2018). Com base na proposta da educação popular e emancipatória de Paulo Freire, a socioeducação valoriza os aspectos da compreensão da realidade, a abertura para o diálogo, as trocas de conhecimento e o desenvolvimento do senso crítico, considerados fundamentais para

¹ Embora esses conceitos sejam relacionados entre si, eles têm diferentes significados e implicações. Liberdade pode ser entendida como o estado de ser livre e de agir segundo sua própria determinação. Já autonomia é a faculdade de se governar por si próprio, no sentido da autodeterminação, sendo assim tem uma aplicação mais pessoal. A emancipação, por fim, se constitui como ato ou processo de tornar-se livre da tutela alheia (adaptado do Mini Aurélio, 2010, p. 466, 275, 81).

despertar o empoderamento dos sujeitos. A dimensão educativa deve favorecer as experiências do diálogo, a análise dos problemas e a verdadeira participação. Outro aspecto importante na socioeducação é a possibilidade de exercitar a leitura de mundo que os grupos populares fazem de seu contexto, das suas experiências, numa relação dialética (Freire, 2019).

A socioeducação defende uma articulação entre sociedade e Estado que permita ao adolescente a garantia de direitos, o desenvolvimento de seu potencial e o convívio social, tendo como pressupostos os princípios de liberdade e de solidariedade para o exercício da cidadania (Costa, 2006). Portanto, a socioeducação parte do princípio de que o exercício da participação social deve fazer parte do processo socioeducativo de adolescentes. Participação entendida, para além do direito, como meio para conquistas sociais, por ser um recurso fundamental para a efetivação e construção de novas relações sociais, e de superação das desigualdades e das violações cometidas contra adolescentes.

Entretanto, observa-se no trabalho com adolescentes em situações de vulnerabilidade social, que seu repertório de possibilidades de participação social é limitado. A desigualdade, a exclusão e a invisibilidade são experiências fundantes de suas histórias de vida, dados os processos desiguais de acesso a direitos, de socialização e de fragilização de vínculos familiares que se tornam tanto obstáculos à participação social.

Na ação socioeducativa com adolescentes, deve haver um esforço para se criar estratégias de garantia de uma participação democrática, onde todos se sintam convidados a refletir e contribuir a partir do seu conhecimento. Essas estratégias legitimam a presença e seu direito de fala sobre diversos aspectos. Afinal, como afirma hooks², “o ato de ouvir coletivamente uns aos outros, afirma o valor e a singularidade de cada voz” (2017, p. 114). A partir da diversidade das experiências, da reflexão crítica compartilhada e do exercício da consciência coletiva, pode-se criar um espaço confiável para os adolescentes, possibilitando discussões sobre a realidade concreta de suas vidas. Nesta perspectiva, hooks (2017) afirma que as práticas pedagógicas críticas, favorecem os processos de aprendizados engajados na criação de diferentes linguagens e na ruptura de fronteiras disciplinares.

Portanto, é necessário investir em um processo que favoreça a crítica e a reflexão, de modo a alcançar os objetivos socioeducativos. Ao reconhecer a capacidade de participar ativamente da construção de processos decisórios e ter presença reconhecida e valorizada, abre-se um campo de possibilidades e oportunidades de trabalho com e pela liberdade. Assim, a ação socioeducativa, ao propiciar a participação e o diálogo coletivo, bem como a partilha de

² bell hooks grafado em minúscula, é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, autora, professora, teórica feminista, artista e ativista antirracista estadunidense (https://pt.wikipedia.org/wiki/Bell_hooks).

experiências e narrativas, auxilia a estabelecer o compromisso comunitário com contribuições construtivas.

Nesta direção, vale mencionar Silva e Oliver (2019), que ao discutirem o uso do conceito de participação social no campo da Terapia Ocupacional, apontam para seu entendimento como o envolvimento de indivíduos em grupos sociais e/ou em espaços públicos e comunitários, como estratégia de transformação de seu cotidiano e condições de vida marcadas por processos de exclusão, violência, injustiça social, desigualdade, preconceito, entre outros aspectos. Com base nestes pressupostos, a terapia ocupacional busca promover a cidadania por meio do favorecimento do acesso e do envolvimento dos sujeitos nas atividades cotidianas, como estudo, trabalho, lazer, atividades culturais, atividades políticas, entre outras, bem como do estabelecimento de relações sociais, seja família, amigos ou vínculos afetivos.

Na mesma perspectiva, o exercício da cidadania na socioeducação, é um dos pilares do trabalho com crianças, adolescentes e jovens, que se propõe a promover reflexões sobre a garantia de direitos e a relação com a vida em sociedade. No âmbito da legislação brasileira, que orienta uma responsabilidade compartilhada entre a família, o Estado e a sociedade para efetivação da cidadania, é de fundamental importância reconhecer as fragilidades desta articulação e reforçar que tem implicações em sua trajetória de vida.

Promover o exercício da cidadania engloba diversos aspectos na vida do adolescente em situação de vulnerabilidade como: o direito ao convívio familiar, acesso à educação e saúde, regularização de documentação civil, o direito de ir e vir, da liberdade de expressão, a oportunidade de qualificação profissional, o acesso ao lazer, entre outros. No caso das ações a serem desenvolvidas junto ao adolescente autor de ato infracional, é fundamental sua construção a partir de uma Pedagogia voltada para a formação do sujeito e do cidadão. É necessário desenvolver o sentido de responsabilidade do sujeito para consigo mesmo e com os outros (Costa, 2020). Deste modo, trabalha-se a emancipação destes adolescentes, na perspectiva de vislumbrarem projetos de vida a partir da ampliação de conhecimentos, do desenvolvimento crítico e da sua capacidade de escolhas e convicções.

Na perspectiva do acompanhamento do adolescente autor de ato infracional, um determinante importante a se considerar como premissa no trabalho socioeducativo, é considerá-los como sujeitos em situação peculiar de desenvolvimento e, portanto, que necessitam ser compreendidos para além do ato infracional. Conforme afirma Maria de

Lourdes Trassi Teixeira (2006, p.428). “[...] ao tecer o fio de uma história, é possível, muitas vezes, compreender a passagem da condição de vítima (ou não!) para agente no cenário da violência”.

Destaca-se que a partir dos pilares da socioeducação, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente reafirmam a relevância pedagógica e comunitária da medida socioeducativa de PSC, bem como a importância da participação social para os adolescentes em cumprimento de medida. Ainda, entende-se ser de extrema importância fortalecer a mobilização social e a educação popular para que todos possam exercer a participação social e política, na vida em sociedade (Cedeca, 2017). É de fundamental importância garantir a participação nas diferentes esferas da vida cotidiana e social, como na: família, rua, bairro, cidade, escola e políticas públicas. São estas vivências que oportunamente, irão propiciar experiências de vida, que suscitarão aprendizados e críticas da realidade. Neste contexto, reconhecer adolescentes como sujeitos de direito é também reconhecê-los como sujeitos de sua própria história, da sociedade e da vida em coletividade.

Na América Latina, as metodologias participativas, têm, desde a sua origem, uma grande afinidade com “a educação popular, o propósito de desenvolver um conhecimento inserido na emancipação do sujeito e na transformação da realidade” (Streck, 2016, p. 538). Na socioeducação, a metodologia participativa se constituiu a partir da premissa de uma atuação efetiva dos participantes no processo educativo. Neste sentido, os conhecimentos e experiências dos participantes são valorizados, com o propósito de discutir, identificar e buscar recursos para lidar com os problemas que surgem de suas vidas cotidianas (Fadul, 2018). As metodologias participativas podem favorecer a promoção da cidadania e da emancipação social de adolescentes e jovens, a partir de suas experiências e demandas em consonância com a realidade do seu território, o que pode lhes fortalecer a capacidade para atuarem nos processos sociais da comunidade de pertencimento.

Inspirado pelas ideias de Paulo Freire (2019), o trabalho com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, apropria-se de manejos da educação popular, que pressupõem uma ação dialógica do sujeito com sua realidade e um processo educativo com potencial transformador. O adolescente desenvolve sua autonomia a partir das experiências vividas e exercita a participação a partir do processo de aprendizagem. Deste modo, busca-se possibilitar ao adolescente as experiências do debate, apropriação e análise dos problemas sociais onde está inserido, estimulando sua verdadeira participação na problematização das questões vividas.

As estratégias participativas na pedagogia social instigam para o desenvolvimento de ações interventivas para provocar mudanças na realidade do sujeito, promover novas experiências diante os conflitos existenciais e sociais vividos, e ainda, visam problematizar e propiciar superações no âmbito pessoal, social e comunitário (Graciani, 2012). Portanto, é necessário garantir o exercício participativo para construir um posicionamento novo, autônomo, com novas possibilidades e descobertas (De Castro Pitano, 2020).

As metodologias participativas na socioeducação devem acontecer de modo articulado às experiências de vida dos adolescentes em seu território de vivência, por compreender que sua influência implica na constituição do sujeito e dos seus laços sociais.

Observa-se que “os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas costumam viver em territórios urbanos de baixa renda genericamente chamados de periferias” (Malvasi, 2011, p. 515). Deste modo, nas metrópoles e em regiões metropolitanas, há uma pluralidade de realidades periféricas, que na falta de infraestrutura urbana e ausência de políticas públicas, instituem modos operantes de sobrevivência e cultura local, nos quais os adolescentes se reconhecem cotidianamente.

A periferia expressa, simbolicamente, um lócus existencial onde pessoas insuficientemente socializadas, segundo o marco normativo, podem sofrer interferências em suas vidas. Os jovens pobres, no discurso da “fala do crime”, constituem o principal grupo em risco de sucumbir ao crime (Malvasi, 2011, p. 515).

Os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas são, em sua maioria, oriundos da periferia das cidades, e encontram-se em estado de vulnerabilidade social, que é marcado por violações de direitos, vínculos familiares fragilizados, falta de oportunidades, e vivências de discriminação e preconceito. Neste sentido, sujeitos que vivenciam situações sociais críticas tem na periferia um território vivo e dialogam com sua cultura, formando vínculos sociais que dão a eles um lugar de pertencimento (Broide, 2015). Deste modo, “[...] esses adolescentes, por estarem fortemente enraizados no tecido social, são importantes porta-vozes do território e dos processos de exclusão” (Broide, 2015, p. 62).

A vida na periferia é intensa, com inúmeras situações limite vivenciada pelos adolescentes, sejam o risco da morte, a falta de igualdade de direitos e de acesso a políticas públicas e a fragilidade das redes sociais de suporte. Portanto, as ações juvenis consideradas ilícitas podem ser resultado de uma busca imediata do adolescente em lidar com o desamparo e ganhar visibilidade social.

Nas ações da medida socioeducativa de PSC, o território também se configura como elemento significativo e ganha concretude nos espaços da vida cotidiana dos adolescentes,

podendo ser um eixo articulador das atividades desenvolvidas com os serviços e equipamentos da comunidade. Esta teia social que se forma naturalmente no cotidiano das relações possibilita ao adolescente ocupar este lugar social e vivenciar a pluralidade de relações que vão se estabelecendo e configurando dispositivos de fala, expressão e reflexão crítica, que atuam como promotores de cidadania.

As ações territoriais no processo da medida socioeducativa de PSC podem impulsionar diferentes dispositivos, nas mais variadas situações (narrativas, relações territoriais, redes de apoio, entre outras). Favorecem a circulação da palavra nos grupos, reflexões e transformações do território acessado, bem como a mobilização da comunidade em relação à mudança de percepção que se tem do adolescente que está no cumprimento da medida socioeducativa. Nas ações territoriais, pode-se melhor compreender as necessidades individuais e coletivas e ainda, fortalecer o sujeito na sua relação com a vida cotidiana. Esta ação coloca o grupo de adolescentes na relação direta com o território vivo; dialoga com a comunidade da escola, com a comunidade do entorno que circula na rua, com a polícia que realiza a ronda no bairro, com os serviços da comunidade em geral. A vivência de atividades planejadas e efetivadas para a PSC, com o processo reflexivo coletivo, permite deslocar o rótulo do adolescente autor de ato infracional por meio de ações transformadoras. Essas ações na comunidade possibilitam mudar o lugar do adolescente invisível, para o adolescente criativo com potencial transformador.

A ocupação dos espaços na cidade, a comunidade em geral e os jovens na periferia, “fazem da rua o lugar do encontro, da sociabilidade e da produção de novas subjetividades” (Takeiti, 2016, p. 29). Portanto, o uso de recursos criativos e de expressão através de diferentes linguagens - como o grafite, a música, a poesia, a dança - tem se revelado como um dispositivo potente de resistência e vinculação social no território. Por fim, a inserção no território de origem do adolescente favorece reconhecer o espaço da vida cotidiana como lugar de fala, de socialização e de ações transformadoras e pode possibilitar um processo de socioeducação crítico e criativo que acontece na e com a comunidade.

Uma das proposições deste estudo é a de sustentar a importância de se valorizar a participação social, a reflexão crítica e o desenvolvimento da autonomia de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e, ao mesmo tempo, dar visibilidade à relevância das abordagens qualitativas, participativas e grupais como ferramentas metodológicas para estimular o desenvolvimento de práticas colaborativas e emancipatórias no escopo da socioeducação em ações comunitárias e territoriais.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Sistematizar a estratégia metodológica da PSC COLETIVA, realizada pelo Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas, em seus aspectos históricos, seus processos, referências teóricas e experiências de implementação, com ênfase em seu caráter coletivo e territorial.

Objetivos específicos

Descrever o histórico da implementação da estratégia metodológica PSC COLETIVA na execução da medida de prestação de serviço à comunidade.

Descrever a implementação dos processos e da estratégia metodológica PSC COLETIVA, com ênfase no período de 2014 a 2019.

Descrever a compreensão e a avaliação da estratégia metodológica PSC COLETIVA, com ênfase no período de 2014 a 2019, pelos profissionais envolvidos com sua execução.

Sistematizar as referências teóricas da estratégia metodológica PSC COLETIVA, com ênfase no período de 2014 a 2019.

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

3.1 Pesquisa Qualitativa

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de estudo retrospectivo e prospectivo, de caráter qualitativo. Do ponto de vista retrospectivo, a pesquisa se propôs a realizar um resgate histórico a partir da revisitação de documentos institucionais e das perspectivas de duas profissionais, que acompanharam a implementação da metodologia PSC COLETIVA, tendo se tornando referências importantes para sua construção. Ainda, buscou-se resgatar aspectos históricos e experiências emblemáticas desta metodologia. Em termos prospectivos, a pesquisa buscou conhecer a compreensão de profissionais, que têm executado esta metodologia, acerca da implementação da proposta. Portanto, em consonância com Minayo (2014), o estudo buscou incorporar o cotidiano e as experiências, interpretadas e reinterpretadas pelos profissionais que as vivenciaram, considerando o significado e a intencionalidade que marcam as construções humanas.

O cenário do estudo é o Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), executado pelo Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC. O público-alvo do serviço é adolescente de 12 a 18 anos e/ou jovens até 21 anos; e a meta de atendimento definida pelo Termo de Convênio com a Prefeitura Municipal de Campinas é de 80 adolescentes e suas famílias. A equipe é composta por onze profissionais, sendo: uma coordenadora técnica que é terapeuta ocupacional, quatro técnicos/orientadores de medida, sendo uma terapeuta ocupacional, dois psicólogos e uma assistente social; um educador social e; duas duplas psicossociais para acompanhamento familiar, compostas por um assistente social e um psicólogo em cada.

Para obtenção de dados que possibilitassem analisar e alcançar os objetivos específicos previstos foram utilizados os procedimentos metodológicos da pesquisa documental, entrevistas e grupo focal, descritos a seguir.

3.2 Pesquisa documental

A técnica da pesquisa documental constitui um procedimento importante na pesquisa qualitativa, por meio da complementação de informações já obtidas e/ou revelando novos aspectos de um tema ou problema (Ludke e André, 1986).

Este procedimento foi utilizado para verificar a construção histórica da PSC COLETIVA, a partir do levantamento e leitura de documentos, tais como ofícios, relatórios anuais, plano de trabalho, dentre outros documentos produzidos na instituição no período de 2007 e 2008, que demarca o início do programa de PSC. Este resgate histórico permitiu organizar de forma cronológica as tratativas iniciais e seus desdobramentos para a efetivação da implementação do serviço e da metodologia inovadora em desenvolvimento.

Após a identificação e leitura de documentos relevantes, produzidos no período da implantação do programa de PSC, a análise documental buscou realizar uma descrição histórica e cronológica da proposta metodológica PSC COLETIVA.

3.3 Entrevista

A entrevista pretende construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, através de conversa com finalidade, realizada pela iniciativa do entrevistador. Como fonte de informação, fornece dados objetivos e subjetivos do sujeito participante da pesquisa sobre a realidade que vivencia. A entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas, sem se prender na indagação formulada (Minayo, 2014).

As entrevistas desta pesquisa foram semiestruturadas e tiveram a finalidade de fazer o resgate histórico da implementação da PSC COLETIVA e compreender suas implicações no trabalho com a medida de Prestação de Serviços à Comunidade. As entrevistas foram realizadas na modalidade virtual, gravadas e posteriormente transcritas. Foram utilizadas algumas questões orientadoras, complementadas por questões facilitadoras, que convidaram a entrevistada a oferecer exemplos e realizar complementações pertinentes ao assunto. Foram realizadas entrevistas de aproximadamente uma hora com duas importantes referências no processo de implementação da metodologia PSC Coletiva:

- Coordenadora geral do COMEC no período de 2008 a 2020 – Sra. Marili Foltran, tendo composto a equipe de implantação do serviço de PSC em 2007 e atuado como psicóloga por 37 anos na instituição. Foram inicialmente formuladas cinco questões para comporem o roteiro de entrevista (Apêndice A).

- Promotora do Ministério Público da Infância e Juventude de Campinas, Dr.^a Elisa de Divitiis Camuzzo, que atua há 24 anos na área de atos infracionais, colaborou na implantação desta proposta metodológica no COMEC e ainda acompanha ativamente a execução da medida de PSC no município. Foram formuladas quatro questões para comporem o roteiro de entrevista (Apêndice B).

As transcrições das entrevistas foram analisadas em seu conteúdo, para identificar fatos, cronologias, processos e avaliação da PSC COLETIVA. Neste sentido, as entrevistas com essas duas profissionais de referência que acompanharam a implantação do programa, a partir de duas perspectivas distintas (a da Coordenação Geral e a da Promotoria Pública) trouxeram dados significativos e complementares à pesquisa documental. A análise de conteúdo também possibilitou a identificação de consensos, dissensos, tendências e regularidades nas contribuições das participantes (Pádua, 2002).

3.4 Grupo Focal

Técnica desenvolvida a partir da interação grupal, com capacidade de interação e problematização sobre um tema específico na perspectiva dialética. Os participantes devem ter alguma vivência com o tema, que possibilite trazer contribuições a partir de experiências cotidianas (Gatti, 2012). A definição de Gondim (2013) sobre os grupos focais é a possibilidade da coleta de dados, a partir das interações grupais, ao se discutir um tema sugerido pelo pesquisador.

Não existe um modelo único para análise dos grupos focais, podendo-se escolher a unidade de análise dos dados (falas individualizadas ou do grupo todo) conforme a proposta do pesquisador. Ainda, não é necessário usar todos os dados obtidos (Gatti, 2012).

O grupo focal realizado teve a finalidade de problematizar e avaliar o uso da metodologia – PSC COLETIVA e coletar dados qualitativos sobre as compreensões e avaliações dos profissionais que atuam no serviço.

Os critérios de participação no grupo focal foram: ser membro da equipe do programa de PSC e aceitar o convite para participar da proposta. Foi realizado um grupo focal, com dois encontros, na modalidade virtual, com oito (8) profissionais, sendo suas atribuições na equipe: técnicos/orientadores de medida, educadora social e técnicos de referência do acompanhamento familiar. Em cada encontro um membro alternou frequência (faltou do primeiro e participou do segundo; outro faltou do segundo e participou do primeiro). O grupo foi gravado e posteriormente transcrito. Após o primeiro encontro, iniciou-se o processo de análise das contribuições, com a verificação de pontos não abordados e importantes para o estudo, de modo a possibilitar garantir estes aspectos no segundo encontro do grupo.

As perguntas disparadoras para os integrantes do grupo do focal foram: Como vocês compreendem o desenvolvimento da PSC COLETIVA no COMEC? Como vocês avaliam a PSC COLETIVA? Que bases teóricas vocês acreditam que são balizadoras da PSC COLETIVA? Quais os desafios na execução da PSC COLETIVA? Quais são as estratégias de

destaque da metodologia da PSC COLETIVA? Qual é o sentido para o adolescente executar a PSC COLETIVA? (Anexo C)

Para que a pesquisadora pudesse se colocar no papel de observadora da discussão, foi solicitado que a coordenação do grupo focal fosse feita por outra profissional com experiência em manejo de grupo e capacidade de síntese. Sendo assim, o grupo foi coordenado por uma terapeuta ocupacional, que atuou por 10 anos no serviço de PSC e havia se desligado recentemente da equipe.

Após leitura exaustiva da transcrição do grupo focal, foi realizada análise temática do material, buscando identificar as principais categorias empíricas. Ao final, realizou-se um enxugamento e delineamento final das categorias centrais identificadas, buscando apreender consensos, dissensos, tendências e regularidades (Minayo, 2014; Pádua, 2002).

Para a análise do material produzido no grupo focal, optou-se por trabalhar as contribuições dos participantes em sua totalidade, na perspectiva de se identificar as compreensões que o grupo de profissionais tem da estratégia metodológica utilizada para a execução da PSC no COMEC.

3.5 – Preocupações de caráter ético

Esta pesquisa foi submetida à apreciação ética, conforme Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016), relativa à pesquisa com seres humanos, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), sob o parecer CAAE - 39939920.5.0000.0068 (Anexo A). O projeto foi submetido ao Comitê de Ética após consentimento do Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (Anexo B). Os participantes foram incluídos na pesquisa após leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo C).

Os critérios de inclusão para a entrevista foram: (I) ser referência institucional envolvida na construção e implementação do programa ou ser membro da Promotora da Infância e Juventude de Campinas na atuação direta na execução das medidas socioeducativas, em particular (II) haver concordância para sua participação com consentimento livre e esclarecido devidamente assinado pelo participante. Os critérios de inclusão para o grupo focal foram: (I) ser membro da equipe do programa de Prestação de Serviços à Comunidade; (II) haver concordância para sua participação com consentimento livre e esclarecido devidamente assinado pelo participante.

Os participantes foram informados: (a) dos objetivos da pesquisa; (b) de que sua privacidade seria preservada na análise e na apresentação dos resultados da pesquisa e que sua imagem e dignidade não serão comprometidas de nenhuma forma; (c) que o conteúdo do grupo focal seria analisado em sua temática sem qualquer juízo de valor ou exposição pessoal e das situações-problema trazidas; (d) que sua recusa a participar não traria qualquer repercussão a sua pessoa; e (e) que poderiam desistir a qualquer momento da pesquisa.

Como os sujeitos de pesquisa são profissionais convidados a compartilharem suas experiências, percepções e avaliação sobre a metodologia estudada, a pesquisa resultou em risco mínimo aos participantes. Ela não trouxe benefícios pessoais aos mesmos, mas espera-se que o estudo traga contribuições significativas para as medidas socioeducativas em meio aberto. Os participantes foram informados de que é esperado que a realização de tal estudo contribua para a sistematização e execução da PSC COLETIVA e ainda afirmá-la como tecnologia social. Os participantes foram também informados que as pesquisadoras, responsável e executante, socializariam os resultados da pesquisa em eventos da área e periódicos.

RESULTADOS

CAPÍTULO 4 - HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO DA PSC COLETIVA NO COMEC

4.1 A medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade em Campinas: uma breve retrospectiva histórica

No período de 1997 a 2007 a medida de PSC foi desenvolvida no município de Campinas pelo poder público, representado pela Secretaria de Assistência Social, por meio do programa “Reintegração Social de Grupos de Adolescentes, através do Trabalho Educativo” (RESGATE). Tinha como objetivo atender 100 adolescentes autores de ato infracional na faixa etária de 12 a 18 anos.

Observa-se a partir de documentos do referido programa, que após cinco anos de execução desta medida socioeducativa, em 2002, houve sugestão de modificar o trabalho em desenvolvimento, de modo a alcançar um projeto pedagógico específico, na perspectiva de atender as necessidades e características do adolescente, na busca de seu potencial criativo como agente transformador.

O objetivo proposto foi o de assegurar o acompanhamento psicossocial sistemático e as atividades socioeducativas, com inserção dos adolescentes em grupos de atividade. O programa desenvolveu estratégias de atendimento enfatizando o caráter socioeducativo, o acompanhamento sistemático individual e grupal dos adolescentes e de suas famílias, bem como dos monitores dos locais de prestação de serviços. Foram desenvolvidos grupos de atividades programadas com os adolescentes e oficinas culturais, esportivas e reflexivas como: cinema de animação, fotografia, hip-hop, jardinagem/paisagismo, leitura/escrita de texto e teatro, a partir de interesses comuns, permitindo o processo interativo social do adolescente. A metodologia de trabalho foi desenvolvida com a inserção do adolescente em locais de prestação de serviço, em atividades administrativas e outras, com monitoramento de frequência e acompanhamento do supervisor do setor, e/ou inclusão em grupos de atividades de acordo com interesses e disponibilidade.

Na transição do poder público executado pelo RESGATE para o COMEC no ano de 2007, de acordo com ofício n.º 048/2007 (Comec, 2007c), os espaços parceiros, que eram os locais de prestação de serviços onde havia adolescentes vinculados eram: Câmara Municipal de Campinas, Cemitério da Saudade, Cemitério da Conceição, Departamento de Parques e Jardins, Departamento de Transporte Interno da Prefeitura - patrimônio, EMDEC, Hospital

Municipal Dr. Mário Gatti, Mercado Municipal, Praça de Esportes Dr. Orestes Quércia, Prefeitura Municipal de Campinas, Sub Prefeitura de Nova Aparecida, Administração Regional 2, Casa Brasil – Centro de Referência da Juventude, CRAS Nova Esperança, Núcleo de Ação Educativa Descentralizada (NAED) e Núcleo Comunitário de Criança e Adolescente Vila Formosa.

De 2007 em diante, o COMEC amplia o convênio com o município de Campinas e passa ser o executor da medida socioeducativa de PSC, com a proposta de desenvolver a metodologia PSC COLETIVA, foco deste estudo.

4.2 Implementação do programa de Prestação de Serviços à Comunidade no COMEC: contextualização histórica

Para resgatar a história da criação do programa de Prestação de Serviços à Comunidade no COMEC, é necessário destacar seu lugar no município. O COMEC ganhou reconhecimento a partir de seu pioneirismo e experiência ao ser fundado em 1980 com valores sólidos na garantia de direitos de crianças e adolescentes, com a primazia de evitar a institucionalização. Desde então, atua para garantir os princípios fundamentais dos direitos humanos e no aperfeiçoamento das ferramentas da socioeducação como meios de intervenção e transformação. Neste sentido, as estratégias de atuação visavam o desenvolvimento de ações junto ao adolescente, sua família e comunidade. Precursor ao ECA nas ações em meio aberto voltadas ao trabalho com adolescentes envolvidos com atos infracionais, o COMEC marcou sua origem com representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público na constituição de sua primeira diretoria, que foram atores importantes para o fortalecimento da base do trabalho, sendo pilares sólidos para a continuidade de uma trajetória diferenciada de trabalho com adolescentes, executando inicialmente o programa de liberdade assistida e posteriormente aprendizagem profissional e prestação de serviços à comunidade (COMEC, 2018).

Nesta perspectiva de trabalho, alguns aspectos foram determinantes para o desenvolvimento e alicerce desta organização social (OS). Em relação ao adolescente, o trabalho parte do pressuposto da importância de se compreender o adolescente como agente de seu processo; de garantir a construção de vínculo com o profissional de referência que o atende e; de oferecer acompanhamento por meio de abordagem grupal que possibilite a reflexão coletiva sobre temas transversais da adolescência, escola e trabalho. Ainda, o trabalho dessa OS se constituiu a partir da valorização da atuação junto às famílias e de atendimento preventivo articulado junto à comunidade local (COMEC, 2018).

Após 27 anos de trabalho com adolescentes - sendo referência na execução da medida socioeducativa de Liberdade Assistida no município de Campinas -, o COMEC recebe o convite da Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho e Inclusão Social para executar a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade.

Conforme nos contou a psicóloga Marili Foltran (Anexo D), o COMEC foi convidado a compor um grupo de discussão e avaliação do município sobre a execução da medida de PSC. A experiência de 27 anos na execução da medida de LA, a boa interlocução com o Ministério Público e com a Vara da Infância e Juventude do município, bem como, com a representação assídua do COMEC no CMDCA e na Comissão de Medidas Socioeducativas, foram fundamentais para a transferência da execução pública para a execução indireta pelo COMEC, através de convênio³, a exemplo do modelo em desenvolvimento com a medida de LA.

As tratativas iniciaram no início de 2007, envolvendo a secretaria municipal, diretoria e equipe técnica do COMEC. Neste período, foi elaborado um projeto específico para a execução da medida de PSC, com base nos desafios da execução anterior apontadas pelo serviço público e, fortalecida pela experiência de trabalho desenvolvida com grupos de adolescentes e jovens na LA, tendo como alicerces legais o ECA (1990), o SUAS (2005) e SINASE (2006). Por se tratar de uma nova proposta metodológica para o município, foi necessária a realização de articulação com o sistema de justiça para ampliar as discussões e validar a metodologia (COMEC, 2018).

Neste percurso da construção metodológica para o novo programa de PSC, é importante retomar que a referência de trabalho desenvolvida no programa de LA no COMEC, foi a base e inspiração para formular uma proposta metodológica com enfoque grupal. No período de planejamento desta proposta, alguns profissionais da LA ficaram a frente destas discussões, junto à coordenadora geral da época. Os espaços de supervisão⁴ com os profissionais Oswaldo Di Loreto e Maria de Lourdes Trassi Teixeira foram essenciais para ampliar esta discussão e fortalecer a equipe para este novo desafio. Após este período de

³ O município de Campinas pratica um modelo de execução através de convênio (termo de colaboração) e cofinanciamento com organizações da sociedade civil, que executam de forma indireta os serviços de medidas socioeducativas em meio aberto, com gestão municipal.

⁴ É relevante destacar que desde a década de 90, o COMEC tem oferecido supervisão técnica para os profissionais de suas equipes, o que tem qualificado o trabalho desenvolvido com os adolescentes e suas famílias. A supervisão tem sido reconhecida, por um lado, como espaço de cuidado para as equipes, acolhimento dos desafios e das angústias que permeiam o cotidiano do trabalho. Por outro, para a fundamentação e problematização da prática desenvolvida, por meio de discussão de casos e de reflexão acerca da complexidade da construção do trabalho e da articulação da rede intersetorial.

investimento na elaboração e articulação para a execução, deslocou-se uma profissional da LA para ser a coordenadora do novo programa e colaborar com a implantação do serviço.

Na ocasião das tratativas, a promotora de justiça Dra. Elisa De Devitiis Camuzzo e o juiz da Vara da Infância e da Juventude, Dr. Richard Pae Kim, apoiaram a proposta inovadora do COMEC para a execução da medida de PSC. Neste momento, outros aspectos foram determinantes e pontuados como estratégias importantes para o êxito desta mudança, de modo a assegurar que: as medidas de LA e de PSC tivessem suas especificidades garantidas; que o espaço físico a ser operacionalizado fosse distinto e ainda; que o trabalho fosse desenvolvido por equipes técnicas independentes. Ou seja, seria necessário alocar o programa de PSC em outro espaço físico, com equipe técnica exclusiva para este programa.

Oficialmente, em novembro de 2007 o programa de PSC no COMEC foi iniciado, a partir de convênio e cofinanciamento com o gestor público. Foi alugada uma casa para o desenvolvimento do programa e contratada uma equipe técnica específica para executar esta medida. Conforme consta na ata da Assembleia Geral Ordinária de 13 de novembro de 2007 (Comec, 2007a):

O programa irá atender 80 adolescentes em medida de PSC, passando a funcionar em casa alugada à Rua Proença, 446 - Bosque, com quatro profissionais da área técnica e quatro profissionais da área administrativa/apoio.

Em outubro de 2007 foi enviado à Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social da prefeitura de Campinas, o Plano de Trabalho de Proteção Social Especial de Média Complexidade – medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC, proposta metodológica a ser desenvolvida (Comec, 2007b).

Posteriormente, o Plano de Trabalho foi enviado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS. O documento continha: dados institucionais; descrição detalhada do programa; metas de atendimento; considerações; metodologia; articulação institucional e intersetorial, etapas e fases de execução, recursos materiais e equipamentos que a serem utilizados para desenvolver este programa; plano de aplicação dos recursos financeiros; cronograma de desembolso; avaliação e bibliografia. Seu Plano de Trabalho inicial (Comec, 2007b, p. 4) refere:

O desafio na atuação com adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto (PSC) é de apresentar oportunidades e caminhos diferenciados na comunidade onde foi cometido o ato infracional. Para tanto

serão necessários o envolvimento da família, da rede de serviços com interface de diferentes áreas.

Oficialmente, o programa de medida socioeducativa em meio aberto de Prestação de Serviços à Comunidade foi registrado no CMDCA sob o número 043/02 e no CMAS sob o número 010E (Comec, 2021).

A proposta metodológica implantada foi a PSC COLETIVA, com investimento no processo grupal, que compreendia dois momentos específicos: espaço de capacitação dos adolescentes e espaço de ação cidadã, através de parcerias fixas com serviços da rede socioassistencial da região central e/ou em outros locais (COMEC, 2018). Esta proposta foi desenvolvida no período entre 2007 e 2013.

No relatório institucional anual do COMEC de 2007, foi descrito o programa de medida socioeducativa de PSC, com a narrativa do histórico da implantação do programa, a transição entre os programas RESGATE e COMEC/PSC, bem como o fluxo de atendimento, o número de atendidos até dezembro de 2007 e nomeação da primeira equipe técnica contratada⁵.

Ressalta-se a estratégia da época de designar para a coordenação do programa de PSC uma profissional com experiência, sendo escolhida uma assistente social, membro da equipe de LA no COMEC desde 2001 e que, também, era conselheira no CMDCA e coordenadora da Comissão de Medidas Socioeducativas deste conselho. Neste sentido, a primeira equipe do programa de PSC foi composta por 5 profissionais, sendo 1 coordenadora técnica e 4 técnicos/orientadores de medida socioeducativa. A organização do trabalho de equipe seguiu a abordagem inter e transdisciplinar, que era uma prática institucional do COMEC.

Um ano após o início do programa, em novembro de 2008, realizou-se um evento na unidade de atendimento, para celebrar o primeiro ano de execução da medida de PSC. Foi organizado em parceria com serviços da rede de atendimento, espaços de ação cidadã, conforme folder “UM NOVO OLHAR PARA A PSC” de 28/11/2008 (Anexo E).

Em 2012, os órgãos fiscalizadores do município – Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC), Gestão Técnica Municipal e Ministério Público fizeram apontamentos de avaliação sobre os pontos frágeis da metodologia em desenvolvimento, com

⁵ Adilaine Juliana Scarano Vedovello – terapeuta ocupacional; Eduardo Khater – psicólogo; Luiz Henrique Pereira Mendes – pedagogo; Maria de Fátima de Bessa e Silva - assistente social; Silmara Cristina Ramos Quintana – assistente social/coordenadora técnica.

destaque para as parcerias fixas que determinavam as atividades com os adolescentes, limitavam o acesso de novos parceiros e estavam restritas aos serviços da região central. Houve a sugestão de se ampliar as parcerias para a prestação de serviços, bem como o número de beneficiários (Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social, 2012).

Ainda no ano de 2012, uma resolução municipal instituiu na composição da equipe mínima dos serviços de medida socioeducativa em meio aberto, a dupla psicossocial, composta pelas áreas do serviço social e da psicologia para a referência do atendimento às famílias, com base na matricialidade sociofamiliar e no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, preconizados na Política Nacional de Assistência Social.

Portanto, em 2013 foi formalizada a necessidade de adequações na metodologia de trabalho, indicando a necessidade de realizar a prestação de serviços no território do adolescente e ainda garantir a ampliação de serviços parceiros para a efetivação do trabalho (Comec, 2018). Nesta perspectiva, foi pactuada formalmente para a renovação do termo de convênio para 2014, o reordenamento da metodologia PSC COLETIVA abarcando: ampliar as parcerias com locais para PSC e implantar e/ou ampliar ações regionalizadas nos territórios de origem dos adolescentes (Secretaria Municipal Cidadania, Assistência e Inclusão Social, 2013).

Eu acho que as atividades antes eram meio desconectadas com os próprios adolescentes, com as demandas deles, com a realidade deles ... me incomodava parcerias fixas e nem sempre fazendo algum sentido para o menino ... porque eu lembro que era um pequeno número de entidades e vocês faziam alguns trabalhos pontuais, isso que me incomodava mais (Elisa De Devitiis Camuzzo).

Após discussões ampliadas envolvendo a equipe do COMEC, gestão municipal e Ministério Público, houve o consenso da necessidade de reformular a metodologia. Em 2014, o COMEC reformulou a metodologia PSC COLETIVA, compreendendo que de fato as parcerias fixas e atividades direcionadas limitavam o trabalho. Portanto, a proposta de mudança enfatizou que a prestação de serviços passasse a ser efetivada no território de pertencimento do adolescente, e as parcerias acessadas mediante indicação do adolescente e/ou identificadas a partir da região de moradia de abrangência dos grupos. Desta forma, o adolescente passou a participar de todo o processo de elaboração da PSC, reconhecer seu território, protagonizar as ações na comunidade e ressignificar seu lugar no território local (Comec, 2018).

E eu achei um grande avanço foi o adolescente podendo transformar a realidade da comunidade dele, essa é a minha ideia, vocês regionalizaram o

atendimento, isso é uma busca, uma luta nossa pela regionalização e antes não era regionalizado, eram entidades pré-selecionadas e aí vocês começaram a fazer um atendimento regionalizado, grupos ainda, era a PSC Coletiva, mas na comunidade do adolescente, e essa acho que é a ideia (Elisa De Devitiis Camuzzo).

Mediante as adequações realizadas na metodologia, destacaram-se no relatório anual de atividades de 2014, elaborado pelo COMEC e solicitado pela CSAC, os resultados e pontos positivos do trabalho desenvolvido, como: ampliação significativa de parceiros, realização de atividades com visibilidade na efetivação da prestação de serviços, realização da PSC no território de origem do adolescente e retorno positivo dos parceiros após efetivação das atividades.

Na entrevista, Marili Foltran ressaltou os avanços da reformulação da metodologia:

Foi um avanço implantar e ampliar ações regionalizadas nos territórios de origem dos adolescentes. Os adolescentes reconhecerem o seu território. Mapear as condições de vulnerabilidade e utilizar como ferramenta para o atendimento. Possibilitar ao adolescente, inserção e reconhecimento do seu papel de pertencimento na sua comunidade, proximidade com as famílias, escola e grupo social. Maior proximidade da história pessoal do adolescente pelas equipes, identificar seus interesses respeitando o tempo para concluir as etapas das ações, realçando a criatividade de cada jovem. Dar potência na sua Prestação de Serviços nas parcerias da comunidade (Marili Foltran).

Como já referido, esta proposta metodológica tem sido referência para outros municípios que tem visitado o COMEC na perspectiva de conhecer esse modelo de execução da medida de PSC (Comec, 2018).

Neste item foi possível apresentar em linhas gerais a trajetória histórica da execução da medida de prestação de serviços à comunidade no município de Campinas, com destaque para sua implementação no COMEC. O item seguinte apresentará o desenvolvimento de sua estratégia metodológica no período compreendido entre 2007 e 2013.

4.3 PSC COLETIVA no COMEC: 2007 a 2013

A pesquisa possibilitou dar visibilidade a duas fases distintas de construção metodológica na execução da medida de PSC, sendo: uma fase desenvolvida no período de 2007 a 2013 - a PSC COLETIVA – por meio de eixos de ofertas de atividades e parcerias fixas; e, outra, a partir de 2014, sob mesma denominação, que tem sido desenvolvida a partir da construção participativa das ações com os adolescentes e jovens em seu território.

Buscando traçar uma diferença entre estes momentos, este estudo irá denominar a segunda fase de PSC COLETIVA E TERRITORIAL, com vistas a poder estudá-la em profundidade, com ênfase no período de 2014 a 2019 (a ser apresentada no Capítulo 5).

Conforme o Plano de Trabalho que instituiu a proposta PSC COLETIVA, com investimento no processo grupal, de 2007 a 2013, a metodologia foi desenvolvida por eixos de atividades e compreendia dois momentos: espaço de capacitação (quando o adolescente era capacitado na atividade) e espaço de ação cidadã (quando o adolescente devolvia o produto/aprendizado elaborado para a comunidade), a partir de sua inserção em grupo. No espaço de capacitação, cujo objetivo era despertar para o exercício da cidadania, o grupo de adolescentes se comprometia com todo o processo criativo e de planejamento das atividades a serem desenvolvidas. No espaço seguinte, essas atividades eram apresentadas pelo adolescente como ação cidadã, se responsabilizando pela construção e execução de todas as etapas do processo até a conclusão da medida de prestação de serviços à comunidade (Comec, 2018).

O levantamento de necessidades era ser feito com o próprio grupo em formação para que de fato se prestasse um serviço responsável que fizesse diferença em sua vida. Eram oferecidas possibilidades diversas de conteúdos programáticos distribuídos em EIXOS de atividades (Comec, 2018) com oficinas de:

- Expressão Artística e Cultural – composta de música, dança, ritmos, teatro, artes plásticas entre outras possibilidades levantadas pelo adolescente;
- Saúde e qualidade de vida – abordadas noções básicas de alimentos, culinária, drogas, sexualidade, beleza (estética, higiene, autocuidado, etc);
- Esportes – experiências corporais para o contato com os limites e desafios do próprio corpo e para o exercício de noções de regras e de limites no espaço grupal;
- Inclusão Social e Digital – introdução ao pacote de serviços, internet, web designer, hardware, comunicação, informação, fotografia, grafite, noções de elétrica e hidráulica.

Conforme fluxograma de 2008 (Anexo F), a porta de entrada ao programa era via Vara da Infância e Juventude de Campinas. Após ser encaminhado ao COMEC-PSC, seguia o fluxo interno institucional que iniciava o acompanhamento do adolescente e de sua família para viabilizar a prestação de serviço.

Nos atendimentos iniciais estava previsto a elaboração do Plano Individual de Atendimento - PIA⁶, onde eram apresentados ao adolescente os quatro eixos temáticos para realizar a proposta de PSC e diante do seu interesse eram inseridos no grupo específico para desenvolver a atividade.

As atividades de capacitação por eixo eram desenvolvidas no espaço físico do COMEC e coordenadas por um técnico/orientador de medida e um oficinairo com domínio da atividade. A ação cidadã era desenvolvida em serviços da rede socioassistencial do município e/ou outros locais onde o adolescente apresentava o produto, ou socializava o resultado de seu aprendizado na capacitação. As parcerias, na sua maioria, eram fixas e localizadas na região central da cidade (Apêndice E). Outra possibilidade era que a ação cidadã podia ser realizada no próprio espaço físico do COMEC, seja na realização de atividades de consertos de equipamentos eletrônicos ou de culinária.

[...] e o trabalho começou dentro do COMEC, dentro da casa, dentro, uma coisa bem mais privada onde você tinha todo o controle de uma atividade, vai discutir sobre drogas vamos para uma sala, vai discutir sexualidade, vai fazer expressão artística, vai discutir saúde e as pessoas iam lá para isso [...] (Marili Foltran).

Neste período, a Creche Bento Quirino foi uma parceria fixa, que favorecia que a PSC COLETIVA fosse desenvolvida por meio de atividades mensais com dois grupos de atividades, incluindo crianças e pré-adolescentes. As atividades desenvolvidas eram: culinária, onde um grupo de crianças da creche se deslocava até o COMEC para vivenciar a oficina com os adolescentes; e esportes, onde um grupo de pré-adolescentes se deslocava com veículo do COMEC até o clube da Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB) para desenvolver atividades esportivas sob a condução dos adolescentes.

Os dados quantitativos desde período, com base nos relatórios anuais da instituição, estão descritos na Tabela 1 e demonstram a totalidade de 1104 adolescentes atendidos, bem como o total de espaços de capacitação e de ação cidadã e o alcance da comunidade atendida anualmente.

⁶ PIA – Plano Individual de Atendimento, previsto no SINASE, é um instrumento norteador e estratégico para o planejamento e a gestão das atividades desenvolvidas com o adolescente durante o cumprimento de medidas socioeducativas. Deve ser elaborado de forma dialógica com o adolescente e sua família (Sinase, 2012).

Tabela 1 – Dados quantitativos referente ao período de 2008 a 2013

Ano	Adolescentes atendidos	Espaços de capacitação	Espaços de Ação cidadã	Comunidade atendida
2008	197	137	61	790
2009	222	Sem informação	84	1036
2010	184	204	55	2005
2011	160	321	122	1046
2012	196	152	91	1810
2013	145	124	135	Sem informação

Fonte: Relatórios anuais institucionais do COMEC.

Em relação aos serviços que foram parceiros na ação cidadã, foram abarcadas diversas organizações sociais da proteção social básica e especial, entre outros⁷.

Várias ações realizadas por eixo foram desenvolvidas nestes cenários, entre as quais as ilustradas na Figura 1. A lista completa das ações e atividades com os parceiros, desenvolvidas em 2013 (último ano com a esta proposta metodológica), foi compilada a partir dos registros dos relatórios institucionais e estão disponíveis no Apêndice F.

⁷ Dentre as OS parceiras, os registros indicam: Creche Bento Quirino, Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB), Comitê para Democratização da Informática (CDI Campinas), Creche Cenáculo, Instituto RUMO, Associação dos Pais e Amigos dos Surdos de Campinas (APASCAMP), Abrigo Renascer, Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente – Abrigo CMPCA), Projeto Gente Nova (PROGEN), Centro Socioeducativo Semente Esperança, Direito de SER, Centro Cultural Louis Braille de Campinas, Centro Social Romília Maria, Casa de Cultura IBAÔ, Casa de Cultura Fazenda Roseira, Casa de Cultura Tainã, Obra Social São João Bosco, Abrigo Convívio Aparecida unidade 1 e 2 (COMEC, 2018).

Figura 1 – Exemplos de ações por eixo, PSC COLETIVA 2007 - 2013



Descrição: Seguindo o sentido horário a partir da foto acima à esquerda, as fotos exemplificam os eixos: Eixo Expressão Artística – confecção de pipas; Eixo: Saúde – atividade de culinária; Eixo Inclusão Digital – manutenção de equipamentos; Eixo: Esportes – atividade lúdica de basquetebol.

Fonte: Acervo do COMEC.

Em síntese, este estudo documental possibilitou compreender que a metodologia na 1ª fase era desenvolvida com grupos de adolescentes, com oferta de oficinas por eixos temáticos de Expressão Artística, Saúde, Esportes e Inclusão Digital. Cada eixo tinha um espaço de capacitação visando trabalhar a habilidade e o despertar para cidadania, em que os produtos e as atividades desenvolvidas pelos adolescentes eram oferecidos à comunidade (ação cidadã) para efetivar a prestação de serviços (Comec, 2018). As atividades em sua maioria eram indicadas ao adolescente a partir da escolha do eixo. Os parceiros eram localizados predominantemente na região central da cidade, com destaque para as parcerias fixas no eixo de saúde e qualidade de vida e no eixo de esportes.

O alcance desta proposta criava possibilidades ao adolescente do desenvolvimento de habilidades e a capacidade de vivenciar e compartilhar práticas cooperativas, com momentos

de reflexões socioeducativas, integração e o despertar para a cidadania. Como citado anteriormente, em 2012 os órgãos fiscalizadores do município – Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC), Gestão Técnica Municipal e Ministério Público fizeram apontamentos de avaliação, sugerindo ampliar as parcerias com locais para prestação de serviços à comunidade e implantar e/ou ampliar ações regionalizadas nos territórios de origem dos adolescentes. Portanto, a seguir será descrita a metodologia reformulada, por este trabalho denominada como PSC COLETIVA E TERRITORIAL.

CAPÍTULO 5 - A ESTRATÉGIA METODOLÓGICA DA PSC COLETIVA E TERRITORIAL

Vocês deviam chamar não só PSC COLETIVA, vocês têm que por outro nome. Porque vocês não são só COLETIVA, eu tenho pensado, PSC Coletiva pode ter outras..., mas como vocês estão organizados, do adolescente reconhecer o equipamento, PSC COLETIVA democrática ... porque os adolescentes participam da escolha, de todo o processo, e isso é o diferencial e não só o coletivo ... o plus do menino ser protagonista, ele é o protagonista mesmo e este é o diferencial que vocês têm que demarcar no nome. Porque faz sentido para o menino! (Elisa De Devitiis Camuzzo).

Após as tratativas para a reformulação da metodologia, já referidas anteriormente, o COMEC implementou nova proposta a partir de 2014, aqui renomeada como PSC COLETIVA E TERRITORIAL. Nesta estratégia metodológica, o território de origem do adolescente surge como potência de trabalho ao possibilitar sua inserção social e reconhecimento de seu papel na própria comunidade, criando condições para seu empoderamento na coletividade local. A PSC passou a ser efetivada no território de pertencimento do adolescente, abarcando o município todo, e as parcerias passaram a ser identificadas a partir da região de abrangência dos grupos (Comec, 2018).

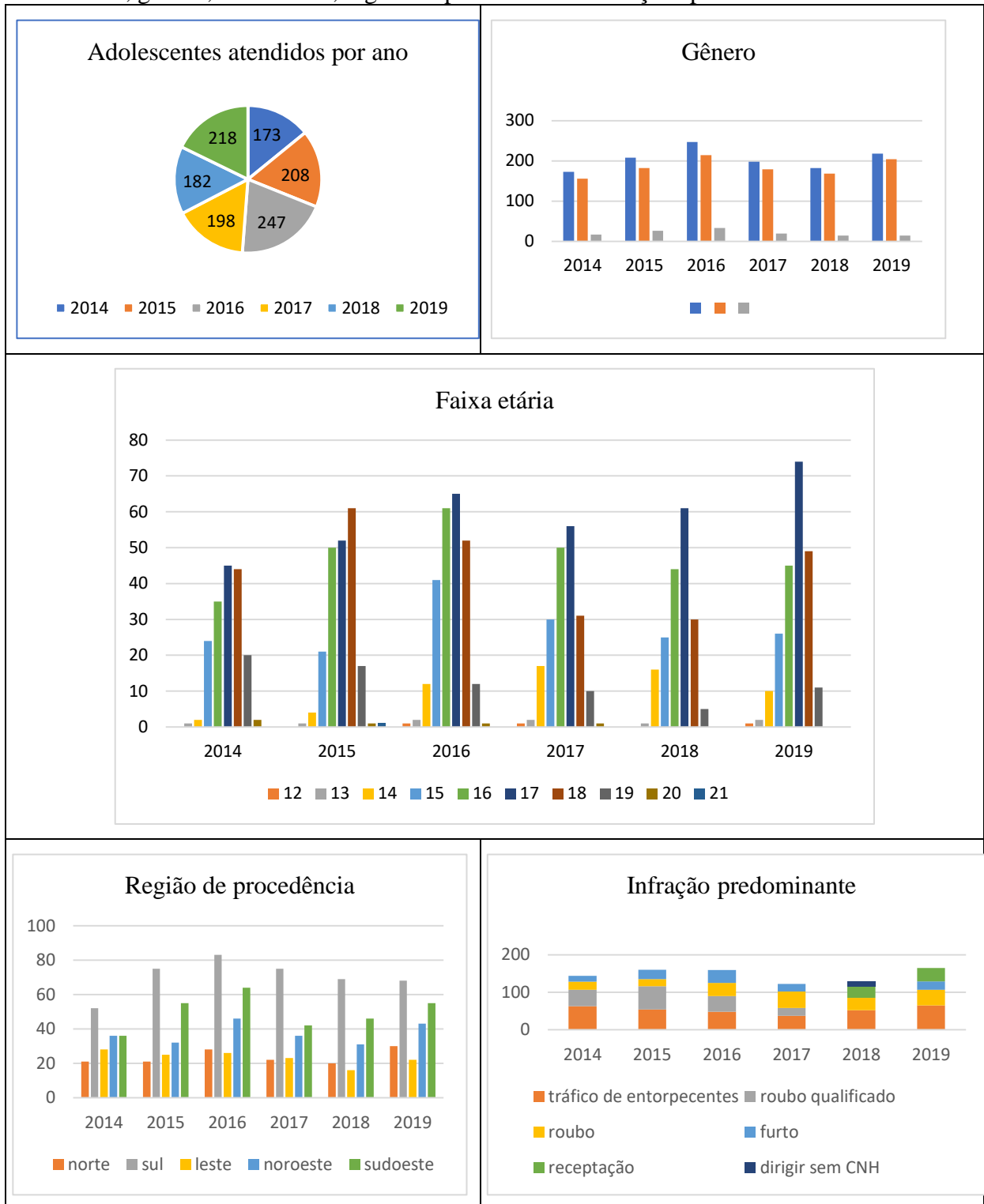
5.1 Contextualização, fluxo do atendimento e exemplos da prática desenvolvida

5.1.1. Contextualização e perfil dos adolescentes atendidos

Nesta nova perspectiva, as equipes foram divididas como referência entre as cinco macrorregiões do município (Leste, Sul, Norte, Sudoeste e Noroeste), formando duas miniequipes de trabalho composta por: técnico/orientador de medida, dupla psicossocial de atendimento familiar e educador social. A partir do Plano de Ação para o ano de 2015, a estratégia metodológica da PSC COLETIVA E TERRITORIAL, passou a ser implementada com a organização de grupos de adolescentes por região de moradia, abarcando as cinco macros regiões.

A análise dos relatórios anuais institucionais possibilitou identificar o perfil dos adolescentes atendidos no período de 2014 a 2019 (Figura 2), bem como as atividades desenvolvidas nas comunidades. Não foi incluído o ano de 2020 por ser atípico devido à pandemia de COVID-19, sendo possível realizar acompanhamento grupal, somente de janeiro a março. Após esta data, os atendimentos se mantiveram na modalidade individual e foram majoritariamente virtuais.

Figura 2 - Perfil dos adolescentes atendidos no período de 2014-2019, segundo: número de atendidos, gênero, faixa etária, região de procedência e infrações predominantes.



Fonte: Relatórios anuais institucionais

Destaca-se ainda que no período de 18 de março de 2020 até o início de mês de setembro de 2021, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo manteve suspensa a medida de PSC devido o período pandêmico. Diante da suspensão e das fases do Plano São Paulo de controle à pandemia, as ações do programa mantiveram-se prioritariamente na modalidade

remota, com foco nas ações de: manutenção do vínculo institucional, orientações sobre a pandemia, COVID-19, acompanhamento das demandas socioassistenciais das famílias, efetivação das medidas protetivas e garantia de direitos.

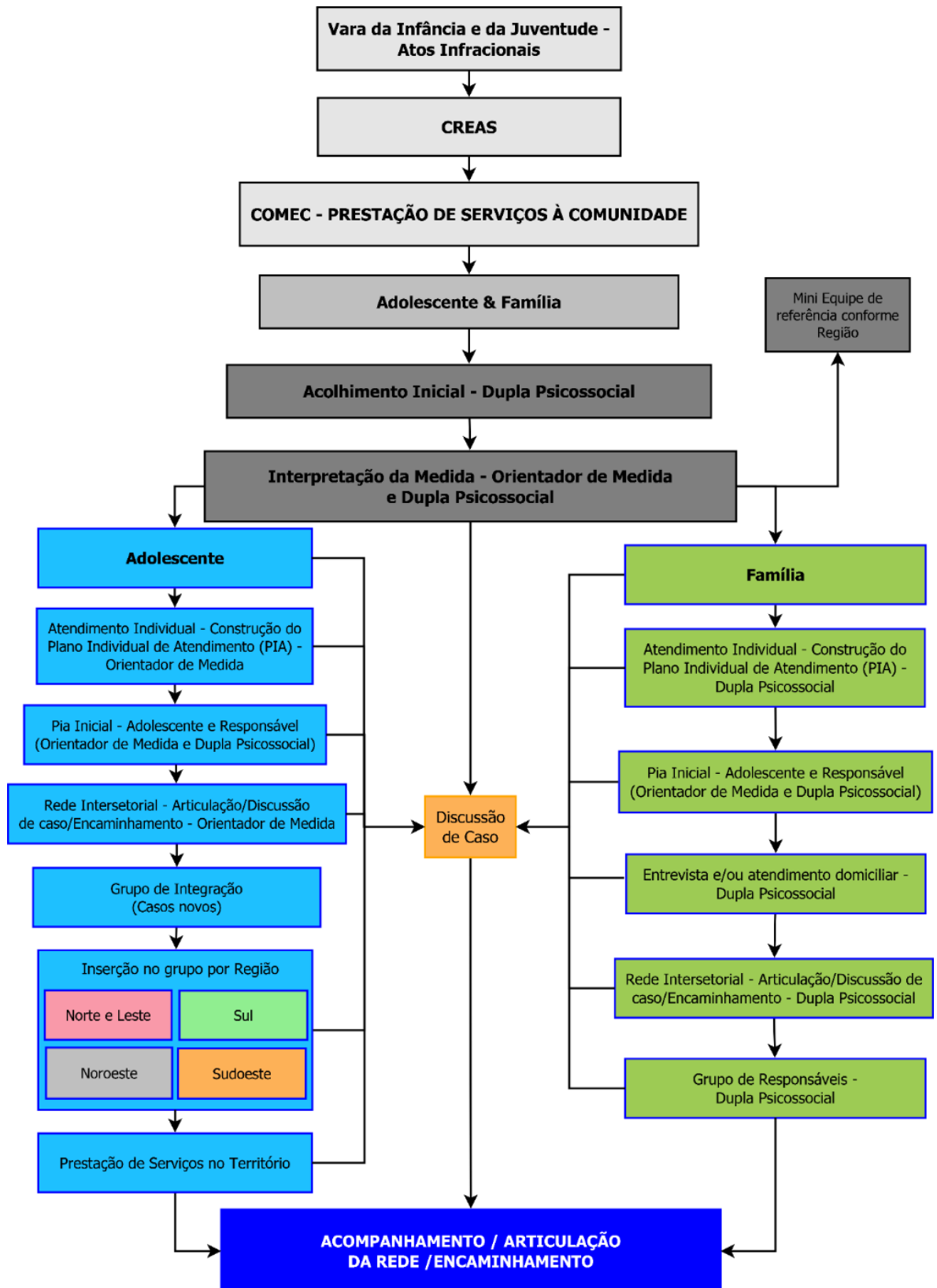
No período de 2014 a 2019 foram atendidos um total de 1368 adolescentes e jovens, variando entre 173 e 247 atendimentos por ano. Conforme os relatórios anuais institucionais (Comec, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019), os dados levantados referentes a gênero, faixa etária, região de procedência e ato infracional predominante se mantiveram constantes de modo geral. Constata-se, assim, que o perfil dos adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de PSC no COMEC no período de 2014 a 2019 é de adolescentes e jovens predominantemente do sexo masculino (90%), entre 15 e 18 anos, procedentes das regiões sul, sudoeste e noroeste de Campinas. No que diz respeito ao motivo da entrada na medida socioeducativa, há predomínio da prática dos atos infracionais respectivamente por: tráfico de entorpecentes, roubo qualificado, roubo simples, furto, receptação e dirigir sem habilitação. Nos anos de 2018 e 2019 constata-se que o roubo qualificado deixou de aparecer como predominante e a receptação passou a ocupar esse lugar de destaque, bem como as infrações de dirigir sem habilitação e furto.

5.1.2. Fluxo de atendimento da PSC COLETIVA e TERRITORIAL: a sistematização de uma tecnologia social desenvolvida pelo COMEC

A implementação da PSC COLETIVA E TERRITORIAL demandou o estabelecimento de novo fluxo institucional para o acompanhamento do adolescente e sua família, que pode ser mais bem compreendido na Figura 3. Nesta, é possível visualizar que a porta de entrada é via Vara da Infância e Juventude de Campinas, com passagem pelo posto do CREAS⁸ e encaminhamento para a executora responsável pelo acompanhamento da medida socioeducativa. Posteriormente, o adolescente e seu responsável são acolhidos em grupo na executora, onde receberão informações e orientações sobre o trabalho a ser desenvolvido. Em seguida, se iniciará o fluxo de atendimentos com a equipe de referência para elaboração e execução do PIA, e planejamento e execução das atividades de prestação de serviços e de articulação com a rede intersetorial, a saber: interpretação da medida; atendimentos individuais, grupais e outras estratégias previstas.

⁸ O posto do CREAS é localizado em uma sala na Vara da Infância e Juventude de Campinas, onde um profissional fica alocado para receber os adolescentes após audiência e aplicação de medida socioeducativa em meio aberto, de modo a encaminhá-los para as executoras do município.

Figura 3 – Fluxograma 2015



Fonte: Relatório anual institucional, 2015.

O fluxo de atendimento da PSC passou a se organizar a partir de duas modalidades de acompanhamento: o acompanhamento individual e familiar e o acompanhamento grupal, descritas a seguir.

5.1.2.1 Acompanhamento individual e familiar

O acompanhamento individual e familiar engloba um conjunto de atendimentos iniciais, definidos como: acolhimento inicial coletivo, interpretação da medida socioeducativa, atendimentos individuais com o adolescente e com o responsável e elaboração do plano individual de atendimento.

O **acolhimento inicial coletivo** do adolescente e seu responsável acontecem de forma grupal na instituição executora, semanalmente, com todos os casos encaminhados pelo CREAS. É realizado pela equipe de referência do acompanhamento familiar e visa realizar orientações iniciais da medida socioeducativa de PSC e verificar demandas que irão compor o plano de atendimento. Os adolescentes e seus responsáveis são orientados quanto à/ao: frequência dos atendimentos, acompanhamento da equipe de referência, regularização da documentação pessoal, acompanhamento escolar, documentação/declaração das unidades de internação provisória, uso do bilhete único, e execução da medida socioeducativa de PSC. Nesta ocasião, é utilizado um vídeo institucional para favorecer que as informações sejam passadas de forma didática, com uso de imagens e linguagem acessível. Posteriormente, são informados sobre a data de retorno com a equipe de referência para iniciar a Interpretação da Medida (IM).

A **interpretação da medida socioeducativa** é o atendimento inicial com o adolescente e responsável, realizada com o técnico/orientador de medida socioeducativa e um membro da equipe de referência do acompanhamento familiar e tem por objetivos:

- Iniciar vínculo com os profissionais da equipe de referência;
- Discutir e refletir sobre a medida socioeducativa;
- Esclarecer quanto ao trabalho a ser desenvolvido com o adolescente e sua família;
 - Perceber como o adolescente e seu responsável compreendem o processo da medida socioeducativa;
 - Permitir que o adolescente e seu responsável tenham um espaço de escuta, dando início ao processo de ressignificação do ato infracional;
 - Propiciar ao adolescente e seu responsável falar sobre o ato infracional em um contexto de cuidado e proteção e refletir sobre o modo como ocorreu, os motivos que

podem ter o levado o adolescente ao ato e interferências causadas na vida do adolescente e sua família, entre outros.

- Favorecer que sentimentos sejam expostos e refletidos;
- Compreender a dinâmica familiar estabelecida.

Nos **atendimentos individuais com o adolescente e seu responsável**, os direitos e deveres são enfatizados, bem como as orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que muitas vezes é lido junto ao adolescente e sua família. Inicia-se o conhecimento da situação familiar e do histórico de vida do adolescente. Quando o adolescente passou pela internação provisória, propõe-se refletir sobre este momento e o que resultou para sua vida e a de sua família. Muitos adolescentes trazem relatos de violências sofridas na abordagem policial durante a apreensão e no período de permanência na Fundação Casa, e são orientados quanto aos seus direitos, embora frequentemente optem por não fazerem a denúncia. Após a IM, é agendado atendimento individual para o adolescente e para o seu responsável separadamente, com as respectivas equipes de referências. Tais atendimentos podem se desdobrar em convites para que outros membros da família sejam chamados a participar, dependendo das demandas apresentadas pelo responsável. Esses atendimentos são usualmente semanais. Entretanto, por ser esta escuta inicial um processo complexo e subjetivo, não há uma definição prévia na quantidade de atendimentos a serem realizados. No entanto, percebe-se que, no geral, são necessários de dois a três atendimentos para subsidiar a elaboração do plano individual de atendimento (PIA). Em seguida, a equipe de referência se reúne com o adolescente e seu responsável para o fechamento do PIA Inicial.

No atendimento com o adolescente, o técnico de referência vai iniciar o investimento na vinculação, realizar escuta qualificada, reforçar o aspecto socioeducativo da proposta de responsabilização e pontuar os princípios da medida de prestação de serviços à comunidade. Nesta ocasião, serão abordadas: as responsabilidades a ele atribuídas no processo judicial, aspectos da vida escolar, aspectos do seu acompanhamento de saúde, seu histórico ocupacional, as relações familiares, as redes de apoio e projeto de vida. Apresenta-se a proposta e operacionalização do atendimento grupal socioeducativo ao qual o adolescente será inserido.

Com as famílias, os atendimentos individuais são realizados a partir das demandas levantadas na Interpretação da Medida, dependendo da construção que é realizada com cada grupo familiar. O foco do trabalho com o grupo familiar é: propiciar espaço de escuta, realizar orientações gerais, compreender a dinâmica familiar presente, seu histórico na linha do tempo, conhecer os papéis de cada membro na relação familiar, conhecer os impactos familiares

resultantes do ato infracional, compreender os significados ao ato infracional para a família, promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e estabelecer parceria no acompanhamento da medida do adolescente. São ofertados atendimentos individuais, grupais e domiciliares.

A entrevista domiciliar é parte integrante do trabalho, tendo por objetivo conhecer a realidade social da família, da região e do território em que residem e identificar demandas e redes de apoio no território. A entrevista visa também compreender singularidades das questões sociais vividas pelo adolescente e família, obter maior compreensão da dinâmica familiar, fortalecer o vínculo entre os profissionais do serviço e o grupo familiar, além de reconhecer as especificidades do território de moradia.

Além de identificar as demandas objetivas, procura-se possibilitar ao grupo familiar refletir sobre questões subjetivas, levando-se em conta o histórico familiar, o relacionamento e os papéis de cada membro, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares, a organização de seu cotidiano, o seu posicionamento enquanto sujeito de direitos, entre outros.

A oferta de atendimento grupal pode ocorrer conforme o perfil e disponibilidade das famílias e objetiva: propiciar integração e reflexão, esclarecer quanto ao trabalho com os adolescentes na medida socioeducativa, e discutir temáticas transversais, promover espaço de cuidado e aprofundamento interpessoal e contribuir para o fortalecimento da rede afetivo-social de suporte do adolescente.

Todas as ações desenvolvidas com os adolescentes e suas famílias são descritas em relatório técnico pela miniequipe de referência, e diante das demandas, poderão ser realizadas articulações e encaminhamentos para a rede de serviços com foco na intersetorialidade, considerando-se a peculiaridade de cada caso. Na **elaboração do plano individual de atendimento (PIA)**, deve ser garantida a participação do adolescente, seu responsável e de outras pessoas que forem importantes para este processo. O PIA é composto por itens padronizados, organizados pelos serviços de medidas socioeducativas em meio aberto e o sistema de justiça do município de Campinas a partir de documentos legais, como o SINASE (Brasil, 2012).

As informações colhidas e os combinados realizados são registrados em relatório técnico, e encaminhado para o sistema de justiça (Vara da Infância, Ministério Público e Defensoria Pública). Contêm dados do acolhimento, da interpretação da medida socioeducativa e dos atendimentos realizados, compondo informações acerca do adolescente e do grupo familiar. São descritas as medidas protetivas, as atividades que o adolescente se comprometeu a realizar durante o cumprimento da MSE e os objetivos por ele declarados.

Informa-se também a situação escolar e as relações de trabalho. Informações de saúde do adolescente e de seu grupo familiar também fazem parte do PIA e sua relação com o território que seja verificado como significativa. As relações e organização familiar, bem como as atividades de participação e opinião da família durante a medida socioeducativa, são pontos que enfatizam seu envolvimento no acompanhamento da medida. Deste modo, as demandas apontadas no relatório serão as propostas de trabalho que nortearão o acompanhamento pela instituição executora e o sistema de justiça.

O PIA é revisto constantemente segundo as demandas trazidas pelo adolescente e sua família. O primeiro relatório, chamado de PIA inicial, é encaminhado no prazo de 30 dias⁹ após o acolhimento. Os relatórios seguintes são: PIA de desenvolvimento da MSE e PIA de finalização da MSE, quando o adolescente cumpre o tempo determinado. No decorrer da medida, também podem ser necessários outros relatórios enviados fora do padrão de organização do PIA, considerando as demandas emergentes do adolescente atendido.

A avaliação e reavaliação das metas do PIA com o adolescente e família, são parte do processo de acompanhamento da medida. Quando o adolescente conclui a medida e é orientado sobre o documento de decisão judicial que extinguiu a medida socioeducativa, outro momento de reavaliação é proposto ao mesmo, cujo intuito é refletir sobre todo o processo realizado.

5.1.2.2 Acompanhamento Grupal

O acompanhamento grupal é organizado a partir de duas modalidades de grupos socioeducativos, definidos como: grupo de integração e grupo socioeducativo por região.

O **grupo de integração** tem como objetivo realizar a recepção inicial do adolescente para a apresentação da proposta grupal. Ele consiste em um único encontro, quando se reúnem todos os adolescentes que estão iniciando a medida no mês. Busca-se favorecer a integração entre os pares, a vivência de um processo grupal e a apresentação da metodologia a ser desenvolvida nos grupos por região. Como apontado pelos profissionais durante o grupo focal (Anexo G), este é um momento de desfazer mitos como “assinar carteirinha” e desconstruir o imaginário de que o COMEC trabalha com a polícia. Apresentam-se, também, os combinados que irão possibilitar o bom funcionamento dos grupos socioeducativos por região, semanalmente. O grupo de integração favorece que o adolescente compreenda o

⁹ O prazo de 30 dias para o PIA inicial é um acordo entre o Sistema de Justiça do município de Campinas e as executoras de medidas de meio aberto.

momento atual do grupo que irá compor. Possibilita uma vivência de estar em grupo, de se mostrar como se relacionam entre pares, inclusive para avaliar se ele vai para grupo naquele momento. Proporciona entrar em contato com a proposta da territorialidade na execução da medida e exemplificar as possibilidades de atividades de prestação de serviços.

Utilizam-se como estratégia, dois jogos (Figura 4) elaborados pelo COMEC: “Mitos e Verdades”, que aborda temas importantes da adolescência e auxilia na resolução das dúvidas concretas sobre o modo de cumprir a medida socioeducativa e; “Cidade em Fluxo”, que favorece a exploração do mapa da cidade, com as especificidades dos territórios e seus serviços nas macrorregiões. A apresentação de vídeos e fotos também são recursos utilizados que apresentam exemplos de PSC já realizadas para demonstrar as diversas possibilidades de atividades, bem como a forma de como se representa na prática a prestação de serviços na comunidade.

Figura 4 – Ilustrações dos jogos



Descrição: A imagem da esquerda refere ao jogo “Mitos e Verdades” e a imagem da direita refere ao jogo “Cidade em Fluxo”.

Fonte: Acervo COMEC PSC

O **grupo socioeducativo por região** consiste em grupo de acompanhamento de adolescentes subdivididos pela região de moradia para a realização da PSC em seu território, que se constitui após o grupo de integração. Em média, o tempo da atividade planejada para a efetivação de um processo de PSC, tem duração de dois meses. O tempo atribuído pelo judiciário no município de Campinas para a medida de PSC, tem predomínio entre 4 e 6 meses, com 4 horas semanais. As etapas deste acompanhamento grupal, que serão detalhadas adiante, são:

- Conhecimento/reconhecimento do território: diagnóstico das condições socioeconômicas, da infraestrutura e dos serviços existentes/ausentes na região de moradia;
- Definição do serviço e/ou grupos, setores da população local que podem se beneficiar com a prestação de serviço e/ou pelo qual o adolescente demonstre interesse;
- Contato telefônico com o serviço-parceiro escolhido pelo grupo, para apresentar a proposta;
- Estabelecimento de parceria, com ofício institucional, se o serviço-parceiro responder positivamente;
- Agendamento de visita do grupo de adolescentes, para conhecer o serviço-parceiro e suas demandas;
- Avaliação das demandas e das habilidades do grupo, para definição da prestação de serviços;
- Planejamento e preparação da atividade a ser desenvolvida no território – etapa iniciada no COMEC;
- Execução da atividade no território, respeitando o tempo necessário para a conclusão do processo de trabalho e o tempo da MSE atribuída (adaptado de COMEC, 2018, p.87).

São responsáveis pela condução do **grupo socioeducativo por região**, um orientador de medida e um educador social. Os grupos são mistos, com duração de 3 horas e realizados em ambos os períodos (manhã e tarde) para possibilitar a inserção dos adolescentes no contraturno escolar. Trata-se de um grupo aberto, e, portanto, os adolescentes podem iniciar em diferentes momentos. O orientador de referência necessita ter o cuidado de trabalhar com o adolescente o momento atual do grupo, antes de incluí-lo. O fato de o orientador de medida ser a mesma referência no processo individual e grupal (por ser referência da região) facilita no estabelecimento do vínculo e no acompanhamento da MSE na totalidade.

A proposta do grupo inicia-se com o reconhecimento do território através de dinâmicas que permitem aos adolescentes perceberem que fazem parte de uma das cinco macrorregiões de Campinas e sobre as características de seu território de origem. Em seguida, discute-se sobre as condições socioeconômicas da região, os equipamentos e serviços existentes ou ausentes, reflete-se sobre quais locais de seu território poderiam desenvolver alguma atividade que traga contribuições para a comunidade. Este trabalho permite o empoderamento do adolescente acerca da circulação e conhecimento de sua comunidade

Figura 5 - Mapeamento do território



Fonte: Acervo COMEC PSC

O grupo sugere um ou mais serviços públicos (saúde, educação, cultura, lazer e outros) ou ainda, aponta o perfil de usuários dos serviços (crianças, adolescentes, adultos, idosos e outros) que gostaria de trabalhar para a efetivação da PSC. Posteriormente, realiza-se contato telefônico com o serviço sugerido pelo grupo e é apresentada a proposta. Sendo a resposta positiva, é firmada a parceria com um ofício institucional. Definido o serviço-parceiro, agenda-se uma visita com o grupo para conhecer o serviço e levantar as possíveis demandas para a efetivação da PSC pelo grupo. Após a visita, reflete-se sobre quais atividades serão possíveis de executar, considerando as demandas apresentadas, mas também as habilidades do grupo. Verifica-se o material necessário e inicia-se o planejamento das etapas que farão parte do processo todo. A seguir, a PSC é executada no serviço-parceiro, respeitando o tempo necessário para concluir todo o processo.

O grupo em geral desenvolve mais do que uma atividade de PSC a depender do tempo de medida atribuído, podendo acessar também, mais do que um serviço para parceria. Durante a realização dos grupos, os adolescentes trazem conteúdos importantes a partir das relações que vivenciam com o território e do seu cotidiano. A proposta é que esses conteúdos sejam refletidos de modo que os adolescentes possam expressar o que pensam sobre o assunto e problematizar as discussões. Como exemplos de temas transversais, tem-se: sexualidade, uso de substâncias psicoativas, relacionamentos afetivos, violência, universo infracional, escola, trabalho, família, música, arte, desigualdades sociais, dentre outros.

O uso de atividades artísticas, artesanais, lúdicas, dentre outras, permeia o acompanhamento grupal, podendo ser utilizada a qualquer momento visando integração e

fortalecimento dos vínculos do grupo. Em particular, após a finalização de uma atividade de PSC, sugere-se uma atividade livre, definida em conjunto com o grupo, que na maioria das vezes é uma atividade de culinária, lazer e/ou cultural.

Em síntese, os procedimentos acima descritos constituíram-se em uma estratégia metodológica diferenciada da primeira fase, ao garantir avanços importantes à abordagem de **construção coletiva, participativa e territorial**, envolvendo o trabalho com os adolescentes em suas comunidades a partir do estabelecimento de parcerias.

5.1.2.3. O acompanhamento grupal da PSC Coletiva e territorial: parcerias e atividades desenvolvidas

Para exemplificar como se dá a prestação de serviços efetivamente, foram descritas, detalhadamente, três atividades já realizadas, abarcando todas as etapas e processos desencadeados para a efetivação da prestação de serviços no território. Considerando sua extensão, uma síntese será apresentada a seguir, ficando a descrição na íntegra disponibilizada no Apêndice D. Acredita-se que sua leitura favorece uma melhor compreensão do processo desenvolvido pela estratégia metodológica PSC COLETIVA E TERRITORIAL.

A primeira atividade descrita tem como tema central “a desmistificação da loucura”, realizada em parceria com um Centro de Convivência. Para compreender o papel deste serviço, foi proposto resgatar a história da luta antimanicomial e da reforma psiquiátrica, bem como a perspectiva humanizada de tratar os usuários da saúde mental. Posteriormente, ao visitar um Centro de Convivência inserido na região leste de Campinas, os adolescentes tiveram uma vivência com os usuários realizando atividades, experiência que mobilizou o grupo de modo positivo. A partir desta experiência, foi sugerido pelos adolescentes realizar uma oficina para confecção de uma mandala com miçangas com os usuários do serviço. O desenvolvimento desta atividade engajou os adolescentes no exercício de auxiliar o usuário na atividade, ao mesmo tempo, em que possibilitou um momento de trocas, que exigiu dedicação e paciência e favoreceu o reconhecimento da capacidade de fazer de usuários de serviços de saúde mental.

A segunda atividade descrita refere-se ao tema “trabalho infantil”, e foi desenvolvida em parceria com um Centro de Convivência e Casa de Cultura. A partir de visita a uma exposição sobre o tema da exploração do trabalho infantil, o grupo de adolescentes identificou este tema como relevante. A atividade foi disparadora para refletir sobre as experiências

vividas como trabalho infantil e que não são nomeadas como tal, inclusive o tráfico de drogas, hoje considerado uma entre as piores formas de trabalho infantil. A partir das reflexões realizadas, o grupo propôs a elaboração de um fanzine (revista/publicação não oficial) com representações da temática para serem distribuídos para a população atendida em dois serviços do território.

A terceira atividade descrita teve a temática “Andorinhas” e foi realizada em uma Casa de Cultura, quando o grupo, ao mapear os serviços do território, identificou a Casa de Cultura Andorinhas. O nome chamou a atenção de um adolescente, que associou o nome da Casa Andorinhas, unidade da Fundação Casa no município. Este fato proporcionou ao grupo refletir sobre o pássaro andorinha, símbolo da cidade e ainda fazer a analogia sobre a Casa Andorinha que prende pessoas e a Casa Andorinha que liberta, trazendo importantes debates sobre os espaços que proporcionam vivências e aprendizados e os modos como estes espaços se relacionam com as experiências no território. Posteriormente foi sugerida a confecção de um banner para divulgar o sarau deste ponto de cultura, que teve como elemento simbólico a “andorinha”.

Em relação às parcerias desenvolvidas, com base nos relatórios anuais institucionais referentes aos períodos de 2014 a 2019, foi elaborado um quadro demonstrativo com informações como: segmento das parcerias, região e detalhamento das atividades desenvolvidas neste período (Apêndice G). Em síntese, os serviços acessados para a implementação da PSC COLETIVA E TERRITORIAL englobam as cinco macros regiões do município de Campinas. Observa-se um rol de atividades desenvolvidas, a partir da proposta de construção conjunta entre o grupo de adolescentes e a demanda dos serviços, como: revitalização de espaços, oficinas de atividades diversas, grafite, confecção de jornal, gincanas, hortas, confecção de jogos, customização, entre outras. A Figura 6 apresenta exemplos de atividades desenvolvidas na comunidade.

Figura 6 – Exemplos de ações de PSC COLETIVA e TERRITORIAL 2014-2019



Descrição: Seguindo o sentido horário a partir da foto acima à esquerda, as fotos exemplificam as atividades de: revitalização da praça pública com realização de grafite com nome da praça; revitalização de praça pública com realização de jardinagem com material reciclado; organização de biblioteca em escola; pintura de amarelinha no pátio de creche; reconhecimento do território vivo; grafite com a técnica de fitas na fachada de escola; realização de atividade de futebol lúdico com crianças; confecção de fanzine temático (jornal) para distribuição na comunidade.

Fonte: Acervo COMEC PSC

Através da pesquisa, compreendeu-se que a estratégia metodológica da PSC Coletiva e territorial manteve a abordagem grupal, com mudanças significativas no envolvimento do adolescente nas atividades desenvolvidas para as quais ele faz parte de todo o processo de planejamento, o que favorece sua participação social e seu protagonismo. Nesta perspectiva, a proposta é que a prestação de serviços faça sentido para o adolescente, com a mudança do seu papel social a partir da inserção na sua comunidade. Em relação aos serviços parceiros, estes são identificados pelos adolescentes no processo de discussão sobre o território e acessados após consenso do grupo. A atividade a ser desenvolvida como prestação de serviço será a demanda identificada junto ao serviço, numa construção coletiva, realizada como processo de responsabilização. Constata-se nesta fase que o processo grupal favorece: trocas entre os pares; processo reflexivo participativo através de temas transversais; abordagem socioeducativa nas ações cotidianas e; ampliação de repertório sobre os territórios e os equipamentos da comunidade. Possibilita ainda ao adolescente fazer parte de todo o processo de elaboração da prestação de serviço, reconhecer seu território com criticidade, protagonizar ações e ressignificar seu lugar social (Comec, 2018).

5.2 PSC COLETIVA E TERRITORIAL: potências, referenciais teóricos, dificuldades e desafios

A PSC COLETIVA E TERRITORIAL é uma estratégia metodológica diferenciada que vem sendo utilizada pelo COMEC e que apresenta potências, dificuldades e desafios, construída a partir de um conjunto de referenciais teóricos. Distingue-se de outras referências de execução de PSC, que na sua maioria, propõem inserção em atividades de trabalho individualizado, majoritariamente na área administrativa, em entidades acolhedoras e fora do território de vida do jovem.

As narrativas dos profissionais do serviço sobre esta estratégia metodológica, bem como as da gestora e da promotora, mostraram uma sintonia na compreensão da proposta e da execução do trabalho, uma complementariedade nas perspectivas apresentadas e ainda, uma validação positiva do trabalho que vem sendo realizado. Uma síntese de suas perspectivas acerca das potências, dificuldades, desafios e referenciais teóricos, será apresentada a seguir.

5.2.1 Potências da estratégia metodológica

As potências desta estratégia metodológica da PSC COLETIVA E TERRITORIAL que foram identificadas nesta pesquisa são: a atividade como principal recurso da PSC, o atendimento grupal, a ação territorial e o acompanhamento familiar.

Esta estratégia metodológica tem **a atividade como principal recurso da PSC**, sendo a articuladora do processo grupal e do produto final. A realização de atividades possibilita ao adolescente e ao grupo experiências de criação, elaboração e transformação. Assim, a PSC COLETIVA E TERRITORIAL acontece por meio de atividades que são planejadas e executadas coletivamente durante os grupos socioeducativos, que se iniciam no COMEC e se efetivam no território. Como já mencionado, o uso de atividades também permeia o acompanhamento grupal, podendo ser utilizada ao início, meio ou fim da PSC.

As atividades, que podem ser artísticas, artesanais, culturais, lúdicas e de lazer, são utilizadas como recurso para facilitar a interação grupal, fortalecer os vínculos do grupo, bem como possibilitar ao adolescente se conhecer como sujeito de direitos - alguém que faz escolhas, cria, organiza e possibilita conectar o seu fazer com a vida cotidiana. O uso de diferentes materiais e estratégias enriquecem os modos de fazer e participar, promovendo a atenção às necessidades no âmbito individual e coletivo. Portanto, gera para os adolescentes sentimentos de satisfação e conhecimento de suas potencialidades, desconstruindo rótulos negativos impostos pela sociedade. Assim, a atividade se constitui como recurso de transformação.

[...] a atividade [acontece] a partir da vivência e do lugar de fala e de experiência desse adolescente, o quanto os desafios vão se tornando menores, não que não tenha, mas o quanto isso vai ressignificando e dando oportunidade pra gente repensar muitas coisas (participante do grupo focal).

os recursos que a gente usa também tem muita potência, somados ao processo grupal. O uso da arte que está sempre em todas as PSCs, [...] [acaba] trazendo uma motivação, uma outra autopercepção para o jovem e o adolescente, e, ajuda bastante na construção de sua identidade, na elaboração da sua própria subjetividade, de como eles se percebem no mundo (participante do grupo focal).

Na execução da PSC, o uso de diversos recursos e linguagens que possibilitam a representação dos adolescentes e legitimam suas potências pela arte, música, grafite, rima, desenho, jardinagem, entre outros, favorece o deslocamento de suas vivências do mundo infracional. Perceber-se em uma posição de valor e visibilidade social, conquistada a partir da

atividade desenvolvida, possibilita ao adolescente ocupar o lugar social de sujeito transformador na sua comunidade.

O **atendimento grupal** foi apontado como uma das abordagens relevantes para o engajamento dos adolescentes em uma prática de diálogo, onde é possível a troca de vivências e o compartilhamento de aspectos culturais e de saberes. O grupo inicia no espaço da convivência, que favorece a interação com os participantes de forma lúdica e espontânea. Posteriormente, durante o processo de mapear o serviço parceiro, de fazer a visita, de fazer a capacitação das atividades, o grupo é convidado para a discussão de temas transversais que atravessam a adolescência de modo a promover reflexões e pensamento crítico.

Estar em grupo possibilita aos adolescentes realizarem uma interlocução entre suas histórias. Indo além, promove o reconhecimento de si na fala do outro e um espaço de pertencimento e de afeto em que podem ser escutados, percebidos, reconhecidos e validados. O trabalho grupal também propicia um lugar de fala ao adolescente, contribuindo para o processo de identificação, reconhecimento e ressignificação de suas experiências nos contextos de vida das juventudes, da negritude e da periferia. Ainda, escutar as questões trazidas pelo grupo, é uma ferramenta que dá abertura para o acolhimento de situações emergentes que acontecem no território.

O grupo conecta as diferentes histórias de vida dos adolescentes com suas experiências singulares e possibilita o encontro complexo de realidades cotidianas que se somam. Esta abordagem favorece trocas entre pares e a oportunidade de dialogar e se constituir em um coletivo, com identidade. Diante desta proposta, os participantes têm voz no exercício da construção coletiva de prestação de serviços na comunidade.

E você está falando da [PSC] coletiva e ele não se vê sozinho, então ele não fica acuado, ele percebe que tem outros adolescentes com as mesmas angústias neste espaço e que ele não está sozinho nesta luta para transformar sua realidade: ele tem outros [com quem] ele pode contar; ele não está sozinho fazendo a tarefa, se sentindo mais uma vez estigmatizado (Elisa De Devitiis Camuzzo).

A PSC COLETIVA [surge] como uma ferramenta grupal e coletiva, pois entendíamos a importância desse trabalho, já [que] se atendia grupos na LA e o COMEC apresentava expertise com adolescente autor de ato infracional (Marili Foltran).

O trabalho socioeducativo amplia sua ação pela abordagem grupal, ao possibilitar aos adolescentes a vivência de fazer escolhas e ganhar visibilidade para o outro sem o enfoque do ato infracional. A partir de experiências compartilhadas e do reconhecimento das diferenças,

os adolescentes experimentam um pertencimento coletivo que sai da culpabilização e foca em suas potências. A realização de atividades em grupo propicia a coexistência entre pares e favorece a sensação de sentir-se potente a partir de uma ação que é de todos.

A vivência do espaço coletivo favorece a confiança, o reconhecimento das diferenças, o pertencimento e crescimento pessoal, com promoção de mudança no papel social do adolescente enquanto sujeito de direitos. Ser acolhido no grupo sem pré-conceitos, ser escutado e ter possibilidade de participação configura uma ação humanizada e de inclusão social. Nesta perspectiva, o trabalho alcança as diretrizes do ECA, na compreensão da adolescência como uma fase peculiar de desenvolvimento, que implica na constituição da experiência do modo individual para o coletivo.

A **ação territorial** foi considerada como a mais relevante das estratégias da PSC COLETIVA E TERRITORIAL. A inserção da proposta no território favorece trabalhar os adolescentes a partir de seu lugar de pertencimento, ao mesmo tempo, em que promove a consciência da territorialidade, isto é, que conheçam melhor o lugar onde residem e os espaços e serviços locais existentes como possíveis redes de apoio. A ação na comunidade possibilita também a identificação das fragilidades e potências do território. Deste modo, a inserção territorial abre possibilidades para o adolescente reconhecer seu papel social na comunidade de pertencimento e sua vivência como agente de transformação. Neste sentido, esta tem sido uma experiência importante na relação do adolescente com a rede intersetorial, enquanto possibilita conhecer os serviços locais existentes e/ou ausentes e suas finalidades. Esta conexão territorial tem favorecido o protagonismo do adolescente a partir da sua própria história e a de sua comunidade.

[...] uma vez o menino foi conhecer o CRAS, ele nem sabia o que era um CRAS, então ele vai conhecer a região dele sobre um outro olhar, no qual ele não estava acostumado, ele vai conhecer equipamentos públicos e outros equipamentos que podem ajudá-lo e ao mesmo tempo ele vai conhecer a região dele, com um outro olhar e ele pode inclusive verificar o que a região dele precisa, porque a gente precisa de adolescentes que identifiquem os problemas da região dele e ao mesmo tempo ele consegue ver o potencial dele para transformar aquela realidade, sem usar, parece um jargão, mas sem usar o ato infracional, eu acho que eles querem reconhecimento ... (Elisa De Devitiis Camuzzo).

Eu acho que foi muito importante exatamente para o adolescente voltar para o território [...], por exemplo, uma diretora de escola, está o vendo de novo, então [...] vai significar o papel do adolescente protagonista, protagonista no território onde ele foi visto como um autor do ato infracional. Ele pode ter um outro, papel, as pessoas podem ter um outro olhar (Marili Foltran).

Em suma, realizar a PSC COLETIVA e no território favorece um trabalho voltado para a realidade desses adolescentes que lhes possibilita deixar uma contribuição diferenciada no espaço onde vivem. Devolver uma ação à comunidade de pertencimento atribui valor social ao adolescente e contribui para a sua autonomia enquanto cidadão. Na responsabilização coletiva, a atividade desenvolvida deve fazer sentido no processo socioeducativo e favorece a vivência de transformar as histórias de outros sujeitos. Estar na comunidade pode propiciar o conhecimento de líderes comunitários que sejam referências significativas para a transformação da comunidade a partir das trocas de experiências com outras pessoas.

O **acompanhamento familiar** foi apontado como outra abordagem relevante da PSC COLETIVA E TERRITORIAL. O trabalho com as famílias favorece a desconstrução dos aspectos da cultura punitiva que envolve todo o processo de apuração do ato infracional. Possibilita, ainda, afirmar, que a medida socioeducativa pode alcançar outras perspectivas no acompanhamento do adolescente. A oferta de um espaço de escuta para as famílias, com a possibilidade de trazer as dificuldades vivenciadas com a adolescência e as relações estabelecidas na dinâmica familiar, favorece um trabalho potente. O estudo constatou que trabalho grupal com as famílias tem favorecido trocas de experiências e ampliação de conhecimento de temas transversais da adolescência, culminando em um espaço de cuidado e reverberando em um melhor convívio familiar.

O trabalho desenvolvido com a parceria da família possibilita a compreensão do sentido pedagógico do cumprimento da medida socioeducativa, suas implicações na vida cotidiana e, portanto, a família também se modifica neste processo. No PIA, os aspectos da educação, da saúde, do trabalho, das relações familiares e sociais são elementos que demandam a corresponsabilização de todos os envolvidos. Os espaços de atendimento individual e grupal possibilitam a desconstrução do sistema punitivo que trouxe o(a) filho(a) para a medida socioeducativa. Ainda, auxilia os familiares a lidarem com as expectativas e dificuldades destas adolescências e sua relação com o universo infracional. Deste modo, o trabalho com os responsáveis é um lugar de cuidado, que se reflete na saúde deste grupo familiar.

[...] a família avalia aquela PSC, avalia aquela atividade que o filho fez e traz aquilo como surpresa “Nossa, não acredito que foi meu filho mesmo que fez”. Não acreditava naquela potência. É muito benéfico quando a família observa a potência (participante do grupo focal)

Nossa, cheguei aqui não querendo falar, eu estava com vergonha, eu não estava entendendo porque eu estava aqui, mas daí depois que eu contei, como eu estou me sentindo melhor, como isso é bom, estou saindo daqui diferente. Que legal que foi fazer essa atividade junto (participante do grupo focal referindo-se a fala de um familiar).

5.2.2 Referenciais teóricos e políticos da estratégia metodológica

Sobre os referenciais teóricos referidos pelos profissionais do serviço, observa-se uma interlocução entre as diferentes áreas de atuação, fazendo jus a transdisciplinaridade que ocorre na prática do trabalho cotidiano. Foram destacados três eixos temáticos importantes como balizadores da estratégia metodológica PSC COLETIVA E TERRITORIAL: a educação libertadora, o atendimento grupal e a ação territorial.

O trabalho desenvolvido é marcadamente influenciado pela concepção da educação libertadora de Paulo Freire e pela pedagogia da transformação de bell hooks, que, em particular, aponta a importância do trabalho educativo considerar a relação entre os marcadores sociais da diferença e as possibilidades de vida, representações e expressões dos adolescentes.

Estas perspectivas, associadas às contribuições da educação social de Antônio Carlos Gomes da Costa, afirmam a importância da participação dos adolescentes na elaboração e execução das atividades desenvolvidas, que resultam em seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos. Estes autores indicam que o engajamento em atividades, de modo crítico e reflexivo, oferece um lugar de fala e pertencimento para o adolescente, sendo um convite à transformação, que se constitui a partir do processo de conhecer-se, interagir com outros, e ganhar uma visibilidade diferenciada e com valor social.

Em relação aos referenciais para o trabalho grupal, autores como David Zimmerman, Jacob Levy Moreno e Wilfred Bion foram citados por oferecerem bases teóricas, bem como orientações sobre funcionamento e manejos para a abordagem grupal.

Acerca das discussões sobre o território, as contribuições de Paulo Malvasi e Dirce Koga, foram ressaltadas por problematizarem o território e suas inserções, afirmando a importância de se reconhecer as singularidades das periferias, como território vivo e potente, onde a diversidade de relações instituídas pode se expressar.

Sendo a PSC COLETIVA E TERRITORIAL um trabalho que se organiza transdisciplinarmente, foram descritos vários outros referenciais que sustentam o trabalho e são trazidos pelas diversas formações profissionais da equipe. Na área da Psicologia, vários arcabouços teóricos foram citados, tais como: Lev Semionovitch Vigotski, Ignacio Martín-Baró, a partir da abordagem sócio-histórica; aportes da psicanálise winnicotiana e das contribuições de Jorge Broide, docente da PUC-São Paulo e supervisor das equipes do COMEC por 13 anos. No âmbito do Serviço Social, foram mencionadas autoras como Regina Miotto, Cilene Terra e Joana das Flores Duarte que são referências teóricas para o trabalho sociofamiliar e para a interlocução do serviço social com o judiciário.

No âmbito da Terapia Ocupacional, foi mencionada sua preocupação com o fazer e o fazer coletivo. Houve referências às contribuições de Sandra Galheigo; à discussão de grupos e coletivos de Maria de Lourdes Feriotti, bem como sua ênfase nas aplicações da teoria da complexidade de Edgar Morin à Terapia Ocupacional e; aos estudos sobre juventudes e trajetórias de vida realizados por Carla Silva e Beatriz Takeiti. Ainda, Juarez Dayrell e José Machado Pais foram citados como referências importantes ao debate das juventudes.

Em relação aos aportes políticos, elementos conceituais e teóricos que fundamentam e orientam políticas sociais e legislações, foram também apresentados como referências relevantes à atuação no âmbito da Assistência Social.

5.2.3 Dificuldades e desafios da estratégia metodológica

Na execução da PSC COLETIVA E TERRITORIAL, os profissionais do COMEC reconheceram dificuldades e desafios no desenvolvimento das ações.

A implementação da estratégia metodológica se confronta, de imediato, com a dificuldade dos adolescentes em desconstruir a cultura do sistema prisional a que têm referência, isto é, reproduzindo falas de que vieram para “assinar carteirinha”, ou seja, realizar a atividade imposta, atestar sua frequência e ir embora. O desafio, portanto, é trabalhar com os adolescentes sua compreensão de que a proposta da PSC COLETIVA E TERRITORIAL é pedagógica, com ações socioeducativas que visam promover o reconhecimento de seu papel na sociedade, dar significado à possibilidade de fazer algo para o outro, de forma coletiva e, alcançar, se possível, um processo de transformação. Neste sentido, o desafio do trabalho é assegurar que o adolescente compreenda o significado da responsabilização trazida pelo cumprimento da medida socioeducativa, e desta forma, legitimar todo o processo em que está

inserido. Conseqüentemente, garantir que as diferentes interfaces e intervenções para o alcance do objetivo da medida de PSC façam sentido para o adolescente, de forma que ele possa se beneficiar deste fazer em seus vários aspectos e do processo de assimilação de novas experiências.

No que tange à abordagem grupal, o fato do grupo ser aberto é um desafio para a prática, pois implica em receber novos adolescentes a qualquer momento em que ocorre o processo da elaboração da PSC. Isso exige do grupo e da equipe investir no processo de vinculação de quem está entrando e retomar combinados e processos já iniciados. Outra questão resultante da abordagem grupal é lidar com que os grupos semanais se tornam um ponto de encontro dos adolescentes no COMEC. O encontro de pares favorece que os adolescentes cheguem e saiam juntos e se apoiem em diferentes aspectos. No entanto, esses encontros possibilitam também que outras ações e situações ocorram, tal como o uso coletivo de substâncias psicoativas antes e depois do grupo, por vezes na frente da instituição e/ou em pontos próximos, fato este que chama a atenção da vizinhança e, também, da polícia, o que requer intervenções da equipe.

A frequência irregular nos grupos é uma dificuldade que impacta no processo socioeducativo e na realização da proposta no território, considerando as etapas da atividade, sua execução e conclusão durante o tempo previsto para o cumprimento da medida de PSC. As ausências também resultam no distanciamento do adolescente do processo em construção e por vezes, pode prejudicar a atividade grupal. Destaca-se, ainda, o desafio que alguns grupos de adolescentes têm para indicar parceiros para o desenvolvimento da atividade de PSC, já que têm poucas vivências no seu território. Diante desta realidade, a equipe precisa ter em mãos opções que possam ampliar escolhas e/ou direcionar uma atividade e/ou indicar um serviço que demonstrou interesse de forma espontânea para receber uma PSC.

A interlocução com os parceiros é importante para ampliar sua compreensão da metodologia da PSC COLETIVA E TERRITORIAL, tendo sido um desafio alinhar a demanda do serviço com a proposta sugerida pelo grupo e com aquilo que os adolescentes têm alcance para fazer. Ainda, na execução da atividade, é preciso lidar com imprevistos, como, por exemplo, quando as escolhas de cores e desenhos representativos para os adolescentes poderão causar conflitos ou desagradados no território. Importante lembrar, que há uma tendência de escolher as representações do universo infracional como: desenhar folha da maconha, colocar a sigla “P JL” (Paz, Justiça e Liberdade, símbolo do PCC), entre outros. Isso

requer um manejo da equipe junto ao parceiro e também ao grupo, sendo necessário ampliar as reflexões dos adolescentes sobre os impactos de suas escolhas.

As adversidades das circunstâncias climáticas para a execução das atividades externas foram também consideradas como desafios para esta estratégia metodológica, pois os imprevistos, como, por exemplo, quando chove, resultam em replanejar a saída do grupo e adequar nova ação na instituição. Ocorre também, de o parceiro desmarcar de última hora a ida do grupo por motivos diversos, como falta de funcionários e mudança na rotina de trabalho, o que demanda improvisação para readequação da atividade.

Realizar projetos de PSC em curto tempo (início, meio e fim com média de 2 meses), é outro desafio da prática. Esta organização auxilia no processo dos grupos, pois há participantes com diferentes tempos de cumprimento de medida e, portanto, favorece que os adolescentes compreendam as etapas de planejamento e execução. E, por fim, realizar a atividade no território de pertencimento dos adolescentes se torna desafiador, pelo fato de que, no território, os adolescentes se mostrarem de modo diferente do que são no COMEC, pois mudam de postura por sentirem-se em casa. Fazer uma atividade de PSC em local aberto no território envolve: encontrar outros pares da *quebrada*, ter um lugar social reconhecido, ter outros estímulos que favorecem a não implicação com a atividade planejada e/ou inclusão de outras pessoas na atividade em curso. No território, não há os limites concretos da instituição e, portanto, os desafios de execução da PSC COLETIVA E TERRITORIAL são muitos para equipe manejar.

CAPÍTULO 6 - PARA UMA SOCIOEDUCAÇÃO COLETIVA E TERRITORIAL: SÍNTESE FINAL E DISCUSSÃO

6.1 PSC COLETIVA E TERRITORIAL: uma estratégia metodológica

A medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, foco deste estudo, caracteriza-se como uma das medidas socioeducativas cujo cumprimento é realizado em meio aberto, com natureza jurídica, prevista no ECA (1990) e posteriormente regulamentada pelo SINASE (2012), aplicada a adolescentes autores de atos infracionais. Com a perspectiva de garantir o direito à convivência familiar e comunitária, com ênfase na responsabilização e por meio de ações socioeducativas, a PSC está na governabilidade da Política Nacional de Assistência Social, regulamentada pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS e tipificada como serviço de proteção social especial de média complexidade.

Neste âmbito, as orientações técnicas e metodológicas para a execução desta medida socioeducativa referem à necessidade de selecionar e credenciar entidades assistenciais, hospitais, escolas, programas comunitários ou governamentais e outros estabelecimentos congêneres para a realização de ações que despertem nos adolescentes valores de solidariedade, oportunidade de estabelecer novas relações interpessoais, vivências com significado ético e social e novos conhecimentos e habilidades (Brasil, 2012).

Entretanto, constata-se que, as regulamentações específicas para a execução desta medida socioeducativa não indicam recomendações quanto à sua operacionalização que não sejam, o cuidado para não ser uma atividade vexatória, a importância de considerar a capacidade do adolescente em cumpri-la e ainda, o caráter educativo e pedagógico, com acompanhamento no local determinado para seu cumprimento.

Na prática, observa-se que o modo operante que prevalece na execução da medida de PSC é o encaminhamento do adolescente a um local com o qual se estabeleceu parceria (entidade acolhedora), para realizar atividades, na sua maioria, burocráticas e realizadas individualmente, com supervisão de funcionário do local e monitoramento do técnico de referência do serviço executor da medida socioeducativa. Este modo operante apresenta fragilidades no processo socioeducativo do adolescente, com pouca efetividade, uma vez que os serviços prestados são majoritariamente administrativos e burocráticos, se constituindo em um fazer “tarefeiro” e sem sentido para o adolescente. Os profissionais do serviço parceiro não são educadores, e geralmente, não se preocupam com o favorecimento do potencial transformador do adolescente. Portanto, há defesa que a PSC seja acompanhada por um

profissional capaz de acolher o adolescente e estabelecer uma relação de confiança. O ideal é ter educadores na função de supervisão e acompanhamento do trabalho socioeducativo, seja individualmente ou em grupo (Craidy, 2012).

A partir de reflexões críticas sobre a implementação da medida de PSC, o COMEC com sua experiência de 27 anos na execução da medida socioeducativa de liberdade assistida, propôs implantar um projeto inovador de prestação de serviços à comunidade denominada de PSC COLETIVA. O projeto consistia em construir uma proposta centrada no trabalho coletivo e com abordagem grupal, confiante na finalidade de afiançar o sentido desta medida socioeducativa para o adolescente, bem como de favorecer sua potência, na perspectiva de garantir o processo de responsabilização pela socioeducação. Esta proposta inovadora teve apoio do sistema de justiça do município de Campinas (Ministério Público, Defensoria Pública e Vara da Infância e Juventude) e da gestão municipal, por estar bem fundamentada pela prática já desenvolvida e pelo efetivo desempenho que o COMEC tem demonstrado no município ao longo de sua trajetória de trabalho (Comec, 2018).

Para além de uma metodologia inovadora, esta proposta abarcou uma estrutura diferenciada para operacionalizar o serviço, com espaço físico próprio e equipe específica para realizar este trabalho. Destaca-se o fato dos programas de LA e PSC estarem situados em unidades distintas e com equipes técnicas próprias, de modo a garantir a especificidade de cada medida socioeducativa. Esta organização espacial é um diferencial do COMEC, se comparado com outros serviços que executam ambas as medidas de modo conjunto. Nas interlocuções com outros serviços públicos e organizações da sociedade civil que visitam o COMEC, é comum encontrar o relato de uma única equipe para os dois programas, com atuação no mesmo espaço físico, geralmente com atividades compartilhadas entre as medidas. Em relação à composição da equipe técnica multidisciplinar, constata-se que a diversidade de profissionais - assistentes sociais, cientistas sociais, educadores sociais, psicólogos e terapeutas ocupacionais - têm instituído uma dinâmica de trabalho marcada pela pluralidade de perspectivas e modos de intervenção que dialogam entre si, ampliando o leque de recursos de atenção ao adolescente em uma configuração transdisciplinar. Nesta perspectiva, os diferentes saberes e recursos das áreas profissionais se tornam complementares, o trabalho é resultado de uma construção coletiva e as ações que alcançam os adolescentes/jovens e suas famílias são compartilhadas.

A supervisão técnica para as equipes de PSC e LA tem sido considerada como valiosa para a discussão de casos e cuidado da equipe, sendo um espaço de circulação da palavra,

reflexão sobre a complexidade do trabalho, ampliação das análises sobre as condições sociais e familiares do adolescente, acerca dos desafios da articulação com a rede intersetorial e, ainda, acolhimento das afetações do trabalho para os profissionais e para a sustentação da equipe.

No percurso desta pesquisa, a análise documental realizada constatou que a reformulação metodológica realizada em 2014 marcou significativamente uma mudança na execução da PSC realizada pelo COMEC. Essa mudança afirmou o território de origem do adolescente como potência para o trabalho da PSC. Assim, a execução da medida na região de moradia do adolescente passou a facilitar sua inserção e reconhecimento de seu papel na própria comunidade. Ainda, o engajamento do adolescente no processo de planejamento e realização da atividade a ser desenvolvida tem favorecido sua participação social numa abordagem dialógica de construção coletiva, participativa e territorial.

No que tange as potências da PSC COLETIVA E TERRITORIAL, assim denominada por esta pesquisa, destacam-se quatro eixos centrais desta estratégia metodológica, o qual são os pilares desta proposta inovadora: **a atividade como principal recurso da PSC, o trabalho grupal, a ação territorial e o acompanhamento familiar.**

Na realização da PSC COLETIVA e TERRITORIAL, **a atividade**, como principal recurso de mediação, ocupa lugar de fala, expressão, interação e fazer. Neste sentido, a atividade promove a interlocução no âmbito das relações interpessoais, institucionais e com a comunidade, auxiliando na inserção do adolescente na vida cotidiana, cultural e social. Deste modo, esta estratégia metodológica assume a compreensão da atividade humana como atividade sociocultural, isto é, “como elemento articulador entre o sujeito e a comunidade, representando, assim, oportunidades de encontro e diálogo entre os diferentes indivíduos da sociedade” (Castro et al, 2001, p. 45). As variadas formas da cultura e da vida produtiva, conectadas a experiência, promovem mudanças e geram valor social.

A estratégia metodológica se alinha ainda com outros argumentos das autoras que apontam que:

Nesses espaços de produção e ampliação da rede relacional, ocorrem a transformação e a construção de uma nova realidade, a partir da qual são definidas as possibilidades concretas de aquisições de novos conhecimentos, novas linguagens, de consciência e emancipação sociocultural e de criação de projetos de vida (Castro et al, 2001, p. 46).

Portanto, durante a prática de atividades, se estabelece um campo de experimentação, e a partir das singularidades dos sujeitos, inicia-se um processo dinâmico, com ações individuais e coletivas, que viabilizam a construção social e a expressão da diversidade. Neste sentido, “trabalha-se com o conceito de produção de vida, de sociabilidade, de formas coletivas de convivência, de solidariedade e afetividade” (Castro et al, 2001, p. 48). A atividade como meio possibilita criar metodologias para um fazer conjunto, de modo a facilitar a convivência e as relações (Malfitano, 2016).

No desenvolvimento da PSC COLETIVA E TERRITORIAL, procura-se investir no uso de atividades artísticas e culturais, que sejam representativas da linguagem dos adolescentes, bem como de seu pertencimento sociocultural. Deste modo, o grafite, funk, rap, escrita criativa, jogos, culinária, reciclagem, entre outras, são as atividades de escolha e interesse dos adolescentes. Assim, esta estratégia possibilita - pela criação, expressão e concretude da ação transformadora – que o sujeito acesse e desenvolva sua capacidade de resistir e existir. Nesse sentido, o trabalho dialoga com as palavras de Silva:

“As atividades humanas são a efetivação dos processos criativos, são expressões ao mesmo tempo subjetivas e sociais que conectam indivíduos e contexto, são responsáveis por produzir e/ou expressar a diversidade cultural. Conectadas ao território da existência, expressam também possibilidades de resistência e de sobrevivência” (Silva et al, 2019, p. 243).

O segundo eixo da PSC COLETIVA E TERRITORIAL consiste no **trabalho grupal** compreendido como processo de construção de um espaço favorável para trocas e experiências que possibilita ao adolescente vivenciar ações socioeducativas com potencial criativo, afetivo e mobilizador. No grupo, é importante ajudar os adolescentes e jovens a falarem e se escutarem, produzindo sentido a cada encontro. Deste modo, o atendimento grupal é entendido como espaço de voz, com atribuição de significados (Centro Assistencial Cruz de Malta, 2016). Ainda, como Samea (2008, p.88) aponta:

O espaço grupal possibilita o contato e o reconhecimento do próprio fazer, seus limites e facilidades; a observação do fazer do outro, a percepção de semelhanças e contrastes, e a potencialização do fazer junto (Samea, 2008, p. 88).

No processo socioeducativo, o trabalho grupal caracteriza-se como uma dinâmica entre os pares, que promove para os adolescentes interações e vivências que possibilitam a concretude da produção de sentidos e do potencial de transformação. Como afirmam Farias e Lopes (2022, p.135), “o grupo é espaço de convivência, de experimentação, de constituição subjetiva, do encontro, do fazer junto [...]”.

Portanto, o **trabalho grupal** nesta estratégia de PSC permite experiências de pertencimento e engajamento em atividades que favorecem a responsabilização pela socioeducação, que ganha sentido para o adolescente.

A existência de um espaço de escuta, de acolhimento, a possibilidade de circulação na cidade e a ampliação do repertório de experiência através das oficinas são elementos que explicam o aspecto positivo atribuído à medida em questão. (Borba, 2022, p. 335)

O terceiro eixo da PSC COLETIVA E TERRITORIAL é a **ação territorial** que se efetiva no espaço de vida do adolescente. Esta ação tem um significado importante, pois resulta na realização de um fazer com implicações no lugar de pertencimento do adolescente, que possibilita o reconhecimento de sua comunidade, e conseqüentemente, a mudança de seu papel social. A consciência da territorialidade é uma estratégia que favorece a ampliação das redes de apoio a partir das suas relações de vida. Consta-se nesta ação territorial, que ocorrem mudanças na percepção dos serviços parceiros, isto é, da representação do adolescente enquanto alguém envolvido com a prática de ato infracional para a do cidadão de direitos que demonstra responsabilidade, criticidade e protagonismo no âmbito da medida socioeducativa.

O território, que recebe a ação da PSC, pode ser compreendido como um espaço de expressão e diálogo, que produz significado e sentido para os adolescentes, pois é o lugar onde eles circulam e vivenciam situações cotidianas (Takeiti, 2016). O território assim é o lugar da afetividade, da convivência, da cultura e da diversidade. Como diz, Broide (2016, pag. 65):

Por um lado, o território encontra-se fragmentado e, por outro, estabelece como defesa o espaço de afetividade e da contigüidade, que é onde se dá a solidariedade, o trabalho comunitário, a contrarrede, a rede formada pelo morador, pelas políticas públicas, pelas ONG'S, pela produção cultural realizada nas brechas da cultura da globalização. Poderíamos chamar da experiência de encontro local, onde está presente o sujeito, a alteridade, o reconhecimento do outro (Broide, 2016, p. 65).

O quarto e último eixo da PSC COLETIVA E TERRITORIAL é o **acompanhamento familiar**, que tem sido uma premissa das ações no COMEC desde sua criação. Nessa perspectiva, o trabalho baseia-se na parceria com a família para o acompanhamento do processo socioeducativo de seus (suas) filhos (as). Deste modo, o acompanhamento familiar durante a medida socioeducativa de PSC se efetiva como possibilidade de desconstruir os aspectos da cultura punitiva que envolve todo o processo do ato infracional. Por meio das trocas entre as experiências de vida dos familiares, esta abordagem afirma que durante a

medida socioeducativa é possível alcançar outras perspectivas no acompanhamento do adolescente. A proposta é de escutar as famílias sem culpabilizá-las e revitimizá-las, com ações individuais e grupais, de modo a promover espaços de cuidado e de reconhecimento que reverberam no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Assim, esta prática da PSC COLETIVA E TERRITORIAL reafirma parâmetros importantes para a proteção social especial de média complexidade, já que:

[...] busca -se por intermédio do trabalho com as famílias contribuir para que a política de Assistência Social seja a expressão efetiva da garantia de direitos sociais, civis e políticos tendo como base a compreensão das relações familiares em suas dimensões sociais e comunitárias, respeitando a singularidade e a intersubjetividade de suas relações (Mariano et al, s/d, p. 38).

A implementação da estratégia PSC COLETIVA e TERRITORIAL, a partir dos quatro eixos centrais desta proposta, se depara, como seria de se esperar, com desafios encontrados na prática, o que requer mediação entre os interesses e possibilidades dos atores envolvidos – adolescentes, parceiros no território, familiares e equipe técnica. Ainda, há que lidar com os imprevistos cotidianos, o que requer desta estratégia metodológica uma constante atitude inovadora e criativa, principalmente em aspectos que envolvem a realização de atividades coletivas, do atendimento grupal e da ação territorial, já explorado anteriormente.

6.2 PSC COLETIVA E TERRITORIAL: diálogos socioeducativos

A PSC COLETIVA E TERRITORIAL, como estratégia metodológica para a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, se sustenta na socioeducação, com um efetivo trabalho - educativo e pedagógico, crítico e participativo, na perspectiva da garantia de direitos para os adolescentes autores de atos infracionais. Ainda, esta metodologia utiliza a abordagem grupal e a ação territorial como potências para a participação e inclusão social do adolescente, favorecendo seu engajamento em todo o processo de planejamento e realização das atividades. Nesta direção, esta estratégia dialoga com Paulo Freire (2019, p. 09) ao dizer que: “a liberdade é a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos”.

A pesquisa, ao estudar e sistematizar a prática realizada, demonstrou que a PSC COLETIVA E TERRITORIAL é uma proposta que se efetiva de forma ética, na perspectiva da proteção integral e da garantia de direitos de adolescentes, segundo os pressupostos do ECA e do SINASE. Desta forma, favorece o cumprimento da medida socioeducativa com

alcance transformador, por garantir que a responsabilização pelo ato infracional cometido, ocorra por meio de ações socioeducativas, com uma metodologia de trabalho criativa e colaborativa, por meio de atividades e uso de diversas linguagens e estratégias, que podem favorecer um fazer com significado.

O estudo evidenciou que a prática da **PSC COLETIVA E TERRITORIAL** tem sido desenvolvida há 15 anos em um processo de implementação-avaliação-reflexão e busca de fundamentação para o trabalho. O trabalho de caráter transdisciplinar enriquece a prática com a pluralidade das diferentes perspectivas da equipe técnica, que amplia os repertórios de ação e o arcabouço teórico-prático.

Deste modo, a socioeducação é um referencial fundamental nos serviços de medidas socioeducativas, por promover a participação social, a reflexão crítica e o desenvolvimento da autonomia de adolescentes e jovens. A partir do ECA, a socioeducação é reafirmada como perspectiva de garantia de direitos, no qual seu caráter pedagógico deve ser compreendido, a meu ver, a partir das perspectivas da Educação Popular e Social, advindas das contribuições de Paulo Freire para as práticas dialógicas e participativas (Silva, 2022). A socioeducação por ele inspirada valoriza os aspectos de compreensão da realidade, abertura para o diálogo, troca de conhecimento e desenvolvimento do senso crítico. Os pilares da socioeducação nessa concepção visam favorecer a promoção da liberdade, da emancipação e da autonomia do sujeito. Portanto, valoriza o exercício da participação social como parte do processo socioeducativo de adolescentes. Reafirmado por bell hooks (2007), a prática pedagógica libertadora deve ser engajada, em constante movimento, dinâmica e fluida, tendo como possibilidade, mudar os processos pedagógicos e transformar a consciência, com livre expressão.

Autonomia, é processo, é vir a ser. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade (Freire, 2019, p. 105).

Outro aspecto deste estudo foi dar visibilidade às abordagens qualitativas, participativas e coletivas como ferramentas metodológicas para estimular o desenvolvimento de práticas colaborativas e emancipatórias no escopo da socioeducação. Essas metodologias participativas favorecem a promoção da cidadania e da emancipação social de adolescentes, a partir de suas experiências e demandas em consonância com a realidade do seu território de vida.

6.3 PSC COLETIVA E TERRITORIAL: diálogos com a terapia ocupacional

A construção desta estratégia metodológica de PSC COLETIVA E TERRITORIAL no COMEC tem sido realizada por meio de um diálogo colaborativo entre os diferentes profissionais que compõe a equipe, e traz em si uma marca de uma construção inter e transdisciplinar, que, por conseguinte, também se beneficiou de práticas e saberes de Terapia Ocupacional historicamente desenvolvido no Brasil. A Terapia ocupacional tem seu foco nas atividades e cotidianos dos sujeitos, fomentando práticas grupais de criação, interação e construção coletiva que se assentam e valorizam o território de existência e de pertencimento das pessoas envolvidas. Assim, como afirma Silva (2019, p. 246), esta estratégia se sustenta em:

Pensar uma Terapia Ocupacional que considera a dimensão cultural e da diversidade, entendendo que lutar pela liberdade dos sujeitos e coletivos para criar e expressar seus modos de vida faz parte de um repertório de ação consciente (Silva, 2019, p. 246).

A proposta metodológica PSC COLETIVA e TERRITORIAL dialoga com a terapia ocupacional social pelas convergências temáticas que são tecidas neste campo de prática, como a vida cotidiana, a participação social, a busca da garantia de direitos, a abordagem grupal e territorial e a construção de redes sociais de suporte.

O processo sócio-histórico de décadas de preocupações e o investimento da terapia ocupacional social nos diversos contextos sociais, com práticas de atuação com a juventude pobre e com grupos excluídos, sustentam suas ações numa perspectiva crítica dos contextos sociais. Dialoga também com as perspectivas críticas que têm construído elementos teóricos e práticos para a atuação do profissional como articulador social, implicado com a problematização e transformação dos processos sociais de exclusão, opressão e discriminação vividos por sujeitos e coletivos (Galheigo, 2012, 2016, 2020). Assim, as práticas críticas e emancipatórias da terapia ocupacional no Brasil, que têm a cidadania como eixo, afirmam o compromisso ético-político da profissão na perspectiva da garantia de direitos. Tais práticas se organizam em diálogo com as ideias de contexto local e territorial, de vida cotidiana, de experiência subjetiva e coletiva, e da compreensão das manifestações de poder como processos dialógicos de afirmação, resistência e transformação (Galheigo, 2018).

Nesta conjuntura, as práticas desenvolvidas no programa de PSC COLETIVA E TERRITORIAL, de caráter emancipatório, dialogam com os pressupostos acima descritos. Ainda, se inspiram pelos manejos da terapia ocupacional como acolhimento, escuta, foco nas

atividades e cotidianos, e fortalecimento das redes sociais de suporte, que garantam o acesso a direitos e a articulação da rede intersetorial (Galheigo, 2012, 2016, 2020). O trabalho no território amplia as possibilidades de compreender o adolescente a partir de suas referências na comunidade em que vive. Deste modo, o acompanhamento de adolescentes e jovens com base na territorialização, propicia o exercício da escuta e compreensão da realidade, cria espaços de reflexão que favorecem apreender os percursos de suas trajetórias (Borba, 2016).

É importante destacar que o COMEC é uma das instituições precursoras a contar com terapeutas ocupacionais na atuação com adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/ou em cumprimento de medidas socioeducativas desde os anos 1980. Em 38 dos 43 anos de existência do COMEC, terapeutas ocupacionais têm participado das ações desenvolvidas junto a adolescentes e seus familiares, contribuindo para o repertório de ações de terapia ocupacional social em medidas socioeducativas e no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. O oferecimento de oficinas grupais foi uma das iniciativas da terapia ocupacional no COMEC que contribuiu para a solidificação dessa estratégia de atendimento como um diferencial no trabalho socioeducativo (Vedovello et al, 2023). O uso da atividade humana e da criação no trabalho com grupos tem sido um recurso utilizado desde então no serviço de medidas socioeducativas, “que possibilita a formação de vínculos, o despertar de interesses e potencialidades, a expressão, a leitura de mundo e a compreensão crítica de seu cotidiano” (Vedovello et al, 2023, p. 10). Especificamente no programa de PSC, a terapia ocupacional tem uma representatividade na equipe técnica e na gestão. Seu trabalho tem sido reconhecido pelas contribuições criativas e humanizadas, pela leitura ampliada do cotidiano dos sujeitos e pela participação na articulação da rede intersetorial.

Embora haja participação de terapeutas ocupacionais em várias iniciativas no campo das medidas socioeducativas em meio aberto no Brasil, a terapia ocupacional ainda tem pouca representatividade entre as profissões que compõem as equipes dos serviços de medidas socioeducativas, conforme estudo realizado por Morais (2016). Este estudo ainda indica que no estado de São Paulo, há um predomínio no vínculo trabalhista com as organizações não governamentais, tal como o que ocorre com o COMEC. A mesma condição se aplica à atuação de terapeutas ocupacionais na assistência social, tal como estudado por Oliveira (2020) ao constatar que somente 9% de terapeutas ocupacionais atuam nessa área no país, com predominância na região sudoeste, e com maior concentração de profissionais nos serviços de Centros-Dia e Unidades de Acolhimento.

Espera-se, portanto, que este trabalho que envolve a atuação de terapeutas ocupacionais em medidas socioeducativas que atuam no âmbito da proteção social especial de média complexidade, possa contribuir para as práticas nesse campo e para o fortalecimento do trabalho da terapia ocupacional no SUAS.

CONCLUSÃO

Este presente estudo se propôs a sistematizar e fundamentar as bases teóricas e as estratégias metodológicas da PSC COLETIVA desenvolvida pelo COMEC, no programa de prestação de serviços à comunidade, no município de Campinas/SP. O COMEC é uma organização da sociedade civil, com uma trajetória de 43 anos de trabalho com adolescentes, jovens e suas famílias, na perspectiva da garantia de direitos, que foi precursor ao ECA e ao SINASE, e construiu sua atuação sempre pautada nos marcos legais e na articulação com o sistema de justiça.

Os resultados deste estudo mostraram a importância de renomear a segunda fase desta estratégia metodológica como PSC COLETIVA E TERRITORIAL, pois sua proposta favorece a construção coletiva, participativa e com ações territoriais na PSC, trazendo novos sentidos para os processos de engajamento, responsabilização e transformação vividos pelos adolescentes no cumprimento da medida. Esta estratégia resulta numa prática de efetivo caráter socioeducativo, com o fomento da criatividade e da criticidade nos contextos comunitários e de vida dos adolescentes. Portanto, essa metodologia, que foi por este trabalho estudada e sistematizada, pode ser considerada uma tecnologia social desenvolvida pelo COMEC. Nesse sentido, como produto, processo e ação técnico-social desta pesquisa de mestrado profissional, foi elaborado o *Guia de referência para a implementação da tecnologia social PSC COLETIVA E TERRITORIAL*, cuja síntese é apresentada no Apêndice H. O guia na íntegra será disponibilizado no sítio eletrônico do Programa de Mestrado Profissional Terapia Ocupacional e Processos de Inclusão social.

Espera-se que este estudo e o guia dele resultante, possam contribuir para o campo das medidas socioeducativas em meio aberto no Brasil, afirmar a prevalência da socioeducação em liberdade para os adolescentes autores de ato infracional com oportunidades de resignificarem suas trajetórias de vidas.

A PSC COLETIVA E TERRITORIAL é uma estratégia que promove o adolescente ao papel de cidadão solidário, sem pré-julgamentos, desmistificando o rótulo do adolescente infrator. Portanto, propõe uma mudança significativa do lugar social do adolescente - de estigmatizado dado sua associação com o universo infracional para o cidadão de direitos, visível pela sua potência.

Desta forma, acredito que a PSC COLETIVA E TERRITORIAL pode ser melhor utilizada pelo sistema de justiça, sendo aplicada como preventiva à reincidência de atos

infracionais, pelo seu potencial pedagógico, participativo e territorial. Entretanto, é importante ressaltar que esta proposta metodológica abarca diversas ferramentas de trabalho no âmbito socioeducativo e requer de uma estrutura ampliada de profissionais e recursos para garantir a qualidade na execução da PSC. Esta condição, pode se tornar um possível limitador para sua execução.

Espero que esta dissertação de mestrado possa reafirmar a resistência do trabalho social em construir práticas emancipatórias e humanizadas, que assegurem acolhimento, respeito e direitos aos adolescentes e suas famílias. Este trabalho também espera contribuir para o campo de prática da terapia ocupacional social, na perspectiva de atuação junto a sujeitos, grupos e comunidades que vivenciem violações de direitos, a partir do compromisso ético-político de enfrentamento das desigualdades sociais e fortalecimento das redes de suporte.

Considerando as características do programa de mestrado profissional e o atravessamento da pandemia de COVID 19, não foi possível contemplar a perspectiva dos adolescentes e suas famílias, optando-se pelo delineamento da pesquisa documental, entrevistas e grupo focal com os profissionais envolvidos com a execução da medida. A não inclusão das perspectivas dos usuários pode ser considerada uma das limitações do estudo. Entretanto, espera-se que estudos futuros possam complementar os aspectos que não puderam ser tratados aqui.

Ressalta-se que, ocupar o lugar de pesquisadora sendo trabalhador do serviço, foco do estudo, torna o trabalho ainda mais desafiador no exercício constante de se distanciar para pesquisar a própria prática. Por outro lado, o conhecimento específico e a experiência, somados ao interesse e motivação pelo estudo, são aspectos positivos nesta construção de pesquisa no campo do mestrado profissional.

Almeja-se, por fim, que este estudo possa fomentar futuras publicações no campo das medidas socioeducativas em meio aberto, contribuir para a implementação de políticas públicas efetivas e qualificar o trabalho socioeducativo com adolescentes, jovens e suas famílias.

REFERÊNCIAS¹⁰

Barros D., Ghirardi M., Lopes, RE. Terapia ocupacional social. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 13, n. 3, p. 95-103, 1 dez. 2002. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v13i3p95-103>.

Becker MJ. Medidas Socioeducativas em meio aberto. In: Craidy CM., Lazzarotto GDR, Oliveira, MM (Org.). Processos educativos com adolescentes em conflito com a lei. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012, cap. 2, p. 31-38.

Brasil. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Diário Oficial da União - Seção 1 – 16 jul.1990.

Brasil. Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Diário Oficial da União de 19 jan. 2012, retificado em 20 jan. 2012.

Brasil. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Diário Oficial da União de 07 jul. 2011.

Brasil. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Dispõe sobre o Estatuto da Juventude e sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Diário Oficial da União de 06 ago. 2013.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília (DF): 2010.

Brasil. Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília. Recuperado em 13 de junho de 2023, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm

Borba PLO, Pereira BP. Traçados de vida e as marcas do sistema socioeducativo. In: Lopes RE, Malfitano APS (Org.). Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos. São Carlos: EdUFSCAR, 2016, p. 331-337.

¹⁰ De acordo com o Estilo Vancouver.

Borba PLO, Pereira BP, Lopes RE. Terapia Ocupacional Social, ato infracional e escola – tramas complexas em relações frágeis. In: Lopes RE, Borba PLO (Org.). Terapia Ocupacional, educação e juventudes: conhecendo práticas e reconhecendo saberes. São Carlos: EdUFSCar, 2022. p. 319-346.

Broide J, Broide EE. A transferência e o território: algumas considerações. A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções – 2 ed. – editora Escuta, 2016.

Cadernos de Orientações Técnicas e Metodológicas de Medidas Socioeducativas (MSE), de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) / Secretaria de Desenvolvimento Social. São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Social, 2012. Disponível em <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/412.pdf>

Castro ED, Lima EMFA, Brunello MIB. Atividades Humanas e Terapia Ocupacional. In: De Carlo MMRP, Bartalotti CC (Org.). Terapia Ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas. – São Paulo: Plexus Editora, 2001. p. 41-59.

Cedeca. Participação política de crianças e adolescentes. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará, 2017. Disponível em <http://cedecaceara.org.br/site/wp-content/uploads/2019/02/Cartilha-direito-a-participa%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

Centro Assistencial Cruz de Malta. Pode Pá: Uma abordagem na Aplicação de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - 1. Ed. – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016.

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas. COMEC: uma Trajetória de Trabalho com Adolescentes/COMEC. Santa Bárbara d'Oeste: Gráfica Mundo, 2018.

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas. Assembleia Geral Ordinária de 13/11/2007 (Campinas/SP), 2007a.

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas. Plano de Trabalho de Prestação de Serviços à Comunidade 2007 (Campinas/SP), 2007b.

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas. Ofício nº 048/2007 de 19/12/2007 (Campinas/SP), 2007c.

Costa ACG. Pedagogia da presença; da solidão ao encontro. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 1997, 140p.

Costa, ACG, Vieira, MA. *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. Salvador, Fundação Odebrecht, 2000.

De Castro PS, Streck DR, Moretti CZ. As tramas da participação na pedagogia freireana: fundamentos para uma democracia radical. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 20, n. 1, 2020, p. 109-118.

Estatuto Social. Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas/COMEC, 2021. Disponível em <http://www.comec.org.br/anexos/estatuto.pdf>.

Fadul FM, Afonso MLM. Os sentidos da participação, cidadania e territórios: um diálogo com as metodologias participativas no PAIF PSI UNISC. Santa Cruz do Sul, Vol. 2, n. 1, jan./jun. 2018.

Farias MN, Lopes RE. Paulo Freire, terapia ocupacional social e a práxis junto a jovens. In: Lopes RE, Borba PLO (Org.) *Terapia Ocupacional, educação e juventudes: conhecendo práticas e reconhecendo saberes*. São Carlos: EdUFSCar, 2022. P. 127-147.

Freire P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa – 60º ed.* - Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

Freire P. *Educação como prática da liberdade – 45º ed.* – São Paulo: Paz e Terra, 2019.

Ferreira AB de H. *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira: coordenação de edição Marina Baird Ferreira. – 8. Ed.* – Curitiba: Positivo, 2010.

Ferreira LAM. Execução das medidas em meio aberto – prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida. In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs). *Justiça, Adolescente e Ato Infracional: Socioeducação e Responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006, p. 397-426.

Fundamento Constitucional do Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/Capacitacao/material_apoio/eca_mse_meioaberto.pdf. Acesso em 10.10.2021.

Galheigo SM, Braga CP, Arthur MP, Matsuo CM. Produção de conhecimento, perspectivas e referências teórico-práticas na terapia ocupacional brasileira: marcos e tendências em uma linha do tempo. *Cad. Bras. Ter. Ocup.*, São Carlos, v. 26, n. 4, p. 723-738, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1773>

Galheigo SM. Repensando o lugar do social: a constituição de um campo de conhecimento em terapia ocupacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TERAPIA OCUPACIONAL, 6., Águas de Lindóia, SP, 1999. Programas e resumos. Águas de Lindóia, 1999. p.24.

Galheigo SM. Perspectiva crítica y compleja de terapia ocupacional: actividad, cotidiano, diversidade, justiça social y compromiso ético-político. TOG (A Corunã) [revista em Internet]. 2012. [fecha de consulta]; monog. 5: [176-187]. Disponible en: <http://www.revistatog.com/mono/num5/compromiso.pdf> Acesso em 15 jul. 2020.

Galheigo SM. Terapia Ocupacional Social – Uma síntese histórica acerca da constituição de um campo de saber e de prática. In: Lopes RE, Malfitano APS (Org.). Terapia ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos. São Carlos: EdUFSCAR, 2016, p.49-68.

Galheigo SM. Terapia Ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias. Cad. Bras. Ter. Ocup. [online]. 2020, vol.28, n.1, pp.5-25. Epub Mar 02, 2020. ISSN 2526-8910. Disponível em <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO2590> Acesso em 15 jul. 2020.

Gatti BA. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Liber Livro Editora, 2012. 80 p. (Série pesquisa – 10).

Gondim SMG. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. Universidade Federal da Bahia. Paidéia, 2003,12(24), 149-161.

Graciane JS. Interfaces da pedagogia social em programas socioeducacionais. Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012.

Hooks b. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – 2 ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

Konzen AA. Reflexões sobre a medida e sua execução. In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs). Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006, 343-365.

Liberati WD. Execução das medidas em meio aberto – prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida. In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs). Justiça, Adolescente e Ato Infracional: Socioeducação e Responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006, p. 367-395.

Lüdke M, André ME. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

Malfitano APS. Contexto social e atuação social – generalizações e especificidades na terapia ocupacional. In: Lopes RE, Malfitano APS (Org.). Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos. São Carlos: EdUFSCAR, 2016, p. 117-133.

Mariano E, Fanelli, JRS, Camilo M, Batista MAB, Barbosa MAGOM, Matos MT et al. Parâmetros para o trabalho social com famílias na proteção social especial de média complexidade – relato de experiência de Campinas, s/d.

Malvasi PA. Suspeito empreendedor de si: trajeto e sofrimento de um adolescente durante intervenção socioeducativa. *Etnográfica* - outubro de 2011 - 15 (3): 501-521.

Mendez EG, Costa ACG. Das necessidades aos direitos. São Paulo, Malheiros, 1994.

Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª ed., São Paulo: HUCITEC, 2014.

Morais AC, Malfitano APS. O Terapeuta Ocupacional como executor de medidas socioeducativas em meio aberto: discursos na construção de uma prática. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos*, v. 24, n. 3, p. 531-542, 2016.

Oliveira ML. Qual é a “SUAS”? A Terapia Ocupacional e o Sistema Único de Assistência Social [tese]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos; 2020.

Pádua EMM. Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática. 7ª edição. Campinas: Papyrus, 2002. Disponível em <https://play.google.com/books/reader?id=I5GFDwAAQBAJ&hl=pt&pg=GBS.PP1> acesso em 24/09/2020.

Pais JM. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. *Análise social*, vol. XXV (105-106), 1990 (1ª, 2ª), 139-15.

Política Nacional De Assistência Social – PNAS/ 2004. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, 2005.

Registros Institucionais. Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas/COMEC, 2021. Disponível em: <http://www.comec.org.br/institucional.html#registintitu>. Acesso em 12.10.2021.

Rizzini I, Sposati A, Oliveira AC. Adolescências, Direitos e Medidas Socioeducativa em Meio Aberto. São Paulo: Cortez, 2019. – (Coleção temas sociojurídicos/coordenação Maria Liduína de Oliveira e Silva, Silvia Tejedadas).

Samea M. O dispositivo grupal como intervenção em reabilitação: reflexões a partir da prática em Terapia Ocupacional. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 19, n. 2, p. 85-90, maio/ago. 2008.

Secretaria Municipal Cidadania, Assistência E Inclusão Social (Campinas/SP). Coordenadoria setorial de avaliação e controle. Monitoramento 2012, 2012.

Secretaria Municipal Cidadania, Assistência E Inclusão Social (Campinas/SP). Coordenadoria setorial de avaliação e controle. Declaração de reordenamentos e pactuação para co-financiamento/2014, 2013.

Silva AC, Oliver FC. Participação social em terapia ocupacional: sobre o que estamos falando? Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 27, n. 4, p. 858-872, 2019.

Silva CR, Cardinalli I, Silvestrini MS, Prado ACSA, Lavacca AB. Proposições da terapia ocupacional na cultura: processos sensíveis e demandas sociais. In: Silva CR (Org.). Atividades humanas e terapia ocupacional: saber-fazer, cultura, política e outras resistências. 1.ed. – São Paulo: Hucitec; São Carlos-SP: AHTO Atividade Humanas e Terapia Ocupacional, 2019, p. 235-261.

Silva EBFL, Alberto MFP, Costa CSS. SOCIOEDUCAÇÃO: concepções teóricas no contexto das medidas socioeducativas. Caderno C R H, Salvador, v. 35, p. 1-14, e022047, 2022.

Silva R. Outras educações possíveis. In: Gadotti M; Carnoy M. (Org.). Reinventando Paulo Freire: a práxis do Instituto Paulo Freire. 1ed. São Paulo: IPF/Lemann/Stanford Education, 2018, v. 0, p. 305-317.

Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – SINASE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf> Acesso em 10 jan. 2020.

Streck DR. Metodologias participativas de pesquisa e educação popular: reflexões sobre critérios de qualidade - 2016; 20(58): p.537-47.

Tapia MN. Aprendizaje y servicio solidario: algunos conceptos básicos. Programa Nacional Educación Solidaria. Unidad de Programas Especiales. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología. Venezuela, 2004. Disponível em: http://www.ucv.ve/uploads/media/Aprendizaje_y_servicio_solidario_M_.Nieves_Tapia.pdf Acesso em 18 de janeiro de 2020.

Takeiti BA., Vicentin MCG. Jovens (en) cena: arte, cultura e território. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 24, n. 1, p. 25-37, 2016.

Teixeira MLT. Evitar o desperdício de Vidas. In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs). Justiça, Adolescente e Ato Infracional: Socioeducação e Responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006, p. 427-447.

Vedovello AJS. Um Novo Olhar para a Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade. Trabalho de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu Adolescentes em Conflito com a Lei – práticas profissionais da Universidade Bandeirantes de São Paulo – UNIBAN. São Paulo, 2010.

Vedovello AJS, Santamaria LM, Said GAD, Rosa THY, Galheigo SM. Terapia ocupacional e socioeducação: uma trajetória institucional de acompanhamento de adolescentes e jovens durante quatro décadas. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 31 (spe), e 3396, 2023. Disponível em <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoRE259933961>

Zaluar A, LEAL MC. Violência extra e intramuros. Revista brasileira de ciências sociais – 2001, vol. 16 n o 45. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n45/4335.pdf> Acesso em 09.05.2020.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Roteiro da entrevista

Entrevista 1

- 1 - O que motivou o COMEC a formular esta proposta metodológica para a medida socioeducativa de PSC?
- 2 - Qual a inovação que a PSC COLETIVA trouxe à prática da execução da medida socioeducativa?
- 3 - Quais os desafios vividos ao longo da aplicação desta metodologia no COMEC?
- 4 - Que bases teóricas, a seu ver, servem como balizadoras da PSC COLETIVA?
- 5 – Como a Sra. avalia a execução da PSC COLETIVA no tempo em que foi a Coordenadora Geral?

APÊNDICE B - Roteiro da entrevista

Entrevista 2

1 - A PSC COLETIVA tem contemplado as expectativas do Ministério Público? Por gentileza, a senhora poderia discorrer sobre esta questão?

2 - No que a PSC COLETIVA se diferencia das demais formas de execução da medida de Prestação de Serviços à Comunidade em sua experiência no Ministério Público?

3 - A seu ver, qual tem sido o impacto desta metodologia para os adolescentes em cumprimento da medida de PSC?

4 - Quais os desafios e potências a senhora destacaria em relação à implementação da metodologia PSC COLETIVA?

APÊNDICE C - Roteiro do grupo focal

- 1- Como vocês compreendem o desenvolvimento da PSC COLETIVA no COMEC?
- 2- Como vocês avaliam a PSC COLETIVA?
- 3- Que bases teóricas vocês acreditam que são balizadoras da PSC COLETIVA?
- 4- Quais os desafios na execução da PSC COLETIVA?
- 5- Quais são as estratégias de destaque da metodologia da PSC COLETIVA?
- 6- Qual é o sentido para o adolescente executar a PSC COLETIVA?

APÊNDICE D - Descrição de três experiências relevantes de PSC COLETIVA realizadas:

1- Descrição de Prestação de Serviços à Comunidade – Tema: Desmistificação da loucura

- Parceiro: Centro de Convivência Casa dos Sonhos / Saúde Mental
- Região: Leste
- Quantidade de adolescentes durante o processo de PSC: 8 adolescentes
- Tempo do processo/atividade: 8 encontros
- Equipe: 1 técnico/orientador de medida e 1 educador social
- Ano de realização: 2015

Após o encerramento de uma PSC, o grupo estava discutindo qual seria o próximo parceiro e o público que eles gostariam de conhecer. O adolescente G.H.M relatou que gostaria de realizar uma prestação de serviço no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial). A mãe deste adolescente era usuária deste serviço. A princípio, o grupo apresentou resistência diante da sugestão, pois além de terem a visão de que esse serviço era para “loucos”, existia ainda a determinação judicial de ida ao CAPSi como medida protetiva para alguns adolescentes que faziam uso de substâncias psicoativas. Diante disso, propusemos para o grupo que se permitisse conhecer este serviço, o público atendido e quais espaços eram ofertados aos usuários da saúde mental.

Realizamos um resgate histórico sobre como foi à elaboração das políticas públicas antimanicomiais, fazendo relação com as atuais políticas públicas de internação compulsória, da internação de adolescentes na Fundação Casa e como esses movimentos na prática podem ser analisados de forma crítica, culminando na compreensão de conceitos como “higienização urbana” e “isolamento social”. Mostramos fotos sobre: *“O Hospital Colônia de Barbacena”* fundado na cidade de Barbacena em Minas Gerais no ano de 1903, que ficou conhecido na época como “Cidade dos loucos”. Posteriormente os adolescentes compartilharam os sentimentos que vinham à tona. Alguns não se pronunciaram, outros trouxeram a questão do isolamento e da “prisão”. Os adolescentes ficaram comovidos com as fotos e mais ainda com a contextualização destas. Após esse primeiro momento de discussão e familiarização com o tema, abordamos as fundamentações teóricas da reforma psiquiátrica, fazendo um recorte sobre a importância de encarar o tratamento (seja de saúde mental e/ou uso abusivo de drogas) de uma forma conjunta com a sociedade. Discutiui-se sobre a garantia de direitos mínimos básicos para uma vida saudável, e não simplesmente buscar resolver o problema isolando o

sujeito da sociedade e privando ainda mais de direitos básicos. Alguns dos meninos questionaram os quadros psiquiátricos mais graves, num sentido de “Mas e os loucos que batem e agredem as pessoas ou que matam e fazem o mal”? Trabalhou-se na lógica que cada caso será cuidado de acordo com sua necessidade e gravidade.

Nesse recorte conversamos sobre a criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e como eles surgem para validar a ótica humanizada de trabalhar a saúde mental.

Um dos eixos da discussão foi o questionamento sobre os CAPS, já que alguns adolescentes vinham com a determinação do judiciário para frequentar o CAPSi devido ao uso de substâncias psicoativas. Alguns meninos também relataram a proximidade com usuários da saúde mental na família ou no bairro. Buscando uma quebra dos estereótipos e preconceitos encontrados no debate, principalmente sobre a maconha, buscamos fazer uma relação crítica e coerente com a realidade de muitos deles com o uso de drogas. Analisamos os direitos e deveres da criança e do adolescente e o fato de que cada sujeito tem uma resposta diferente perante o uso da droga.

Assistimos ao filme “Bicho de Sete Cabeças” que ajudou no fechamento do debate sobre a reforma psiquiátrica e as internações involuntárias. Após todas essas reflexões, acessamos o serviço parceiro para conhecer o trabalho oferecido.

Realizamos uma visita no Centro de Convivência Casa dos Sonhos, espaço este que possui parceria com o Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira no município de Campinas (Serviço especializado da saúde mental) onde a psicóloga apresentou o serviço e todas as atividades realizadas. Explicou que por ser um Centro de Convivência, recebia usuários da comunidade em geral e da saúde mental e que essa convivência proporcionava uma troca interessante entre eles. Observaram uma oficina em andamento de mosaico com uso de azulejos, com a participação de 10 usuários.

Essa apresentação possibilitou que os adolescentes entendessem o sentido do trabalho humanizado, onde aquelas pessoas até então “loucas”, tinham a capacidade de aprender e ensinar uns aos outros.

A proposta do serviço para os adolescentes foi com foco em oficina de atividades para os usuários. Diante a sugestão, o grupo buscou ideias de como poderia realizar essa atividade de forma criativa e com material já existente na entidade. Foi então que um dos adolescentes nos mostrou o desenho de uma mandala e sugeriu para que fizéssemos com os usuários.

A partir dessa sugestão realizamos uma pesquisa para entendermos o significado da mandala e o quanto esse trabalho necessitava de concentração e criatividade para tornar algo prazeroso e bonito.

O grupo realizou uma vivência da atividade no COMEC. Escolheram o desenho, aplicaram em tela de pintura e depois utilizaram miçangas para preencher a mandala.

Posteriormente, na próxima semana, a atividade foi proposta para o Centro de Convivência. Este trabalho exigiu que cada adolescente ficasse junto com um usuário para auxiliar no desenho, na escolha das cores de cada miçanga e na colagem na tela. Percebeu-se um momento de troca, dedicação e paciência, uma vez que esses usuários tinham suas limitações e os adolescentes estavam inteirados para auxiliá-los. Foi uma experiência interessante para os adolescentes *“Nossa dona, eu imaginava que louco só ficava alucinado, hoje tive prova que eles fazem coisas melhor do que a gente, você viu a tela da dona Inês? Ficou da hora!”* G.H. M, 17 anos. Outra fala interessante foi do adolescente B.H.L.D, 18 anos *“Nunca imaginei que eu teria capacidade de ajudar alguém assim, eu pensei que só sabia jogar bola, mas quando sentei com o Marcelo e fui só ajudando ele a colar, percebi que o mínimo que a gente sabe pode ser o bastante para outra pessoa, o cara ficou feliz e eu emocionado”*.

Figura 7- Registro da atividade de construção de mandala com miçangas



Fonte: Acervo COMEC PSC

2- Descrição de Prestação de Serviços à Comunidade – tema: Trabalho Infantil

- Parceiro: Centro de Convivência e Cooperação Tear das Artes; Casa de Cultura Andorinhas / Saúde e Cultura
- Região: Sudoeste
- Quantidade de adolescentes durante o processo de PSC: 6 adolescentes
- Tempo do processo/atividade: 8 encontros
- Equipe: 1 técnico/orientador de medida e 1 educador social
- Ano de realização: 2017

Divulgada em junho de 2017 a exposição itinerante "Um mundo sem trabalho infantil", retrata as piores formas de exploração ilegal da mão de obra de crianças e adolescentes. Sediada no Fórum Trabalhista de Campinas, a iniciativa é do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região como parte das atividades do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho. Sob coordenação da juíza Camila Ceroni Scarabelli, na ocasião, foi possível conhecer o funcionamento do Juizado Especial da Infância e Adolescência (JEIA) da Circunscrição de Campinas do TRT, vinculado à 1ª Vara do Trabalho.

Através do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador da Região Metropolitana de Campinas, no qual o COMEC tem representação, tivemos conhecimento desta exposição e, diante do conteúdo em foco ser um tema transversal refletido na socioeducação, foi proposto ao grupo de adolescentes visitá-la. O grupo concordou e foi agendado na semana seguinte a ida até ao Fórum Trabalhista de Campinas. Fomos recepcionados por dois trabalhadores do Fórum, sendo um deles a juíza Dra. Camila Scarabelli. Logo na entrada, encontrava-se a exposição com fotos e informações sobre as formas de exploração do trabalho infantil encontradas no mundo e os prejuízos que acarretam para as crianças e adolescentes envolvidos. Refletimos olhando para as imagens expostas, o que estava prejudicando a saúde daquelas crianças. Os adolescentes transitaram pelo espaço da exposição e para um dos adolescentes chamou a atenção a palavra “insalubre” e questionou o que era o trabalho insalubre e refletimos sobre seu significado e sua inserção no contexto no trabalho infantil. “Insalubre é algo ruim, que prejudica a saúde”. A seguir, conhecemos algumas dependências do Fórum e algumas salas de audiência acompanhados pela Dra. Camila. Passamos por salas em que pessoas trabalhavam e foram mostrados os arquivos de processos que estão sendo analisados. Em meio à conversa sobre a função daquele Fórum, um adolescente disse à juíza: “A senhora tem que prender o Temer!” E a juíza esclareceu seu papel e a função daquele Fórum para a população, sendo esclarecido que seria para a defesa

de direitos de trabalhadores que são lesados pela empresa em que trabalham. A juíza esclareceu que havia outra instância que estava com a função de acompanhar o processo do presidente. Também conversamos sobre algumas questões políticas que tem ocorrido no nosso país e os adolescentes mostravam-se indignados com as várias situações de corrupção que tem aparecido na mídia. Foi esclarecido aos adolescentes o papel do Fórum e o atendimento prestado à população. Também conheceram algumas salas de audiência e presenciaram uma delas. O grupo foi levado para uma sala de audiência vazia e a juíza propôs que os adolescentes escolhessem as cadeiras a ser ocupadas. Rapidamente, três adolescentes foram para as cadeiras atrás das mesas dizendo “eu vou na cadeira do chefe”, e houve uma disputa para sentar nas cadeiras. A juíza passou a explicar as cadeiras posicionadas relacionadas às funções em uma audiência: a do juiz seria a central, à sua direita era a do escrivão e mais à direita a do estagiário, esclarecendo a função de cada um.

No encontro seguinte, avaliamos a visita realizada no Fórum trabalhista e a exposição visitada, para aprofundarmos no debate com o tema trabalho infantil. O grupo relatou ter gostado da visita e o adolescente lembrou-se da palavra insalubre e perguntou novamente o significado. Um dos adolescentes realiza trabalho infantil (por meio da venda de balas nas ruas) e a maioria deles relataram já ter realizado esta atividade. Ponderamos quais são os prejuízos trazidos a cada um deles e o adolescente que ainda se encontra em trabalho infantil relatou que o que faz é normal, sempre fez aquilo e é o que lhe garante a sobrevivência. Refletimos também sobre o tráfico de drogas, que também pode ser considerado um trabalho infantil insalubre e debatemos sobre isso. Entretanto, os adolescentes relataram ser estes caminhos mais facilmente conhecidos por eles como forma de terem os recursos financeiros para prover suas necessidades de sobrevivência e de vida.

A partir da visita à exposição e das reflexões realizadas, o grupo entendeu ser oportuno efetivar uma prestação de serviços com este tema. Foi levantada algumas opções de atividades e chegou-se no consenso de construirmos um fanzine (revista/publicação não oficial). Passamos um vídeo explicando o que é um fanzine, sua história, alguns momentos históricos utilizados e os objetivos e apresentamos alguns modelos. Foi proposto que cada um produzisse um fanzine como forma de experimentar esta produção, com folhas sulfite e imagens de revistas, jornais e ou poderiam pesquisar imagens na internet. Todos os adolescentes relataram nunca ter feito um fanzine e alguns mostravam as imagens escolhidas pedindo confirmação se estava correta e escolha. Neste questionamento, devolvíamos a pergunta “Para você, esta imagem representa o tema proposto?” e, assim, foram compondo o

trabalho. Ao final, colocamos todos sobre a mesa e os adolescentes apresentaram suas produções. Debates sobre elas, sobre o processo de fazer o fanzine e sobre montarmos um fanzine que debatesse o tema trabalho infantil para apresentarmos a algum serviço para divulgar as informações aprendidas e debatidas por este grupo, levando informações úteis à algumas pessoas como forma de prestação de serviços à comunidade. O grupo pesquisou sobre o tema na internet, selecionou fotos, imagens e frases que foram compondo a proposta do fanzine. Com o auxílio dos profissionais, foram montando a arte do fanzine com a colagem de imagens e dos textos pertinentes, de forma a ser didático e objetivo.

No encontro posterior, foi proposto assistir ao filme “10 centavos” dando continuidade à discussão do tema. Trata-se de um filme que mostra um adolescente na Bahia envolvido em atividades como olhar carros na rua, lavar os carros, vender flores, além das situações que vivem neste dia até voltar para sua casa e encontrar a família. Assim que finalizou um adolescente disse “Dona, mas você escolheu o filme errado, não tem exploração do trabalho infantil. Ele só fez os “corre” dele, que nem a gente faz os nossos.” Passamos a refletir sobre os direitos violados e as situações de risco que o menino do filme viveu.

Na semana seguinte, foi proposto ao grupo aprenderem técnicas de grafite e comporem um banner com o tema trabalho infantil para agregar na atividade. Foi levantados serviços na região de abrangência dos adolescentes e identificado um ponto de cultura e um centro de convivência. Realizamos contatos com os serviços e feito a proposta de parceria de levar o Fanzine e o banner confeccionado para divulgação da temática à população que acessa os serviços. Estes serviços estão localizados na região Sudoeste de Campinas, próximo da residência da maioria dos adolescentes do grupo.

Durante o deslocamento do grupo, F. foi apontando as diversas pichações e identificando seus conhecidos, falando do movimento da pichação em Campinas. Comentou chateado sobre alguém ter feito uma pichação em cima de uma pichação que ele tinha feito e disse que achava aquilo muito ruim pois ele havia gasto dinheiro e tempo para comprar as tintas, ir até o local, se arriscado e feito a pichação, para depois alguém ter ido fazer em cima da sua. Foi perguntado “Será que é assim que as pessoas que pintam os muros de sua casa ou seus comércios se sentem quando veem as pichações?”. F. respondeu, “não sei, não conheço eles.” Eu disse: “talvez eles se sintam como você”. E F. calou-se.

A visita foi realizada no Tear das Artes e na Casa de Cultura Andorinhas. Inicialmente, a proposta foi apresentar os serviços para o grupo de adolescentes e

posteriormente o grupo falou sobre o COMEC e a atividade desenvolvida na PSC, tendo como produto final a elaboração do fanzine sobre o trabalho infantil. Um adolescente que é daquele território e reside bem próximo aos serviços disse que já havia passado por ali, mas nunca havia entrado.

O fanzine foi entregue aos responsáveis pelos serviços para serem distribuídos para a população atendida, e os adolescentes receberam a programação com as atividades locais.

Figura 8 - Foto ilustrativa do fanzine produzido (frente)



Fonte: Acervo COMEC PSC

Figura 9 - Foto ilustrativa do fanzine produzido (verso)



Fonte: Acervo COMEC PSC

3 - Descrição de Prestação de Serviços à Comunidade – tema: Andorinhas

- Parceiro: Casa de Cultura Andorinhas / Cultura
- Região: Sudoeste
- Quantidade de adolescentes durante o processo de PSC: 10 adolescentes
- Tempo do processo/atividade: 8 encontros
- Equipe: 1 técnico/orientador de medida e 1 educador social
- Ano de realização: 2018

A ideia da Prestação de Serviços à Comunidade na Casa de Cultura Andorinhas foi disparada durante um encontro do grupo em que, ao visualizarmos o mapa da cidade de Campinas, os adolescentes foram identificando seus bairros, suas ruas e espaços de lazer que compunham seu território de moradia, além dos lugares por onde costumavam circular. Em meio a discussão da ausência de praças de lazer e esporte nas áreas periféricas da cidade, um adolescente do grupo, Wilson, apontou um espaço onde proporcionou aulas de capoeira para seu irmão no passado, o “Bosquinho do DIC I”. Acessamos o google maps para localizar o “Bosquinho” e identificamos que havia uma casa de cultura nesse local, cujo nome é Casa de Cultura Andorinhas. O nome chamou a atenção de João Matheus, que associou ao nome da Casa Andorinhas, unidade da Fundação Casa, o que proporcionou ao grupo refletir sobre o pássaro andorinha. Falamos sobre o símbolo da cidade, que era conhecida como terra das andorinhas e nos possibilitou uma breve visita à história da cidade, que no passado havia sido rota das andorinhas, mas que devido ao seu crescimento, já não passavam mais pela região. Mesmo assim, permaneceram alguns símbolos como nas calçadas, em monumentos e homenagens pelo nome.

Agendamos uma visita na Casa de Cultura Andorinhas, onde fomos recebidos pelo coordenador, uma forte referência no bairro por promover mensalmente um sarau há muitos anos, além de outras experiências culturais que vem oferecendo na região. Na ocasião, além de nos apresentar o espaço, Bene promoveu uma vivência com instrumentos musicais, resgatando músicas populares e de folclore. O grupo mostrou-se bastante interessado, em especial ao manusear os instrumentos que, no caso de Wilson, trouxe referências do samba. O intuito de Bene foi de proporcionar algo parecido com o sarau que ocorre mensalmente no bairro DIC I. A partir da vivência, o grupo sugeriu divulgarmos o sarau para que os moradores do bairro pudessem experimentar esse espaço.

Conferimos data e horário do sarau e pensamos sobre o material a ser utilizado para a confecção de um banner com esses dados que chamasse a atenção da população. Foram

utilizadas técnicas de grafite em banner reciclado, demarcando o colorido do fundo para contrastar com os dizeres e desenhos que chamassem a atenção. J.V. recém-chegado no grupo, sugeriu confeccionarmos moldes de andorinhas para decorar o banner, além de moldes de microfones. O resultado foi um banner colorido e harmonioso com a frase “uma andorinha só não faz verão”.

No dia da entrega do banner, a qual havíamos agendado com Bene, houve um imprevisto por parte dele e a Casa de Cultura estava fechada e foi sugerido por ele que deixássemos o banner com o segurança, mas o grupo preferiu voltar para entregar em mãos. Observamos que era importante para o grupo que fosse o próprio Bene que recebesse o trabalho realizado por eles, pois o sentido da PSC estava representado ali e ele era fundamental como parte dessa elaboração.

Na próxima semana, Bene estaria com um grupo de música e dança realizando uma apresentação de cultura popular na EMEF André Tosello e convidou o grupo para assistir a performance. Nesse dia, os adolescentes assistiram à apresentação, e identificaram algumas músicas que puderam vivenciar na primeira visita a Casa de Cultura. Posteriormente, os adolescentes entregaram o banner confeccionado ao coordenador do ponto cultural, com a proposta de ser colocado na entrada da Casa de Cultura Tainã, que terá o objetivo de divulgar o Sarau aos moradores do bairro e chamar a atenção dos jovens que frequentam o “Bosquinho” para outras atividades que ali acontecem.

Com relação a andorinha, o grupo refletiu sobre a Casa Andorinha que prende pessoas e a Casa Andorinha que liberta, trazendo importantes elementos sobre os espaços que proporcionam vivências e aprendizados diversos e os modos como se relacionam e vivem suas experiências no território, uma vez que sabemos das restrições que esses jovens vivem tanto no que se refere ao repertório cultural, como da apropriação dos serviços disponíveis ao redor. A vivência com a música, os instrumentos, o folclore, a cultura popular e o próprio espaço, que antes era conhecido apenas como “Bosquinho”, ampliou-se ao ofertar a possibilidade do novo, de experimentar habilidades na música, na pintura, observar a dança popular na apresentação, um outro tipo de história contada através das gerações. Ressignificar o espaço, pois o “Bosquinho” é conhecido pelos jovens como lugar onde circulam drogas e o tráfico. Conhecer outras atividades que ocorrem ali, gratuitas e que reúnem outros moradores da região, possibilita suscitar novos interesses e sentir-se pertencente a um novo circuito cultural e despertar a importância deste na formação e desenvolvimento como sujeitos.

A visibilidade da PSC descrita no relatório de acompanhamento para o sistema de justiça, repercutiu em um convite da promotora de justiça para uma roda de conversa com os adolescentes sobre as dificuldades e ausências dos serviços e demais políticas nos bairros onde moram. Foi interessante observar os adolescentes em outro papel nessa reunião, trazendo questões de maneira mais tímida no início e aquecidos para levantar situações de violência policial vividas na comunidade. Essa roda de conversa embasou a promotora com dados concretos sobre a ausência de serviços, para serem discutidos com outras secretarias do município.

Figura 10 - Foto ilustrativa do banner em construção



Fonte: Acervo COMEC PSC

Figura 11 - Foto ilustrativa do banner confeccionado



Fonte: Acervo COMEC PSC

APÊNDICE E - Quadro com dados referentes aos eixos de atividades

Eixo de capacitação	Capacitação	Ação Cidadã	Parceiro
1. Expressão Artística	Oficina de confecção de pipa com os adolescentes para aprendizagem e domínio da atividade.	Os adolescentes realizaram a atividade de confecção de pipas e soltura ao ar livre com crianças de uma pré escola.	CEMEI de 4 a 6 anos – Segmento: Educação infantil.
2. Saúde	Oficina de culinária com os adolescentes para aprendizagem e domínio da atividade.	Os adolescentes realizaram a atividade de culinária com as crianças e adolescentes do serviço parceiro.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 6 a 14 anos – Segmento: Assistência Social/proteção social básica.
3. Esportes	Oficina de basquetebol com os adolescentes para aprendizagem e domínio da atividade.	Os adolescentes desenvolveram vivência da atividade esportiva de basquetebol de forma lúdica com as crianças.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 6 a 14 anos – Segmento: Assistência Social/proteção social básica.
4. Inclusão Digital	Oficina de manutenção de equipamentos com os adolescentes para aprendizagem e domínio da atividade.	Os adolescentes desenvolveram manutenção dos equipamentos do serviço parceiro.	RUMO – Segmento: Organização Não Governamental

Fonte: Relatórios anuais institucionais

APÊNDICE F - Quadro de atividades desenvolvidas no ano de 2013

Projetos	Entidade Parceira	Atividade
Saúde e Qualidade de Vida	- Creche Bento Quirino - Abrigo Convívio Aparecida unidade 2 (realizada no COMEC)	Realizada atividade de culinária com os usuários dos serviços, com abordagens básicas de noções de alimentos, empreendedorismo, higiene e autocuidado.
Esporte	- Centro Cultural Louis Braille de Campinas (ação cidadã realizada no espaço físico da entidade parceira e/ou atividades externas). - Creche Bento Quirino (ação cidadã realizada no espaço físico da creche)	Vivências que possibilitaram aos adolescentes compreensão da deficiência visual e capacitação para serem guia dos deficientes visuais. Realização de atividades físicas com os usuários, com uso de materiais adaptados. Desenvolvimento de atividades físicas com as crianças de forma lúdica, com adequação das atividades para cada faixa etária e conscientização do universo da educação infantil.
Inclusão Digital e Social 1. Fotografia 2. Hardware	- CDI Campinas - RUMO - Romília Maria - Semente Esperança - Ponto de Cultura Ibaô - Fazenda Roseira - Casa de Cultura Tainã - Obra Social São João Bosco - Centro Cultural Louis Braille (ação cidadã realizada no espaço físico das entidades)	1. <u>Fotografia</u> Desenvolvidas atividades com os usuários que propiciaram o acesso às tecnologias, tendo enfoque nas ferramentas da fotografia, edição de imagem e vídeo. 2. <u>Hardware</u> Manutenção básica e preventiva de computadores, higienização de periféricos e instalação de programas.
Expressão Artística	- Centro de Convivência Casa dos Sonhos - Direito de Ser - Abrigo Renascer (ação cidadã realizada no espaço físico das instituições)	<u>Realizados atividades manuais com os usuários, com o objetivo de propiciar vivências criativas e desenvolver potencialidades. Exemplos: tie tye em camisetas, dobraduras e pintura em peças de madeira.</u>

Fonte: Relatório anual institucional, 2013.

APÊNDICE G - Quadro de atividades realizadas no período de 2014 a 2019, por parceiros e segmento.

Ano	Segmento	Região e quantidade de parcerias	Atividades desenvolvidas
2014	Assistência Social Cooperativas Cultura Educação Espaços Públicos Saúde Movimentos Comunitários	Leste - 8 Noroeste - 6 Norte - 5 Sudoeste - 6 Sul - 22 Total: 47	Montagem e revitalização de espaços lúdicos (brinquedotecas, salas de espera, berçário); oficinas de brinquedos, de tie dye e fotografia; grafite nos espaços; confecção de jornal da região sul sobre os serviços de saúde; gincanas; revitalização de salas; organização de espaços; hortas suspensas com garrafas PET.
2015	Assistência Social Reabilitação Cultura Educação Esporte e Lazer Saúde Saúde Mental Transporte	Leste - 6 Noroeste - 5 Norte - 2 Sudoeste - 7 Sul - 8 Total: 28	Plantio de árvores sob orientação do Departamento de parques e jardins; Oficina de culinária - vivência entre adolescentes e crianças; Organização e catalogação de livros na biblioteca; Montagem de estante de livros com material reciclável; Elaboração de um folheto editado - Fanzine (tema: violência policial). Revitalização de espaços com grafite; Intervenção humanizada na ala pediátrica do hospital - contação de histórias e brincadeiras com as crianças; Oficina de brinquedos; Pintura de jogos de tabuleiros; Confecção de bancos feitos de carretel de linhas para crianças; Produção de cartazes; Confecção de placas de identificação de salas de atendimento; Construção de ciclo faixa para organização do trânsito das "motocas" em parceria com a EMDEC e pintura de amarelinha no espaço de brincar; confecção de mandalas com miçangas com usuários adultos; Pintura de caixas de madeiras para organização dos materiais esportivos; Campeonato de futebol com crianças e pré-adolescentes.
2016	Assistência Social Cultura Cidadania Educação Esporte Organização da Sociedade Civil Saúde	Leste - 7 Noroeste - 4 Norte - 2 Sudoeste - 5 Sul - 7 Total: 25	Jardinagem (uso de material reciclado - pneus e paletes de madeira); implantação de horta; oficina de brinquedos e porta-retratos, confecção de troféus; grafite (diversas técnicas); roda de conversa temática; produção de lambe - lambe (cartazes) temáticos; pintura de amarelinha caracol e estacionamento de motocas (pintura no chão); organização de brinquedoteca e biblioteca; registro fotográfico, oficina de tie dye, campeonato de futebol, auxílio na mudança de espaços físico; confecção de painel sensorial.
2017	Assistência Social Conselho de Direitos Cultura Educação Esporte Saúde Saúde mental	Leste - 5 Noroeste - 3 Norte - 1 Sudoeste - 3 Sul - 6 Total: 18	Elaboração e distribuição de fanzine (jornal não oficial) e banner elaborados pelos adolescentes sobre o tema "exploração do trabalho infantil" bem como, a problematização do tema com os usuários; Grafite com técnicas de cubismo; Confecção de painel sensorial; confecção de jardim vertical e horta com uso de pneus e paletes reciclados; Instalação de um espaço lúdico em praça pública, com balanço e trilha de pneus reciclados; Confecção de placas informativas com uso de estêncil e spray. Distribuição de mudas de árvores para moradores da comunidade; Confecção de painel itinerante com o tema: "Consciência Negra"; Elaboração e distribuição de fanzine (folheto não oficial) com a temática "Não à redução da maioridade penal"; Registro fotográfico do aniversário de uma moradora do Lar e entrega de fotos em porta-retratos confeccionados com técnicas de scrapbook; Oficina de camisetas com técnicas de estêncil; Elaboração de cartazes sobre o tema "Enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes"; Atividade de culinária com os usuários do serviço; Revitalização de espaço externo; Grafite na parte interna da instituição com o logo e figuras representativas para a comunidade;
2018	Assistência Social Cultura	Leste - 2 Noroeste - 3	Confecção de placa de identificação do serviço com azulejos reciclados na forma de mosaico; Confecção de brinquedos de madeiras e material ilustrativo sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes para uso do serviço com os usuários;

	Educação Esporte Saúde Mental	Norte - 3 Sudoeste – 3 Sul – 7 Total: 18	Criação de bancos pufs e mesas com uso de materiais reciclados (caixa de madeira, barricas de textura e carretéis de fios) para uso em sala de atendimento.; Confecção de banner com técnicas de grafite e stencil para divulgação do Sarau do Bosque, que ocorre mensalmente; Distribuição de mudas de plantas ornamentais e de papel semente para a comunidade com foco na revitalização da praça pública; Oficina de tie dye com os usuários do serviço; Oficinas de pipa e de futebol com as crianças de 4 a 6 anos; Construção de jardim suspenso com uso de paletes e garrafas pet no interior da instituição; Confecção de dois painéis: 1- Escritas de depoimentos com o tema violência policial sofrida pelos adolescentes; 2- Interativo com o tema: “SONHOS – O que você gostaria de fazer antes de morrer”, ambos apresentados no 5ª Encontro da Juventude – REAJU; Oficinas de atividades: “Olho de Deus” (tramas com lâ sobre palitos) e camisetas com técnicas de tie dye, realizadas com os usuários do serviço; Doação de brinquedos confeccionados com materiais reciclados para ser utilizado pelo serviço; Participação no reflorestamento da Fazenda Roseira através de plantio de flores e rosas;
2019	Assistência Social Cultura Educação Meio ambiente Saúde Mental	Leste - 5 Noroeste – 5 Norte - 4 Sudoeste – 3 Sul – 3 Total: 20	Revitalização de jardim externo e da sala de oficinas, utilizando pneus reciclados, plantio de mudas, pintura da parede principal da sala com técnicas de grafite geométrico e pintura de telas com a cultura hip hop; Vivência com jovens para o manuseio de jogos e confecção de brinquedos com materiais reciclados; Confecção de placa de identificação do serviço com azulejos reciclados e uso da técnica de estêncil; Grafite no muro externo da escola e da quadra esportiva com uso da técnica de estêncil. Revitalização do jardim interno com uso de garrafas PET transformadas em vasos; Grafite no muro externo da escola e da quadra esportiva com uso da técnica de estêncil; Confecção de painel com desenho a mão livre, resgatando a história da Estação Cultura; Composição de uma música de funk e elaboração de um vídeo clip registrando todo o processo da medida socioeducativa de PSC, para ser utilizado como material institucional; Customização de capa de cadernos utilizando a técnica de grafite com adolescentes do serviço. Confecção de banner utilizando material reciclado com a temática da representatividade negra, para decorar o espaço físico da instituição; Revitalização de horta com uso de pneus reciclados e plantio de mudas.
TOTAL		Leste – 34 Noroeste – 26 Norte - 19 Sudoeste – 28 Sul – 53 Total: 160	

Fonte:

Relatórios

anuais

institucionais

APÊNDICE H - APRESENTAÇÃO DO PRODUTO, PROCESSO E AÇÃO TÉCNICO-SOCIAL

GUIA DE REFERÊNCIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA SOCIAL PSC COLETIVA E TERRITORIAL

Apresentação

Este guia consiste no produto, processo e ação técnico-social resultante da dissertação de mestrado “Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade: uma estratégia metodológica coletiva e territorial”, como parte integrante desta dissertação, apresentada ao Programa de Mestrado Profissional Terapia Ocupacional e Processos de Inclusão Social da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. A pesquisa teve como objetivo geral sistematizar a estratégia metodológica da PSC COLETIVA, realizada pelo Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC (Comec, 2018), em seus aspectos históricos, seus processos, referências teóricas e experiências de implementação, com ênfase em seu caráter coletivo e territorial.

A partir deste estudo, a segunda fase desta estratégia metodológica foi redenominada de PSC COLETIVA E TERRITORIAL e afirmada como tecnologia social. Sua sistematização será apresentada neste guia, dirigido a profissionais e serviços que executam a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (PSC). Almeja-com este material, divulgar esta estratégia metodológica, na perspectiva de qualificar a execução da medida socioeducativa de PSC no Brasil.

Princípios

A PSC COLETIVA E TERRITORIAL, como estratégia metodológica para a medida socioeducativa de PSC, se sustenta na socioeducação, com um efetivo trabalho - educativo e pedagógico, crítico e participativo, na perspectiva da garantia de direitos para os adolescentes autores de atos infracionais. Ainda, esta metodologia utiliza a abordagem grupal e a ação territorial como potências para a participação e inclusão social do adolescente, favorecendo seu engajamento em todo o processo de planejamento e realização das atividades. Esta proposta favorece a construção coletiva, participativa e territorial da PSC, trazendo novos sentidos para os processos de engajamento, responsabilização e transformação vividos pelos

adolescentes no cumprimento da medida. Os principais resultados apontaram como eixos centrais dessa metodologia: a atividade como principal recurso de mediação, o trabalho grupal, a ação territorial e o acompanhamento familiar.

Objetivo do produto, processo e ação técnico-social

Apresentar tecnologia social a ser utilizada como estratégica metodológica para a execução da medida socioeducativa de PSC por profissionais e serviços que participam da execução desta medida.

Metodologia

Este guia foi desenvolvido a partir dos resultados de pesquisa, que utilizou de análise documental, entrevistas e grupo focal para a coleta de dados. Para elaboração deste produto, foi selecionado conteúdo relevante do estudo realizado, de modo a atender a especificidade de apresentar a sistematização da tecnologia social PSC COLETIVA E TERRITORIAL - uma estratégia metodológica para a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, desenvolvida pelo COMEC.

O guia tem a finalidade de apresentar a estratégia metodológica com seus referenciais teóricos, fluxo de atendimento, eixos e desafios da proposta e projeto desenvolvido. O material elaborado consiste em texto descritivo, com utilização de fotos e fluxograma, com o intuito de ser elucidativo da tecnologia social desenvolvida.

O produto foi elaborado no Adobe InDesign 2023 e contém 40 páginas, disponibilizado em formato PDF.

Desenvolvimento

Este guia apresenta a sistematização da estratégica metodológica PSC COLETIVA E TERRITORIAL, e consistem em uma apresentação, introdução, quatro capítulos e considerações finais. O capítulo I aborda os balizamentos teóricos; o capítulo II discorre sobre seus eixos e desafios; o capítulo III descreve sobre o fluxo de atendimento e, o capítulo IV apresenta um projeto desenvolvido e seus detalhes.

No capítulo I são apresentados os balizamentos teóricos que sustentam esta estratégia metodológica, com ênfase na socioeducação como um referencial fundamental para se articular o acompanhamento de adolescentes e jovens, a partir de uma dimensão pedagógica, emancipatória e crítica. Tem como pilares a educação social de base popular e comunitária cujo objetivo é favorecer a promoção da liberdade, da emancipação e da autonomia do sujeito (Freire, 2019; hooks, 2017).

O capítulo II discorre sobre os quatro eixos que norteiam esta proposta metodológica, identificados como: a atividade como principal recurso da PSC, o atendimento grupal, a ação territorial e o acompanhamento familiar, bem como, os desafios são delineados para a execução da PSC COLETIVA E TERRITORIAL.

O capítulo III descreve como está organizado o fluxo de atendimento da estratégia, demarcando quais são as modalidades de atendimento e os recursos que são utilizados para o desenvolvimento do trabalho.

O capítulo IV apresenta o processo e execução de um projeto de PSC desenvolvido no COMEC, na perspectiva de ilustrar todo o percurso, bem como seus detalhamentos e alcance de suas ações.

Aplicabilidade

Este guia pode ser utilizado para orientar a execução da medida socioeducativa de PSC e/ou como material de referência para realizar capacitação e oficinas para serviços e profissionais que executam esta medida, no escopo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Limites

Esta proposta metodológica requer uma equipe técnica específica para realizar sua execução, com capacitação prévia na metodologia e clareza das dinâmicas dos territórios onde as atividades serão desenvolvidas, o que pode demandar a construção de retaguarda com os equipamentos e serviços, que trarão segurança para o desenvolvimento do trabalho territorial.

Disponibilização

O produto ficará disponível de modo aberto para interessados, com a prerrogativa de ser citado quando utilizado. Será utilizado pelo COMEC para realizar capacitações e oficinas para serviços e/ou profissionais da rede e será amplamente divulgado para os órgãos do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente e para o sistema socioeducativo municipal, estadual e federal.

Este guia é licenciado sob uma licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual – CC BY- NC- SA.

Referências Bibliográficas

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas. COMEC: uma Trajetória de Trabalho com Adolescentes/COMEC. Santa Bárbara d'Oeste: Gráfica Mundo, 2018.

Freire P. Educação como prática da liberdade – 45º ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2019.

hooks b. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – 2 ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Metodologias coletivas para a promoção do protagonismo, da participação e da cidadania de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (PSC).

Pesquisador: Sandra Maria Galheigo

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 39939920.5.0000.0068

Instituição Proponente: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.414.255

Apresentação do Projeto:

Metodologias coletivas para a promoção do protagonismo, da participação e da cidadania de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (PSC).

Objetivo da Pesquisa:

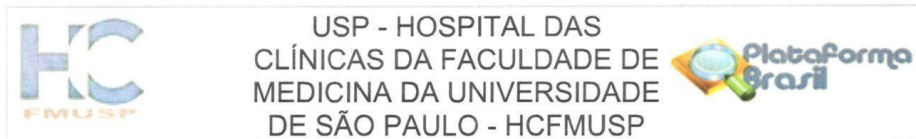
Objetivo Primário:

Estudar as bases teóricas e as estratégias metodológicas de caráter coletivo e participativo para a promoção do protagonismo, da participação social e da cidadania de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade.

Objetivo Secundário:

Descrever o histórico da implementação da PSC COLETIVA na execução da medida de PSC; Descrever a avaliação e as percepções de profissionais do COMEC sobre a metodologia desenvolvida; Descrever a implementação da metodologia desenvolvida no período de 2007 a 2019 na perspectiva da PSC COLETIVA e sistematizar as bases teóricas e metodológicas das estratégias utilizadas na execução da medida de PSC.

Endereço: Rua Ovídio Pires de Campos, 225 5º andar
Bairro: Cerqueira Cesar **CEP:** 05.403-010
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)2661-7585 **Fax:** (11)2661-7585 **E-mail:** cappesq.adm@hc.fm.usp.br



Continuação do Parecer: 4.414.255

Sistematizar a PSC COLETIVA como tecnologia social.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Como os sujeitos de pesquisa são profissionais convidados a compartilharem suas experiências, percepções e avaliação sobre a metodologia estudada, a pesquisa resulta em risco mínimo aos participantes.

Benefícios:

A pesquisa não trará benefícios pessoais aos mesmos, mas espera-se que o estudo traga contribuições significativas para as medidas socioeducativas em meio aberto.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa torna-se relevante em fundamentar as bases teóricas e as estratégias metodológicas de caráter coletivo e participativo para a promoção do protagonismo, da participação.

social e da cidadania de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade e organizar a proposição desta prática como tecnologia social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O termo de consentimento livre encontra-se adequado, sem pendências éticas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sugiro a aprovação do referido projeto por este Comitê.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em conformidade com a Resolução CNS nº 466/12 – cabe ao pesquisador: a) desenvolver o projeto conforme delineado; b) elaborar e apresentar relatórios parciais e final; c) apresentar dados solicitados pelo CEP, a qualquer momento; d) manter em arquivo sob sua guarda, por 5 anos da pesquisa, contendo fichas individuais e todos os demais documentos recomendados pelo CEP; e) encaminhar os resultados para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados

Endereço: Rua Ovídio Pires de Campos, 225 5º andar
Bairro: Cerqueira Cesar **CEP:** 05.403-010
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)2661-7585 **Fax:** (11)2661-7585 **E-mail:** cappesq.adm@hc.fm.usp.br



USP - HOSPITAL DAS
CLÍNICAS DA FACULDADE DE
MEDICINA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO - HCFMUSP



Continuação do Parecer: 4.414.255

e ao pessoal técnico participante do projeto; f) justificar perante ao CEP interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1643526.pdf	05/11/2020 11:50:10		Aceito
Folha de Rosto	FR_SANDRAGALHEIGO_16296.pdf	05/11/2020 11:49:49	Sandra Maria Galheigo	Aceito
Outros	Declaracao_gastos.docx	05/11/2020 11:48:35	Sandra Maria Galheigo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_grupofoal_AJSV.docx	05/11/2020 11:46:07	Sandra Maria Galheigo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_entrevista_AJSV.docx	05/11/2020 11:45:45	Sandra Maria Galheigo	Aceito
Outros	Entrevista_GrupoFocal.docx	05/10/2020 17:34:29	Sandra Maria Galheigo	Aceito
Outros	Carta_anuencia_AJSV.pdf	05/10/2020 17:31:20	Sandra Maria Galheigo	Aceito
Cronograma	cronograma_AJSV.docx	05/10/2020 17:29:04	Sandra Maria Galheigo	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Galheigo_Vedovello.docx	05/10/2020 17:28:40	Sandra Maria Galheigo	Aceito

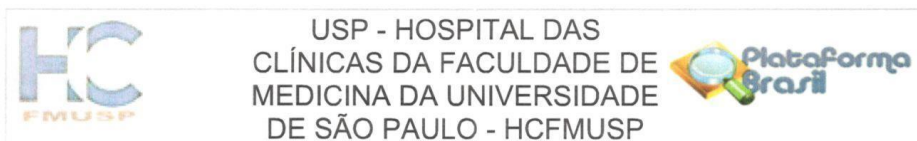
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Ovídio Pires de Campos, 225 5º andar
Bairro: Cerqueira Cesar **CEP:** 05.403-010
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)2661-7585 **Fax:** (11)2661-7585 **E-mail:** cappesq.adm@hc.fm.usp.br



Continuação do Parecer: 4.414.255

SAO PAULO, 23 de Novembro de 2020

Assinado por:
ALFREDO JOSE MANSUR
(Coordenador(a))

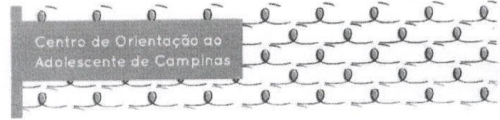
Endereço: Rua Ovídio Pires de Campos, 225 5º andar
Bairro: Cerqueira Cesar **CEP:** 05.403-010
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)2661-7585 **Fax:** (11)2661-7585 **E-mail:** cappesq.adm@hc.fm.usp.br

ANEXO B - DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA



www.comec.org.br

R. Abolição, 92
Campinas-SP | 13041-445
Tel.: 19. 3234.1749



Ofício nº: 56/20

Assunto: Declaração de Anuência

Pesquisa: Metodologias coletivas para a promoção do protagonismo, da participação e da cidadania de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (PSC).

Pesquisador Responsável/Orientador: Profa. Dra. Sandra Maria Galheigo, sandramg@usp.br, (011) 98241-200493;

Pesquisador Executante/Aluno: Adilaine Juliana Scarano Vedovello, juliana.svedovello@usp.br, (19) 99194.2006

Instituição Proponente: Universidade de São Paulo – USP.

Declaração de Anuência

O Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC,) inscrita sob o CNPJ (MF) nº 51.876.357/0001-79, com endereço na Rua da Abolição, nº 92, bairro: Ponte Preta, Campinas – São Paulo, telefone (019) 3234.1749, Organização da Sociedade Civil (OSC), que atua na política de Assistência Social, vem respeitosamente, a fim de:

1. Autorizar a aluna do programa de pós-graduação, que também compõe o quadro de recursos humanos da OSC, a realizar sua pesquisa. Contudo as horas dedicadas à pesquisa fora de sua carga horária regular de trabalho profissional, não contarão como horas suplementares no seu contrato de trabalho;
2. Aceitar e autorizar que a aluna do programa de pós graduação, realize sua pesquisa acadêmica nas dependências e junto aos profissionais e/ou usuários da OSC;
3. Nas atividades de pesquisa, elaboração e divulgação de sua dissertação, a aluna deve citar a OSC como referência e fonte dos dados coletados;
4. A aluna, deve comprometer-se ao cumprimento das regras éticas de sigilo e preservação da identidade dos(as) entrevistados(as), em estrito respeito ao princípio do direito ao esquecimento e ao segredo de justiça conferido ao trabalho das medidas socioeducativas.

Atenciosamente,

Campinas, 29 de setembro de 2020.

Jurandir Fernando Ribeiro Fernandes
Diretor Presidente do COMEC

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

25/03/2022 12:58

TCLE entrevista_AJSV.docx - Documentos Google

1

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO-HCFMUSP
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

DADOS DA PESQUISA

Título da pesquisa - Metodologias coletivas para a promoção do protagonismo, da participação e da cidadania de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (PSC).

Pesquisador principal - Profa. Dra. Sandra Maria Galheigo

Departamento/Instituto: Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional/Faculdade de Medicina da USP.

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “Metodologias coletivas para a promoção do protagonismo, da participação e da cidadania de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (PSC)”. Trata-se de um estudo cujo objetivo é estudar as bases teóricas e as estratégias metodológicas de caráter coletivo e participativo para a promoção do protagonismo, da participação social e da cidadania de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade.

Esse é um estudo desenvolvido com entrevistas, deste modo, irei conversar com o(a) Sr.(a) da metodologia PSC COLETIVA desenvolvida no COMEC. Para isso, os dados serão coletados por meio de um gravador e anotações. As entrevistas serão gravadas, transcritas e analisadas sem que se faça qualquer juízo de valor ou exposição pessoal e em seguida; as gravações serão apagadas. Será realizado um encontro de até 60 minutos para a coleta da entrevista.

É importante ressaltar que a participação e contribuição a essa pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, você tem total liberdade para recusar participar do trabalho proposto, e que, mesmo concordando em participar, poderá retirar seu consentimento a qualquer instante.

Metodologias coletivas para a promoção do protagonismo, da participação e da cidadania de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (PSC).	Confidencial	
Termo de Assentimento versão 1.0 de _____		
Nome do pesquisador: Profª Drª Sandra Maria Galheigo Hospital Das Clínicas Da Faculdade De Medicina Da USP	Rúbrica do participante da pesquisa/ Representante legal	Rúbrica do pesquisador responsável

Atualizado-outubro 2020

A sua participação como entrevistado(a) terá risco mínimo. Porém, a qualquer sinal de desconforto, a entrevista poderá ser suspensa. Os riscos de desconforto podem ser reduzidos por meio de explicações, orientações e apoio dos pesquisadores. Não há benefícios diretos pela sua participação no estudo, mas sua participação contribuirá de forma a fornecer subsídios e informações para as medidas socioeducativas em aberto, em particular da prestação de serviços à comunidade.

Os dados coletados serão tratados de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome ou outra forma de identificação em qualquer fase do estudo, sua imagem e dignidade não serão comprometidos de nenhuma forma, assegurando a sua privacidade. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

O Sr.(a) não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras pela participação. Esse documento é elaborado em duas vias e o Sr.(a) receberá uma delas para que acesse as informações, onde consta o telefone e o e-mail dos pesquisadores responsáveis, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e a sua a qualquer momento no decorrer do estudo.

Em qualquer etapa do estudo, o(a) Sr.(a) terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de dúvidas. O pesquisador responsável é a Prof^a Dr^a Sandra Maria Galheigo, e-mail sandramg@usp.br, e a pesquisadora executante, Adilaine Juliana Scarano Vedovello, e-mail juliana.svedovello@usp.br, podem ser encontradas no endereço Rua Cipotânea, nº 51, Cidade Universitária, SP, Telefone (11) 3091-8435.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Rua Ovídio Pires de Campos, 225 – 5o andar – tel: (11) 2661-7585, (11) 2661-1548, (11) 2661-1549, das 8 às 17h de segunda a sexta-feira ou por e-mail: cappesq.adm@hc.fm.usp.br

Declaro que fui suficientemente informado (a) a respeito do estudo “Metodologias coletivas para a promoção do protagonismo, da participação e da cidadania de adolescentes e jovens em

Metodologias coletivas para a promoção do protagonismo, da participação e da cidadania de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (PSC).	Confidencial
Termo de Assentimento versão 1.0 de _____	
Nome do pesquisador: Prof ^a Dr ^a Sandra Maria Galheigo Hospital Das Clínicas Da Faculdade De Medicina Da USP	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="border-top: 1px solid black; width: 45%; text-align: center;">Rúbrica do participante da pesquisa/ Representante legal</div> <div style="border-top: 1px solid black; width: 45%; text-align: center;">Rúbrica do pesquisador responsável</div> </div>

Atualizado-outubro 2020

cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (PSC)". Eu discuti as informações acima com o Pesquisador Responsável Dra. Sandra Maria Galheigo e com a pesquisadora Adilaine Juliana Scarano Vedovello sobre a minha decisão em participar desse estudo. Ficaram claros para mim os objetivos, os procedimentos, os potenciais desconfortos, riscos e as garantias. Concordo voluntariamente que participarei deste estudo, assino este termo de consentimento e recebo uma via rubricada pelo pesquisador.

Nome do participante

Data ____/____/____

Assinatura do responsável pelo estudo

Data ____/____/____

Metodologias coletivas para a promoção do protagonismo, da participação e da cidadania de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (PSC).	Confidencial
Termo de Assentimento versão 1.0 de _____	_____ Rúbrica do participante da pesquisa/ Representante legal
Nome do pesquisador: Profª Drª Sandra Maria Galheigo Hospital Das Clínicas Da Faculdade De Medicina Da USP	

Atualizado-outubro 2020

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO-HCFMUSP
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

DADOS DA PESQUISA

Título da pesquisa - Metodologias coletivas para a promoção do protagonismo, da participação e da cidadania de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (PSC).

Pesquisador principal - Profa. Dra. Sandra Maria Galheigo

Departamento/Instituto: Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional/Faculdade de Medicina da USP.

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado "Metodologias coletivas para a promoção do protagonismo, da participação e da cidadania de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (PSC)". Trata-se de um estudo cujo objetivo é estudar as bases teóricas e as estratégias metodológicas de caráter coletivo e participativo para a promoção do protagonismo, da participação social e da cidadania de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade.

Esse é um estudo desenvolvido com grupo focal e oficinas, deste modo, irei conversar com o(a) Sr.(a) da metodologia PSC COLETIVA desenvolvida no COMEC. Para isso, os dados serão coletados por meio de uma câmera e anotações. O grupo focal e as oficinas serão filmadas e analisadas sem que se faça qualquer juízo de valor ou exposição pessoal e em seguida; as filmagens serão apagadas. Será realizado encontros de até 120 minutos para a realização do grupo focal e da oficina.

Metodologias coletivas para a promoção do protagonismo, da participação e da cidadania de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (PSC).	Confidencial
Termo de Assentimento versão 1.0 de _____	
Nome do pesquisador: Profª Drª Sandra Maria Galheigo Hospital Das Clínicas Da Faculdade De Medicina Da USP	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="text-align: center;"> _____ Rúbrica do participante da pesquisa/ Representante legal </div> <div style="text-align: center;"> _____ Rúbrica do pesquisador responsável </div> </div>

Atualizado-outubro 2020

É importante ressaltar que a participação e contribuição a essa pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, você tem total liberdade para recusar participar do trabalho proposto, e que, mesmo concordando em participar, poderá retirar seu consentimento a qualquer instante.

A sua participação terá risco mínimo. Porém, a qualquer sinal de desconforto, a participação poderá ser suspensa. Os riscos de desconforto podem ser reduzidos por meio de explicações, orientações e apoio dos pesquisadores. Não há benefícios direto pela sua participação no estudo, mas sua participação contribuirá de forma a fornecer subsídios e informações para as medidas socioeducativas em aberto, em particular da prestação de serviços à comunidade.

Os dados coletados serão tratados de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome ou outra forma de identificação em qualquer fase do estudo, sua imagem e dignidade não serão comprometidos de nenhuma forma, assegurando a sua privacidade. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

O Sr.(a) não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras pela participação. Esse documento é elaborado em duas vias e o Sr.(a) receberá uma delas para que acesse as informações, onde consta o telefone e o e-mail dos pesquisadores responsáveis, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e a sua a qualquer momento no decorrer do estudo.

Em qualquer etapa do estudo, o(a) Sr.(a) terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de dúvidas. O pesquisador responsável é a Profª Drª Sandra Maria Galheigo, e-mail sandramg@usp.br, e a pesquisadora executante, Adilaine Juliana Scarano Vedovello, e-mail juliana.svedovello@usp.br, podem ser encontradas no endereço Rua Cipotânea, nº 51, Cidade Universitária, SP, Telefone (11) 3091-8435.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Rua Ovídio Pires de Campos, 225 – 5o andar – tel: (11) 2661-7585, (11)

Metodologias coletivas para a promoção do protagonismo, da participação e da cidadania de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (PSC).	Confidencial
Termo de Assentimento versão 1.0 de _____	
Nome do pesquisador: Profª Drª Sandra Maria Galheigo Hospital Das Clínicas Da Faculdade De Medicina Da USP	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="text-align: center;"> _____ Rúbrica do participante da pesquisa/ Representante legal </div> <div style="text-align: center;"> _____ Rúbrica do pesquisador responsável </div> </div>

Atualizado-outubro 2020

3

2661-1548, (11) 2661-1549, das 8 às 17h de segunda a sexta feira ou por e-mail: cappesq.adm@hc.fm.usp.br

Declaro que fui suficientemente informado (a) a respeito do estudo “Metodologias coletivas para a promoção do protagonismo, da participação e da cidadania de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (PSC)”. Eu discuti as informações acima com o Pesquisador Responsável Dra. Sandra Maria Galheigo e com a pesquisadora Adilaine Juliana Scarano Vedovello sobre a minha decisão em participar desse estudo. Ficaram claros para mim os objetivos, os procedimentos, os potenciais desconfortos, riscos e as garantias. Concordo voluntariamente que participarei deste estudo, assino este termo de consentimento e recebo uma via rubricada pelo pesquisador.

Nome do participante

Data ____/____/____

Assinatura do responsável pelo estudo

Data ____/____/____

Metodologias coletivas para a promoção do protagonismo, da participação e da cidadania de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (PSC).	Confidencial
Termo de Assentimento versão 1.0 de _____	
Nome do pesquisador: Profª Drª Sandra Maria Galheigo Hospital Das Clínicas Da Faculdade De Medicina Da USP	<p style="text-align: center;">_____ Rúbrica do participante da pesquisa/ Representante legal</p> <p style="text-align: center;">_____ Rúbrica do pesquisador responsável</p>

Atualizado-outubro 2020

ANEXO D - ENTREVISTAS

Transcrição da entrevista 1 de Marili Foltran – Psicóloga/Coordenadora Geral

1 – O que motivou o COMEC a formular esta proposta metodológica para a medida socioeducativa de PSC?

O COMEC foi convidado e motivado a desenvolver o PSC e depois a PSC COLETIVA, como uma ferramenta grupal e coletiva, pois entendíamos a importância desse trabalho, já que se atendia grupos na LA e o COMEC apresentava expertise com adolescente autor de ato infracional, tinha acento em conselho municipal da criança e adolescente, dentro da garantia de direitos etc. Foi convidado a entrar na discussão, avaliação e depois realmente aceitar, pela experiência que já tinha de 27 anos de liberdade assistida. A própria secretaria municipal de assistência considerou como algo importante essa experiência e também porque os adolescentes tinham similaridades, tinham adolescentes que poderiam ser melhor beneficiados da PSC e PSC coletiva. Essas discussões e avaliações, vieram norteando a equipe do COMEC, os gestores, que era possível o COMEC abrir mais uma executora. Na verdade, a secretaria municipal de assistência, um nome enorme que vou reduzir, ela possibilitou o aporte financeiro e garantiu nestas discussões, que o COMEC elencasse as reais necessidades mesmo, porque a gente já atendia LA e com algumas necessidades, então já que vai abrir um programa novo, que não é novo, porque o gestor público que desenvolvia. A própria avaliação do gestor é que uma entidade poderia fazer melhor, ainda mais uma entidade que tinha já uma equipe qualificada, então foi possível inclusive começar de um jeito mais organizado, um jeito com as equipes selecionadas, com aluguel de uma casa, foi tido estruturas físicas e técnicas bastante adequadas, assim abarcou a nossa necessidade, isso foi bom e o COMEC só foi ganhando com essa experiência, esse tempo durou, uns oito meses, por que tudo começou em 2007, mas na verdade o PSC começou em 2008, considerando a transição dos adolescentes para o Comec, enfim, mas foi possível viver as experiências e necessidades que já tínhamos na LA e não permitir que o PSC tivesse.

2. Qual a inovação que a PSC COLETIVA trouxe à prática da execução da medida socioeducativa?

Marili, e a partir disso, então quando você fala da expertise que o COMEC já tinha na LA e que foi proposto então uma metodologia pensada a partir de grupos, que já era essa ferramenta utilizada, enfim, o que você destaca, qual a inovação que a PSC coletiva trouxe?

Implantar e ampliar ações regionalizadas nos territórios de origem dos adolescentes. Os adolescentes reconhecerem o seu território. Mapear as condições de vulnerabilidade e utilizar como ferramenta para o atendimento. Possibilitar ao adolescente inserção e reconhecimento do seu papel de pertencimento na sua comunidade, proximidade com as famílias, escola e grupo social.

Maior proximidade da história pessoal do adolescente pelas equipes, identificar seus interesses respeitando o tempo para concluir as etapas das ações, realçando a criatividade de cada jovem. Dar potência na sua Prestação de Serviços nas parcerias da comunidade.

3- Quais os desafios vividos ao longo da aplicação desta metodologia no COMEC?

O que destaca na metodologia PSC Coletiva, na maneira que a gente foi se organizando, quais os desafios da aplicação desta metodologia no COMEC?

Trazer para o atendimento o território, as mini equipes e o alinhamento dessas equipes. Sempre é desafiante implantar uma metodologia que vai trazer novas possibilidades no atendimento, mas viver a nova proposta merece um esforço de toda equipe envolvida.

Então, eu sinto que o adolescente retornar por exemplo para seu o bairro, maior relação com a família, eu acho que isso vai dando condições dele se empoderar, ele fica um protagonista da própria história e do território, algo que nunca foi considerado. Não é considerado, mas organizado para que o adolescente pudesse estar lá, voltar, e de novo ressignificar sua história, que as vezes é uma história difícil, é uma história que só traz coisas ruins ou é uma história que ele não quer nem entrar em contato. E essas pessoas em volta também. Então, não é só o território de moradia, as parcerias com as entidades também promoveram isso, foi possível desde criança, jovem, idoso.

Então uma gama de pessoas onde o adolescente começa a experimentar essa socialização e começa a experimentar a possibilidade de estar junto, desta comunicação.

Porque muitas vezes ele fica só no mundo deles, e as vezes com questões discriminatórias até, e quando eles começam a participar, e as próprias entidades, as próprias parceiras diferentes, que foram várias que vocês acessaram e acessam, eu acho que possibilitaram isto, inclusive, que ele seja um adolescente que tem recurso, ele pode usar sua criatividade, ser um cidadão e conseguir que dali brote outras possibilidades, ou dali ele sinta útil, sinta com vontade de continuar participando, que isso é uma coisa bacana que eu via na PSC. Muitas vezes encerrava a medida, mas o tempo era pequeno para a demanda que criou. Que eles criavam e precisavam e aí nunca foi deixado de lado. Pelo contrário, fazia referência no bairro, indicação de outra entidade, mas muitas vezes tinha um corpo a corpo, era um individual que podia encaminhar, eu acho assim, é um cuidado, que esse cuidar só quem está na ativa que sabe, e o adolescente eu acho tem esta possibilidade, o PSC promove esta possibilidade, e também a gente entra em outro lugar, é considerado penas mais leves para o PSC, mas nem sempre, quando não é tão leve e tem uma demanda maior, mas é cuidado a demanda maior, ou passa para outra medida, enfim, tem um jeito, mas ele não é descuidado. Ele estava ali porque precisava, porque era o que ele apresentou, uma queixa.

Marili, você foi falando das potências, dos destaques da metodologia, por outro lado, o que você aponta sobre as dificuldades que essa metodologia apresentou ao longo do tempo?

A logística necessária para as mudanças, custos dos materiais, muitas vezes difícil de computar a compreensão das equipes até a sua execução. A avaliação com os adolescentes para assimilação de um novo jeito de fazer. Articulação junto aos parceiros, comunicação interna (gestão, equipes e apoio etc).

Eu estava desde o início na verdade acompanhando a burocracia, acompanhando a estruturação e acompanhando a seleção dos profissionais, acompanhando as ideias que estavam brotando, agora o que eu sinto, é que é um grande desafio, porque você tem que montar equipes que também apresentem abertura para novas ideias, o que fazer, para onde eu vou, a atenção dessas equipes para com os adolescentes para o que ele traz, e a própria parceira você tem que preparar muito bem, porque o adolescente pode atuar nesse lugar e aí não pode deixar o trabalho e como olha não deu certo, não, o comportamento dele foi assim, mas isso não quer dizer que seja assim. Então acho que isso são desafios do trabalho, agora no lugar de coordenadora que eu estava, também eu sentia uma dificuldade da própria equipe. Comecei a entender tudo da PSC Coletiva, inclusive muitas vezes naquelas reuniões gerais a

gente trazia os projetos, novos projetos, uma forma de capacitar as equipes evitando o distanciamento para as equipes que o próprio trabalho deixava longe do que estava acontecendo, não foi simples e não vai ser simples, porque é um grande desafio, desde o menino ir para ir no território, até o contato com o parceiro que está recebendo a PSC coletiva eu acho que ele sabe através dos contatos, mas não é só isso para o trabalho funcionar, para um programa funcionar, acho que é complexo como tudo numa gestão de executoras, acho que tem seus altos e baixos e o tempo inteiro tem que passar o que de fato se faz, é na linha humanista, é na linha do adolescente do cuidado etc. Parece que ele não está fazendo nada e está fazendo muita coisa, mas na verdade até foi conseguido publicidade e alguns materiais onde concretizava também o trabalho dos adolescentes, foi muito estimulante. E aí muitas vezes, tinha uma série de questões até financeira para isso acontecer, mas de fora agora eu acho que isso é importante, é necessário, mesmo que dê muito trabalho, agora sempre tendo o adolescente como protagonista, trazendo para a sua história, sempre sendo aquela voz que fala para os outros, para ele, então acho que é algo ainda desafiante. Porque quando a gente imagina atualmente, esse ano, uma PSC Coletiva, cadê o coletivo? Nós estamos sem o coletivo, e o trabalho começou dentro do Comec, dentro da casa, dentro, uma coisa bem mais privada onde você tinha todo o controle de uma atividade, vai discutir sobre drogas vamos para uma sala, vai discutir sexualidade, vai fazer expressão artística, vai discutir saúde e as pessoas iam lá para isso, agora não, foi-se para um universo de muita gente. Então tem que lidar com essas mudanças.

Quando você fala de como era antes, como iniciamos pra dentro, que eram parcerias fixas até então e que a maioria vinha até nós, depois num determinado momento em 2014 a gente faz uma mudança metodológica. O que você demarca Marili, pensando no como era antes e como está hoje, porque foi importante a mudança e porquê?

Eu acho que foi muito importante exatamente para o adolescente voltar para o território, ter contato com as pessoas, seus pares, o encontro com a família, a possibilidade da família estar junto, as pessoas que tiveram acesso a ele, por exemplo, uma diretora de escola, tá vendo ele de novo, então assim vai significar o papel do adolescente protagonista, protagonista no território onde ele foi visto muito como uma pessoa, um autor do ato infracional por exemplo, ele pode ter um outro, papel, as pessoas podem ter um outro olhar, Então eu acho que essa mudança que é uma mudança custosa, que o próprio MP bancou, a secretaria municipal de assistência bancou, é muito reconfortante, você sai, você vai para o

lugar do adolescente que escolhe o território, os outros colegas vão também ver este lugar, ver a possibilidade, então assim, é como se voltasse para um lugar, mas de um outro jeito, deixando o que não era bom longe e entrando num mundo onde ele vai ser colaborativo, responsável, onde é visto os direitos e deveres dele, principalmente os direitos, são muitos parceiros não consigo lembrar aqui, mas por exemplo a escola ela nunca cuidou muito desse direito e voltar e fazer algo positivo, para o lugar que ele estuda, (estudava) que os amigos estudam é tão positivo e a família, você está perto da família você vai conhecer este universo também, muitas vezes o conflito está ali e não está dando muito para saber porque não tem acesso na sede, na executora, mas, quando executora vai ao território pode ter acesso a essa família e aí as demandas vão se criando, famílias, o rol de social dele que pode ser parentes, pode ser vizinhos, enfim, então eu acho que amplia, o Comec também não é visto mais como ... aquele menino do Comec, não, pode fazer parte dessa comunidade e ajudar esse menino a ressignificar. Eu acho que foi muito importante. Agora ainda desafiante, porque você tem que se organizar, as equipes aprender e se adaptarem com a nova metodologia. Novos profissionais na equipe, o educador social, tem o técnico, tem a dupla familiar, todos tem que estar em consonância, tem que estar junto, pra compreender aquilo que vai acontecer, pra estar vendo a possibilidade desse adolescente, do bairro, da aceitação interna daquele lugar muitos exemplos exitosos, quando foram nas creches e refizeram brinquedoteca, muitos outros, quer dizer, deixar algo tão importante naquele lugar, algo que é dele e que ele sabe fazer, principalmente você levanta auto estima total, porque ele sabe fazer, só acompanhar, só dar possibilidade para ele fazer, então eu acho que nessa mudança, tem muitos ganhos, agora tem muitos desafios, com certeza tem muitos desafios.

4- Que bases teóricas, a seu ver, são balizadoras da PSC COLETIVA?

Já se parte das premissas do ECA, isso não dá para negar. Eu acho que assim, não sei se tem uma base teórica, tem várias, como trabalhar em grupo, por exemplo: Fundamentos Básicos da Grupoterapia, David Zimerman eu sempre gostei lá no Comec de falar de Winnicott, Privação e Delinquência. Tudo começa em casa, o brincar e a realidade levei várias pessoas para supervisão com esse referencial teórico porque se discuti a relação do adolescente, fala dele como pessoa e fala do ato infracional, o único autor que fala da delinquência juvenil ele tem um embasamento para a prática, dá para ir desde Paulo Freire até como trabalhar em grupo, como que você consegue junto com a equipe com o grupo, como que ela vai se portar, posturas... Olha eu não estou lembrando os nomes agora, mas no

COMEC tem tantos, a agente já pesquisou tanta coisa de teoria, ao mesmo tempo a gente sempre falou o seguinte: você pega daqui, pega dali e criar a sua. Porque não tem muito um modelo próprio, é Campinas, COMEC, PSC Coletiva. Tem que criar algumas coisas que são próprias, agora, se embasando em autores que olhem para o adolescente. A Lurdinha Trassi tem alguns livros como Adolescência/Violência desperdício de vidas, o Jorge Broide tem Psicanálise nas situações sociais críticas, como lidar os efeitos psicossociais da violência, Emilia e Jorge Broide. A natureza dos espaços Milton Santos, importante para discutir território. Quando o Jorge Broide fala das periferias, acho que a gente tem profissionais que estão com a gente e que nos ajudaram muito e podem continuar ajudando. As discussões de casos alimentam a equipe, faz você ter um novo olhar, são muitas ... reunião das equipes, avaliação quando vai e não dá certo, que isso já aconteceu, e ver o profissional, a gente pensou isto até um tempo nas seleções, agora não sei como está, porque é um desafio. Você pode lá no bairro dar aula de música, arrumar um lugar, só que não é só isso, tem um olhar além disso, senão fica uma coisa música pela música. Agora, Terapeuta Ocupacional sabe muito disso, TO consegue fazer leituras, trazer a possibilidade não de uma atividade por atividade, mas ela tem uma essência, ela tem ... eu acho que tem que juntar todas as teorias, TO, Psicologia, Serviço Social etc, isso eu não vou dispensar nunca, eu acho que tem muitas análises boas que ajudam a entender os porquês. Então eu acho que é assim, e acho que vocês quando vai para o estudo mais sistematizado com o mestrado, está tentando isto também, fazer uma discussão teórica mais ampliada, que pode colaborar muito.

5- Como avalia a execução da PSC COLETIVA no tempo em que foi a coordenadora geral?

Eu retorno a questão de quando eu acompanhei e vi evolução, principalmente quando foi para coletiva. Sempre vocês dizem coletiva, quando vai para um coletivo território eu acho que teve uma mudança de metodologia com muitos avanços, agora com muitos desafios, porque você tem que montar uma equipe mínima, pensar nas regiões de Campinas e principalmente saber que região que é aquela com sua história e singularidades, enfim, as regiões são diferentes, mas é uma forma de abarcar Campinas, o universo Campineiro. Então, desde que eu acompanhei em 2007 eu vi avanços, mas vi muitos desafios, porquê, por uma série de questões, que a metodologia acaba se expandindo, ela vai para o território, mas ela também vai dentro da equipe, tem um jeito de fazer onde todos profissionais tem que se alinhar pelo menos, e nem sempre isso era possível. A coordenadora técnica da equipe tem um papel muito importante nesse processo, acolher a equipe e cuidar dos profissionais com

avaliações constante e interagir com a coordenadora geral. Então a minha responsabilidade muitas vezes, era, entender, avaliar as ações e passar isso para a gestão total, que nem sei se consegui entender até hoje, mas enfim, eu sempre tentei. Que era possível fazer isso, que era possível montar essas mini equipes, não sei se é mini não porque ela ficou tão completa, ir para o território onde o adolescente vai ter ganhos imenso, só que tem o ir, o voltar, é um deslocamento, que você pode estar atendendo neste deslocamento, é um acompanhamento, deslocamento acho que é isso, porque é de muita responsabilidade, então a responsabilidade que eu colocaria no papel, por exemplo de coordenadora, que eu sempre tive que ficar meio de olho com alguns problemas que existiram em função dessa logística que o próprio programa pede, depois tudo fica certo, ficar na medida. Só que quando fica, terminou a medida. Quanto ficou organizado a medida se encerrou, porque tem um tempo, então a rapidez da medida não é simples, a gente já teve reunião com o juiz onde a gente discutiu isso. Não é possível, está muito pouco. Termina em 6 e depois em 7 você faz tudo e a gente chegou à conclusão que poderia já começar antes. Agora, eu acho que melhorou muito, a PSC coletiva foi assimilada pelo próprio Comec, mas não sei se foi assimilado totalmente, ainda tem seus questionamentos porque a pessoa tá em outro trabalho. E comunicar para dentro os resultados, o que foi feito, não é totalmente zero não, com os projetos, com projetos até ousados, ir para uma quadra, para um desfile, eu acho que a gente teve projetos ousados. Isso é muito motivador.

Não poderia ser igual a LA, a LA tem outra proposta, então a PSC Coletiva ele vem de uma junção de possibilidades e de um jeito de fazer já avaliando o que que era necessário, então a LA é outra coisa, senão fica tudo igual. Senão não precisaria ter duas casas, duas equipes ...

Para uma coordenadora geral traz uma riqueza de opções acompanhar o processo e sua evolução de um programa que aprendeu dentro da sua própria experiência.

Transcrição da entrevista 2 de Elisa De Divitiis Camuzzo – promotora de justiça

1 - A PSC COLETIVA tem contemplado as expectativas do Ministério Público? Por gentileza, a senhora poderia discorrer sobre esta questão?

Na verdade, eu não tenho como deixar de considerar como era antes, quando eu cheguei aqui, como era a prestação de serviço à comunidade e como ela se transformou. Ela era ... eu não sei se você vai ter uma pergunta sobre isso, específico como ela era e como ela é atualmente, mas eu não consigo avaliar sem considerar como era. Eu acho que as atividades antes eram meio desconectadas com os próprios adolescentes, com as demandas deles, com a realidades deles. Então eu lembro direitinho que o COMEC, e antes nós tínhamos o Resgate, mas eram pouquíssimas entidades cadastradas e o adolescente fazia algumas atividades, pelo o que me lembro ... acho até que você, você estava no COMEC não estava Juliana? Não, porque eu entrei com a criação do PSC em 2007. Ah com a criação do PSC ... mesmo com a PSC de vocês era a Silmara não era que coordenava? Isso, quando começou sim. E ela é, ainda é ... Ah, entendi, quando a senhora fala como era antes, a senhora está se referindo a nossa mesma metodologia inicial. A metodologia de vocês inicial, isso! Não a do Resgate. A do Resgate é tão antiga que eu não lembro mais. Eu não consigo lembrar como era organizado o Resgate, eu lembro de vocês mesmo, porque eu lembro que era um pequeno número de entidades e vocês faziam alguns trabalhos pontuais, isso que me incomodava mais, mas eu acho que já era coletiva, não era individual o adolescente fazendo ... Sempre foi coletiva, mas com parcerias fixas. Fixas, isso, e me incomodava parcerias fixas e nem sempre fazendo algum sentido para o menino, isso que eu tinha a ideia, e ele não participava desta escolha, eram parcerias fixas. E eu achei um grande avanço foi o adolescente podendo transformar a realidade da comunidade dele, essa é a minha ideia, vocês regionalizaram o atendimento, isso é uma busca, uma luta nossa pela regionalização e antes não era regionalizado, eram entidades pré-selecionadas e aí vocês começaram a fazer um atendimento regionalizado, grupos ainda, por grupos, era a PSC coletiva, mas na comunidade do adolescente, e essa acho que é a ideia. Ao mesmo tempo em que ele executa uma tarefa em que ele pode contribuir, aquela tarefa faz sentido pra ele, porque ele participou da escolha do equipamento, e eu percebo pelos

relatórios, eles conhecem equipamentos e eu sempre adoro quando eu vejo vocês descrevem no relatório a participação do menino, o que isso significou pra ele, eu lembro de um caso em que o menino escolheu a escola que ele estudou e os irmãos tinham estudado e ele voltar ali foi bem importante pra ele. Eu não lembro direito exatamente o que eles fizeram, porque são vários e eu não sei guardar, mas vocês já fizeram brinquedoteca também em equipamento, as vezes fotografia, já fizeram jardim, então aquilo sempre faz um sentido para o menino, e acho ... primeiro ele não faz sozinho, ele está num grupo e a gente percebe, as vezes tem variações, tem meninos mais comprometidos e outros menos, o que é bem natural, mas quando ele se compromete e eu fico super feliz quando eu vejo nos relatórios e percebo como aquilo foi importante pro menino, teve sentido, ele percebeu o quanto, como ele pode contribuir, as vezes ele conheceu o equipamento e acho que a comunidade tira um pouco do estigma daquele adolescente, o equipamento, o adolescente criminoso, o adolescente infrator, ele volta a ser visto como um adolescente. Eu sou super satisfeita, eu tenho orgulho da nossa PSC, tanto que eu já levei, já apresentei o projeto de vocês em um encontro de promotores, porque eu tenho orgulho de ter participado desta transformação do COMEC. Hoje eu fico bem chateada com esta suspensão, preocupada com o que vai acontecer, isso me incomoda, eu fico pensando será que até quando a gente vai, isso me incomoda, mas a expectativa da PSC coletiva, os adolescentes transformando a realidade, conhecendo equipamentos, e acho que melhorando a autoestima e abrindo eu acho que ele consegue perceber, desenvolver habilidades que talvez eles não conhecessem, eles passam a se ver de outra forma, então ela me satisfaz minhas expectativas, estou bem satisfeita com a com a PSC de vocês e eu acho que ela só tem que aumentar.

2 - No que a PSC COLETIVA se diferencia das demais formas de execução da medida de Prestação de Serviços à Comunidade em sua experiência no Ministério Público?

Eu pouco me lembro das outras PSC, na verdade, isso eu vou só pelos que os colegas contam, de outras experiências, mas eu já nem lembro daqui, já está tão enraizada esta PSC que eu não lembro das outras PSC e nem como era o Resgate. O que ouvi falar de outros municípios é aquela muito parecida com o sistema penitenciário, que o menino vai lá faz uma tarefa com alguém cuidando, mas aquilo necessariamente, eu não vejo, talvez não faça sentido para o menino e para mim lembra muito a prestação do serviço do sistema penitenciário vai lá pagar a sanção e não que ele esteja construindo, na verdade eu pouco posso dizer, desculpa. Porque eu não consigo lembrar como era o resgate, se ele ia na escola, fazer a tarefa, pintar o

muro, limpar alguma coisa sozinho, com aquele estigma dele ali, sem um orientador qualificado, só alguém tomando conta, porque quando ele vai prestar o serviço, como o SINASE coloca, tem entidades cadastradas, ele vai fazer um serviço, que cuidado estão tendo com este adolescente, o que vai ser discutido sobre o trabalho dele, ele vai lá um dia limpar. Na verdade, eu nem sei como são estruturados os outros, mas eles são muito semelhantes na minha singela opinião, a impressão como o sistema penitenciário. Ele vai lá, prestar um serviço naquela escola, pintar um muro, eu pouco posso falar sobre a fazer essa comparação não lembro como era o resgate, nossa nem lembro como era, só lembro da casa onde era o resgate, de visitar, um lugar caindo aos pedaços. É mas eu não lembro, desculpa Juliana. Imagina, é pra gente identificar, porque na maioria do que a gente observa dos municípios, de fato ela é mais individual, a partir de convênio como está no Sinase com entidades acolhedoras que se propõe a fazer parceria com o serviço para receber o adolescente, mas normalmente em uma atividade mais individual e com monitoramento de profissionais do serviço. Isso, exatamente monitoramento e não com o cuidado que você tem. Vocês vão com o orientador de medida, antes era o oficinairo, mas vocês vão com alguém que vai cuidar desse menino, inclusive das conversas, eu sempre penso e percebo pelas visitas que sempre permeiam nestes trabalhos, assuntos que são direcionados, e isso é importante para os meninos e faz sentido para os adolescentes e vão contribuir para o crescimento deles. Eu imagino a outra, um trabalho isolado, ele vai lá cumprir e fica muito com cara de sanção, muito com natureza de retribuição como é uma sanção penal. Diferente da PSC COLETIVA, o adolescente está dividindo as angústias com outro, não está lá sozinho fazendo uma tarefa, talvez acuado, sabe lá o que o outro vai estar falando, se alguém vai passar e dá uma risadinha dele, sabe, ele está lá na mão do monitor que eu não sei ..., agora com a PSC COLETIVA e da forma que está organizada, ele tem alguém cuidando de tudo.

3 - A seu ver, qual tem sido o impacto desta metodologia para os adolescentes em cumprimento da medida de PSC?

Como assim? Se ele vem cumprindo ou se eu percebo algum resultado para os adolescentes? Impacto para os adolescentes a partir desta metodologia. Que coisa difícil ... porque eu não tenho ... pra mim o impacto se traduz muito em não voltar a reincidir. Então pra mim como promotora, eu não sei, eu acho que a PSC já que recebe um perfil diferente, no universo de adolescentes, são adolescentes com melhores perspectivas do que outros

adolescentes, a gente é difícil encaminhar para vocês e geralmente o menino não dá conta, um adolescente comprometido com drogas, sem um mínimo de estrutura familiar, totalmente desorganizado ele não consegue cumprir a PSC. Então para estar na PSC, já é um menino, eu tenho esta impressão, com um prognóstico favorável por diversas condições mais favoráveis, porque dentro deste universo, nós temos adolescentes com situações melhores do que outras, mesmo no universo infracional, e para o PSC já vai dentro deste universo um adolescente com melhores condições pessoais, seja, recursos internos mais favoráveis, seja famílias mais favoráveis, então eu tenho impressão que já são meninos com melhores perspectivas. Agora, como eu poderia responder, na verdade, só se eu conseguisse na minha visão de promotora, verificar que eles ... porque eu não tenho notícia deles depois, quando a gente encerra a medida, eles estão estudando na grande maioria da PSC, ou então o trabalho fazendo sentido pra eles, eles estão desvinculados com universo, é o relatório que vem na grande maioria da PSC, eles não estão vinculados. Então é esse é meu grande objetivo, agora eu não consigo avaliar, mas pensa no processo, vamos pensar no processo no decorrer da medida mesmo, quando a senhora foi falando um pouco eu vejo pelos relatórios a relação dele com atividade, a construção Então, eu vejo e fico feliz como os adolescentes ficam satisfeitos com o trabalho produzido, com as atividades e com o envolvimento deles, então eu acho que traz, sem dúvida alguma, crescimento para o menino, o impacto é positivo para o adolescente, nestes espaços ele deixa de se identificar com valores do universo infracional, ele começa ... mas eu só dizer que neste processo todo da PSC quando o adolescente tem esses recursos mínimos e este respaldo para conseguir cumpri-la, porque ela exige um mínimo de organização, então no geral eu percebo que o adolescente consegue aproveitar a PSC e ele vai desenvolvendo as atividades, eu acho que a grande maioria fica gratificado, a gente vê que eles ficam felizes, vocês colocam nos relatórios que ele gosta do resultado, que ele se envolve com o resultado daquela atividade, ele gosta de ver o trabalho, o que ele proporcionou, então eu acho que traz uma satisfação pessoal para adolescente, ele não se identifica mais como um infrator, ele se identifica com um adolescente que consegue produzir coisas legais, acho que melhora a autoestima dele, ele percebe que ele tem outras habilidades, que ele tem habilidades diversas e vocês conseguem fazer isso .

4 - Quais os desafios e potências a senhora destacaria em relação à implementação da metodologia PSC COLETIVA?

O maior desafio é reestabeecer a PSC COLETIVA como ela era na sua origem, o maior desafio neste momento é a pandemia e como ... me preocupa mais sessenta dias, a gente teve prorrogação até março e eu me preocupo até com a questão de vocês perderem algum subsidio municipal, porque eu não sei como está essa questão, e mesmo assim na retomada a gente tinha desenvolvido um projeto que achei legal, que ia manter ... então eu acho que esta suspensão, esse é o desafio é a retomada da PSC mais próxima do que ela era. Será que nós vamos ficar mais um ano inteiro assim? Isso que é angustiante, o que vai acontecer ... então acho que esse é o desafio agora ... eu lembro muito de uma fala sua em uma das visitas que você foi, que vocês tinham no começo que procurar parceiros, e chegou o momento que o pessoal começou a procurar a PSC nesta nova ... porque vocês não tem parceiros cadastrados, são serviços que os adolescentes vão identificar ou porque eles conhecem ou então vocês sugerem algum, mas assim, eu acho isso um trabalho incrível, o menino vai lá, ele tem que apresentar a proposta, ele tem que desenvolver um monte de habilidades, ele tem que saber se expor, ele tem que pensar o que é importante e as entidades começaram a procurar vocês, eu não esqueço disso. Olha como mudou o estigma! Não importa, são meninos de lá. Eu queria até que vocês viessem fazer um trabalho aqui, lembra? eu queria que fosse feito um trabalho aqui, pra gente fazer uma pintura, uma decoração, acabou não dando certo e então esse é o maior exemplo e acho que o maior desafio vai ser retomar tudo isso.

A senhora consegue apontar olhando para o nosso trabalho, para a metodologia em si, a PSC COLETIVA, para destacar alguns desafios que acha importante?

Eu acho que é ampliar, porque vocês são divididos em quatro regiões, não é? São cinco. São 5 em Campinas, desculpa. São divididos em cinco regiões, acho que seria por exemplo ... e o jeito que está organizada é bem quadrado. Então o menino vai lá ou 4 horas por semana ou se 8 horas ele vai dois dias, não é assim? Isso mesmo. Ele vai uma vez por semana e o juiz, eu ainda acho, a gente poderia aplicar mais a PSC ainda do que ela é aplicada, mas eu acho que é ampliar o número de adolescentes contemplados com esta medida, poder aplicar em remissão na promotoria de justiça e isso eu poderia aplicar mas eu concedo remissão, e aí a gente não aplica a medida porque o juiz não aceita, mas a gente podia e acho que seria ampliar o número de adolescentes contemplados com esta medida porque é uma medida muito rica. E se a gente conseguisse ampliar mesmo em sentenças, eu não sei se a gente, o juiz ... eu não participo do processo de conhecimento e a escolha da medida cabe mesmo em outro momento ao Dr. Rodrigo e eu não sei se é possível identificar o adolescente que tem perfil para a PSC. O judiciário tem acertado, não tem? Tem, acho que

avançamos bastante. Avançou! Porque diminuiu muito o número de descumprimento da PSC e são poucos os casos que vocês ... lembra que teve uma época que vocês sugeriam muito ... Isso foi um avanço mesmo. Olha esse menino não tem perfil para a PSC, a gente extinguiu a PSC e permanecia na LA. Nas nossas discussões também temos refletido que a PSC poderia ser melhor utilizada. Eu acho também. Eu acho que a gente podia ampliar a aplicação da PSC porque ela tem um potencial muito grande de transformação.

Como a senhora poderia destacar as potencias da PSC COLETIVA desenvolvida hoje no COMEC?

Mas a gente já não respondeu isso?

A gente foi falando mesmo... mas quais os aspectos que são potência, o que a senhora acha que é potencial de transformação?

Bom, vou ter que repetir tudo de novo... eu acho que ela pode ela consegue abrir um leque grande para os adolescentes, porque eu percebo algumas vezes os adolescentes chegaram a conhecer equipamentos que eles nem conheciam, então isso permite que o adolescente conheça e explore a região dele com outro olhar, então ele vai conhecer ... uma vez o menino foi conhecer o CRAS, ele nem sabia o que era um CRAS, então ele vai conhecer a região dele sobre um outro olhar, no qual ele não estava acostumado, ele vai conhecer equipamentos públicos e outros equipamentos que podem ajudá-lo e ao mesmo tempo ele vai conhecer a região dele, com um outro olhar e ele pode inclusive verificar o que a região dele precisa, porque a gente precisa de adolescentes que identifiquem os problemas da região dele e ao mesmo tempo ele consegue ver o potencial dele para transformar aquela realidade, sem usar, parece um jargão, mas sem usar o ato infracional, eu acho que eles querem reconhecimento, eu não sou especialista, sou formada em direito, mas isso é um fato, todo mundo quer reconhecimento, inclusive ele entra nos grupos para ter reconhecimento em algum grupo, porque ele não é reconhecido em espaço nenhum, ele passa a ser reconhecido, ele percebe que ele pode ser conhecido de uma outra forma e ele passa a ser, então quando ele eu imagino quando ele faz o trabalho, a entidade ou quem recebeu manifesta a satisfação e acha que isso traz para ele o reconhecimento que todo mundo precisa. Todo mundo precisa, eu, você ... E eles acham nestes grupos marginalizados o reconhecimento no tráfico, nesta sociedade de consumo, das coisas e dos bens e acho que isso tem o poder de transformá-lo, dele perceber outras ... de ter reconhecimento mas no outro reconhecimento da sociedade, da comunidade, ele deixa de se identificar, é tão pouco, seria importante saber quando termina a

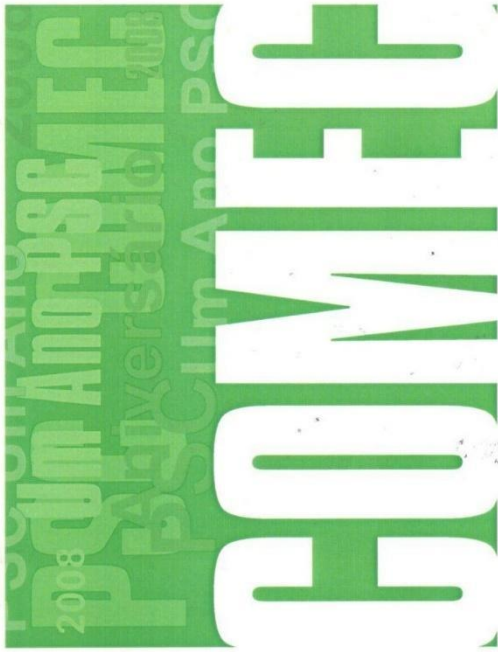
PSC ... o que a gente precisa era realmente ... a gente não sabe depois como fica os meninos ... nós não temos pós medida. Eu acho que o potencial é: possibilitar que o adolescente conheça a região dele, ele consiga perceber o potencial dele mesmo como agente de transformação, ele pode, eu acho que esse reconhecimento da comunidade que pode passar, deve, e eu espero que consiga olhar este menino de uma outra forma. Acho que isto é o forte da PSC. E você está falando da coletiva e ele não se vê sozinho, então ele não fica acoado, ele percebe que tem outros adolescentes com as mesmas angústias dele neste espaço e que ele não está sozinho nesta luta para transformar a realidade dele, ele tem outros, ele pode contar, ele não está sozinho fazendo a tarefa, se sentindo muitas vezes, mais uma vez estigmatizado, ele não está mais sendo estigmatizado.

Estamos tentando sustentar a PSC coletiva, partindo do pressuposto da metodologia grupal. Exatamente, ele não está sozinho nunca. Eu acho que vocês poderiam colocar mais um nome ... Um outro aspecto diferenciado de vocês que eu percebo, eu não sei se lá traz e nas outras PSC tem o acompanhamento das famílias, aqui na PSC vocês tem a dupla que vai acompanhar as famílias, identificar as demandas que em alguns casos exige um acompanhamento mais próximo e outros não. Depende muito do que vocês encontram. Vocês têm este cuidado. Eu não sei se outros municípios são assim também. Mas além dela ser COLETIVA, vocês têm este olhar, de cuidado da família e do adolescente para outras demandas.

Vocês deviam chamar não só COLETIVA, vocês têm que por outro nome. Porque vocês não são só coletiva, eu tenho pensado, PSC Coletiva pode ter outras ... Sugira! mas como vocês estão organizados, do adolescente reconhecer o equipamento, PSC COLETIVA democrática ... porque os adolescentes participam da escolha, de todo o processo, e isso é o diferencial e não só o coletivo. Então vocês têm que colocar no nome, alguma coisa a mais que é o plus, porque do coletivo, deve ter outras experiências rumando para a PSC Coletiva, o plus do menino ser protagonista, ele é o protagonista mesmo e este é o diferencial que vocês têm que demarcar no nome. Porque faz sentido para o menino! Porque se você falar para o menino que ele vai fazer uma tarefa, ele vai cumprir e acabou, acabou. Quando ele percebe a importância, a gente vê nos relatórios a satisfação e a felicidade, o sentido que fez, não esqueço do menino que voltou pra escola dele, não lembro a atividade que fizeram, mas a satisfação dele estar lá, transformando aquela escola e revivendo aquele espaço, ressignifica. E visto de outro papel, aquele menino que aprontava, agora está cuidando. Isso faz sentido e pode transformar! Agora quando ele vai e faz a tarefa, fica sem sentido. Porque enquanto eles

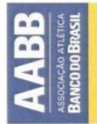
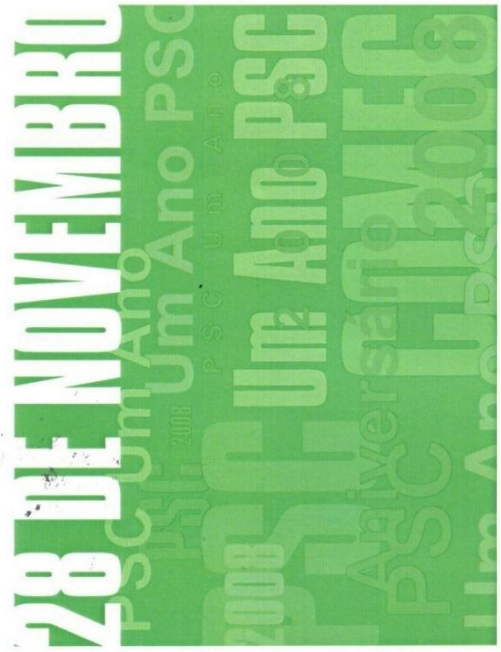
vão fazendo, eles vão trazendo conversas da realidade deles, vocês vão percebendo e eu acho isso muito rico, isto não existe na individual. Agora, eles participarem de todo o processo e de escolha é o mais importante ainda. Eu tenho orgulho e acho excepcional, o desafio é manter e não perder recurso, o risco de dizerem que não está atendendo, vocês estão fazendo um excelente acompanhamento a distância, a gente percebe o cuidado que estão tendo com este acompanhamento.

ANEXO E – FOLDER “UM NOVO OLHAR PARA A PSC” DE 28/11/ 2008



“UM NOVO OLHAR PARA A PSC”

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE



COMEC/PSC

Rua Proença, 446 • Bosque Campinas SP

“UM NOVO OLHAR PARA A PSC”

Há um ano o **COMEC** ampliou o seu atendimento quando assumiu o *Programa de Prestação de Serviços à Comunidade* (PSC).

O adolescente é encaminhado ao **Comec/PSC** pela Vara da Infância e da Juventude de Campinas para acompanhamento da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade. Posteriormente ele é acolhido e juntamente com sua família é construído um plano de atendimento de forma individual, grupal, focando a capacitação para uma ação cidadã comprometida.

Durante seu atendimento o adolescente é incentivado a:

- Matricular-se, frequentar e permanecer na rede regular de ensino;
- Regularizar sua documentação pessoal;
- Repensar seu cotidiano, suas escolhas e organização pessoal, de forma a valorizar suas capacidades e habilidades para a construção de um novo projeto de vida;
- Inclusão no universo comunitário e social de seu município com acesso a programas, projetos e serviços das políticas públicas;
- Fortalecer seus vínculos afetivos e familiares.

Para a efetivação da Prestação de Serviço à Comunidade o adolescente é orientado a escolher um espaço de capacitação nos eixos: Expressão Artística e Cultural; Saúde e Qualidade de Vida; Inclusão Social, Digital e Esportes. Após vivenciarem as atividades específicas escolhidas, estarão habilitados a realizar ações cidadãs em organizações sociais com crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, compartilhando suas experiências e aquisições junto à comunidade.

Esse é o nosso novo olhar para a PSC!

PROGRAMAÇÃO

AÇÃO CIDADÃ - 9h às 11h e das 13h às 16h: Você poderá visitar as atividades no momento das vivências entre adolescentes em medida socioeducativa, comunidade e usuários de organizações parceiras.

PARABÉNS COMEC/PSC – 13h: Comemoração do 1º aniversário com a partilha do Bolo: com massa de oportunidades, recheio de criatividade e cobertura de esperança.

Nos horários e atividades específicas sua organização poderá inscrever 01(um) grupo com até 6 (seis) usuários para vivenciar a Ação Cidadã. Acesse o endereço: www.comec.org.br e clique no link fale conosco, ou mande um e-mail para: psc@comec.org.br você receberá uma confirmação.

CULINÁRIA - Referência Eduardo Khater e Doca – sala n° 7

- 8H30-11H00
- 13H45-15H45

VELAS EM GEL – DECORADAS - Referência Juliana – sala n° 4

- 8H30-9H30
- 13H45-14H45

BIJUTERIAS – Referência Luiz - sala n° 4

- 10H00-11H00
- 15H00-16H00

JOGOS INFANTIS EME.V.A. - Referência Faty e Paula - sala n° 1

- 8H30-10H00
- 14H00-15H30

INCLUSÃO SOCIAL E DIGITAL – Referência Idalmo - sala n° 3

- 8H30-10H00
- 13H45-15H15

ESPORTES – Referência Ronaldo e Eduardo área para esportes

- 9H-10H30
- 14H00-15H30

ANEXO F – FLUXOGRAMA DE 2008

ANEXO G – GRUPO FOCAL SOBRE A PSC COLETIVA

1º encontro - 24/03/2021 – 8 profissionais**1- Como que vocês compreendem o desenvolvimento da PSC COLETIVA no COMEC:**

É uma forma importante de diálogo e também de muita troca dos meninos/dos adolescentes que por muitas vezes moram na mesma região, no mesmo território, mas como estamos falando de um território muito extenso, muito grande, então eles acabam ficando nos seus microterritórios, pequenos lugares que eles não conseguem muito ampliar, quando eles se juntam eles conseguem ter esta percepção maior. Então quando a gente fala dessa territorialidade, eu vejo muita troca, a importância da troca de diálogo, das vivências e da cultura de cada um dos adolescentes que ali compõem o grupo. Então eu penso que quando você junta esses meninos, você também junta histórias, você junta vidas com diferentes experiências de lugares, de movimento. Eu percebo muita troca de saberes entre eles. Acho que complementando um pouco a partir das falas que a gente tem quando a medida é finalizada, acho que é um lugar de pertencimento, de ser escutado, de ser olhado. Eu acho que quando eles têm a oportunidade de falar, eles têm muito a contribuir e eles trazem que parece que antes de estar no Comec, na PSC fazendo esse trabalho coletivo, o quanto eles não eram vistos, eram muito estigmatizados, não eram reconhecidos. Então eu acho que fica muito forte pra mim o quanto que este trabalho coletivo, os espaços ofertados tornam muito importante e é um processo até de identificação, de reconstrução desse indivíduo. Eu vejo como um processo muito rico, onde as diversas histórias, as diversas complexidades, as diversas

realidades se somam e é possível fazer um trabalho voltado para a realidade desses meninos. Eu vou puxar o gancho do território, do quanto é importante para eles conhecerem o ambiente que eles residem, o entorno, até porque são diferentes perfis de adolescentes, de classes sociais. Então muitos deles não sabem como funcionam os serviços e eu acho que enxergar de uma forma diferente também essa questão de poder devolver para a comunidade, deixar a marca deles de uma forma positiva no espaço, de ver esses equipamentos também como serviço que eles podem frequentar, que a família frequenta. Acho que é uma troca muito importante, de conhecer esses locais, esses profissionais e os usuários desses espaços. O trabalho em grupo é que os adolescentes podem dentro de um grupo vivenciar diferentes papéis do que eles estão acostumados, então acho que nesse sentido quando a gente produz alguma coisa com eles, quando faz alguma atividade junto com eles, às vezes ver algum potencial que estava ali adormecido que nem ele mesmo sabia que ele tinha e aí quando devolve para comunidade, ele também é visto de uma outra maneira, existe um outro reconhecimento dele enquanto sujeito e no grupo eles além de viverem outros papéis, eles podem ser eles mesmos, eles fogem um pouco do script do individual, eles se mostram para os outros adolescentes como eles são ou como gostariam de ser vistos. Então isso para o nosso trabalho é muito rico também.

Sobre o desenvolvimento da PSC coletiva, eu acho que um ponto muito interessante de trabalhar em grupo é que tira o foco do ato infracional em si do indivíduo. E aí amplia para uma questão de experiências que são compartilhadas. E aí o território faz todo sentido de você juntar adolescentes que pertencem a um mesmo território, que muitas vezes se conheciam ou não se conheciam, então eu acho que isso permite uma identificação, traz uma responsabilização que passa ser coletiva, então todas as ações que vão ser pensadas e construídas dessa PSC ela é compartilhada, então você vê diferentes habilidades e que tem adolescentes que participam mais, outros menos, mas cada um vai contribuindo de acordo com suas habilidades. Então acho que há esse reconhecimento das diferenças dentro do grupo, mas ao mesmo tempo gera uma identificação, um pertencimento que é coletivo que é de você se reconhecer enquanto juventude, de você se conhecer na negritude, enfim nas mais diversas, de se vê ali, você se vê pertencente a um espaço a um lugar e aí é o grupo que tá dizendo. Então você sai dessa ideia da culpabilização do indivíduo e passa por uma experiência que é coletiva e que você vai reconhecendo ali as diferentes habilidades do grupo, você estar em grupo ele gera sentimento, de pertença e de potência porque quando a PSC finaliza, tem uma entrega numa escola, num equipamento da assistência, num ponto de cultura, a atividade ela

é do grupo, então eu acho que gera esse reconhecimento, você se vê potente a partir de uma ação que é de todo mundo, acho que isso é um grande ganho.

Acho que a gente parte da premissa de que a gente coexiste. E aí por coexistir a gente precisa dar ênfase a essa relação em todas as áreas da sociedade. Eu acho que na medida socioeducativa isso é muito importante, então o grupo ele vai permitir que eles coexistam entre pares e que isso revele uma troca e que nos coloca como realmente facilitadores e não como "os donos do processo", aqueles que ditam como ele deve ser, então nós nos tornamos facilitadores mesmo, a gente vai trabalhando aí autonomia deles enquanto cidadãos, enquanto seres, isso vai trabalhando isso que é a sociedade, nós somos seres sociais, nós somos coletivos já em essência, então eu acho que a metodologia da PSC ela permite com que isso seja trabalhado e isso é seja colocado em ênfase, e eu acredito também que quando a gente passa trabalhar responsabilização a partir do lado emocional, do afeto, então nós afetamos eles com a consciência da territorialidade, a consciência do que é a sociedade e do quanto o território apresenta espaços pra eles, rede pra eles, rede de apoio pra eles e eu acredito que isso é uma importância muito grande, por que envolve o emocional, quando a gente afeta, eles também vão fazer com afeto e isso muda toda lógica, nesse sentido eu acredito que aí sim a gente alcança uma responsabilização, uma socioeducação, nesse sentido eu acho que a PSC em grupo alcança muito mais.

Eu acho que é primordial que ela faça sentido, então a gente tá tão acostumada com essa metodologia, que a gente esquece que em outros lugares fazem de jeitos diferentes, então quando a gente ouve outros lugares falando das horas, de serviço administrativo, de uma coisa mais voltada e mais parecida com o trabalho, a gente ouviu ontem no seminário de Brasília falando sobre essa questão laboral e tal, eu fico me perguntando porque que é que é tão diferente, pra mim faz tanto sentido essa metodologia coletiva aqui, e que eu acho que pra eles tem que fazer sentido, se você vai trabalhar responsabilização com eles, se não fizer sentido, porque então ...

Quando eu fui escutando eu falei nossa, mas realmente nos outros lugares não é assim, fica muito mais focado na questão do trabalho e o quanto isso esvazia o sentido mesmo, na nossa percepção. Pode ser que pra eles façam até algum outro sentido, mas que sentido é esse? A gente vê muita potência realmente nessa metodologia grupal e de território, inclusive os próprios adolescentes conseguem fazer essa interlocução entre as histórias deles, isto ficou nítido por exemplo, quando o Sintonizando, um grupo que está acontecendo virtual, de um projeto específico aqui do COMEC e ontem eles fizeram uma apresentação do projeto deles, e

eles foram falando das histórias deles, da interlocução entre as histórias. “Eu também vim da periferia, eu também vivenciei bailes funks, no baile li funk tem tal coisa, a polícia faz tal coisa”. Esse Território que ele é perpassado por tais situações, então eles conseguem dialogar e encontrar eco na fala do outro, e isso traz potência também, porque daí a partir do momento que eu identifico as fragilidades e as potências também daquele território, eu consigo pensar em maneiras de construir ele também e ver o que falta e como que a comunidade pode trabalhar nessas faltas ou reivindicar os direitos que foram falas que apareceu muito assim ontem neste grupo, das faltas de oportunidade, enfim muito interessante, então acho que essa potência deles estarem juntos olhando para o território isso é sensacional, encontrar interlocuções entre as histórias dá um outro lugar para essa medida.

Pensando nesta questão do coletivo, quer mais coletivo do que poder construir em conjunto, poder ouvir cada um deles, a opinião, poder pensar nessas habilidades que todo mundo citou, poder entender como que ele vê esse Território, o que ele gostaria de transformar é bem importante, como que a gente faz diferente desses outros espaços, eu acho que faz muito, causa mais impacto pra eles, mais marcante poder escolher, poder colocar sua opinião, escolher atividades, ser ouvido. Por mais que o grupo não aceita aquilo que o outro escolheu e a gente tem que refazer tudo isso, é uma troca muito rica.

Fico pensando também quantas coisas na vida eles podem escolher? Quase nada. Então eles terem possibilidade de escolher dentro do grupo já é algo muito grande.

Eu penso muito que a nossa construção foi pensando nesse coletivo, muito em cima do que o Paulo Freire sempre trouxe, da importância da coexistência do sujeito e como que essas histórias desse sujeito podem transformar história de outros sujeitos a partir deles. Quando a gente leva esses meninos para o próprio território e eles reconhecem um líder comunitário, um organizador de um espaço de cultura, que esta pessoa lá atrás teve a mesma história que ele, porém, teve a oportunidade de parar, pensar e mudar a sua história, o quanto que isso faz sentido pra ele. Porque ele tá vendo uma pessoa que é da mesma cultura, que é do mesmo rolê que ele, podendo modificar a história e a partir das angústias dele transformar uma comunidade. Então acho que quando tem essa troca de experiências com pessoas que fizeram ou tiveram as mesmas histórias desses meninos, eu penso que aí está a socioeducação, está o poder de transformação a partir da história do outro.

Resumo Uiara: A PSC Coletiva vocês compreendem o desenvolvimento a partir de algo que traz: um local pra esses adolescentes com sentimento de pertencimento, um lugar de

afeto em que eles possam ser ouvidos, que eles podem falar da sua opinião e também vocês trazem outro elemento que é o território e que daí o adolescente do seu próprio território pode falar do que ele vê. Não é alguém de fora que vem dizer o que acha que precisa ser modificado no território que ele vive. É ele, com a experiência dele, verificando o que pode ser modificado pra ele, o que também traz uma mudança pra ele.

2- Como vocês avaliam a PSC COLETIVA?

Eu vou partir das avaliações que a gente faz no final do grupo, o que que aquela atividade promoveu de sentimento, o que que a gente observou de fora. Eu percebo que o quanto esse coletivo promove uma ação em cadeia. Então por exemplo, quando um menino fala “eu não consigo fazer”, mas vem o outro e fala “você consegue”, faz essa insistência dessa potencialidade, porque muitas vezes a comunidade disse para ele que ele não consegue, mas aí a partir dos pares eles começam a perceber que sim. Quando o resultado final aparece, eles conseguem se perceber o quanto eles podem, o quanto eles existem sim, o quanto eles, o talento deles, a possibilidade deles podem transformar qualquer lugar e isso traz pra vida deles. O quanto que eles podem fazer escolhas, muitas vezes nesse sentido, de que olha talvez eu possa usar essa minha potencialidade para outras escolhas, não para uma só, eu não tenho só um destino, eu posso ter outro. A gente avaliar quando os meninos terminam e fala “nossa, a gente conseguiu, olha que legal, nem acredito que eu consegui fazer isso” então quando você ouvi essas devolutivas, você percebe o quanto que aquela atividade promoveu sentimentos que a sociedade já tinha dado nome e rótulos para eles há muito tempo de que eles não iriam conseguir. Eu acho que esse poder transformador da capacidade humana do adolescente, ele é muito significativo, quando você avalia o quanto eles construíram juntos ali na PSC.

Tem muitos temas delicados que quando a gente aborda individualmente com adolescente, que ele tem dificuldade de escutar, sobre o tráfico, saúde, uso de substância ... e agora quando tem um grupo e ele escuta daquele colega, que acabou fazendo uma fala, se aproximando, escuta uma orientação, escuta uma história, de como que ele pode mudar ou conta como aquilo está afetando ele, o quanto que não é bom, temas como o machismo quando tem uma troca entre o grupo, é muito importante, esse espaço coletivo ele traz esse crescimento, eles poderem se reconhecerem, poder ouvir melhor às vezes do que quando a

gente fala. Quando a gente fala parece que não entendem, eles falam você não passa por isso, você não sabe, agora quando é o outro ali falando, parece que eles dão mais atenção.

Quando a família avalia aquela PSC, avalia aquela atividade que o filho fez e traz aquilo como surpresa “Nossa, não acredito que foi meu filho mesmo que fez” não acredita naquela potência, isso é muito benéfico quando a família observa a potência “Olha o que meu filho fez, olha o que ele conseguiu”. Isso é fantástico, a família reconhecer, dá valor naquilo, acreditar no filho, eu acho que é isso, acreditar que ele pode.

Tem o ponto que as meninas trazem do grupo, dessa riqueza, desta troca, desses processos avaliativos semanais entre eles, mas é muito importante quando a gente consegue fazer essa construção com a família também e em parceria com o adolescente. A gente teve algumas experiências de fazer grupo com a família e o adolescente, trazer o que eles fizeram e o quanto que isso foi rico e acho que tiveram falas muito importantes das Mães ou dos responsáveis, neste sentido “Nossa, não sabia que ele fazia isso, eu não sabia nem que ele gostava disso, eu nem percebo ele fazendo essas coisas em casa” e o quanto depois você vai fazendo essa conversa, essa ponte, essa parceria com a família e o adolescente e você vai conseguindo mostrar essas potências para essa família, pra ele e para a família, que às vezes no dia a dia isso não é visto, não é muito considerado. Então essas atividades em conjunto para além do grupo da PSC, também fazem parte desse processo de avaliação final da medida, quando a gente faz o processo da Extinção também, a gente às vezes mostra fotografias ou trás no concreto aquilo que foi feito, aquela camiseta numa atividade, o quanto que isso vai fazendo sentido para quem a gente está atendendo.

Falando das potências, eu acho que no processo todo da PSC tem um mundo de coisas que dá para gente avaliar, desde o adolescente vem ou não vem, chega no horário ou não chega no horário, cumpre com combinados ou não cumpre combinados, participa ou não participa, quer ajudar ou não quer ajudar, dá ideias, contribui com ideias, faz atividade, o quanto que ele se envolve ali na atividade, como que ele lida com os seus colegas, como ele lida com os orientadores, tem muitas coisas que a gente consegue ir vendo e aí que é possível trabalhar com eles, com o adolescente e com a família. Então quando eu falo dos papéis, não é só dizer ou detectar “olha esse aqui não está participando, ele fica quietinho, ele não fala nada, não quer se envolver”. É também ter esse tempo, de poder proporcionar para ele viver uma coisa diferente. Quando a gente sai do grupo, geralmente o educador e o orientador costumam conversar sobre o grupo e tentar avaliar como foi aquele dia e como que é possível, que

manejo que a gente pode ter para que esse adolescente ele viva uma coisa diferente daquilo, o grupo proporciona isso também.

O quanto a PSC vai abarcar também essa questão dos genitores ou responsáveis no sentido de fortalecer esse vínculo. Porque quando eles vão percebendo o quanto aquele adolescente tem possibilidade de criar, tem possibilidades de se desenvolver a partir de alguém que facilite, de um amparo, de um respaldo, eles também vão se percebendo, a necessidade de estar neste lugar, de quem dá este respaldo. Então se eu estiver mais próximo, também é possível que ele cria coisas boas assim. Porque geralmente as relações estão muito fragilizadas, o olhar daquela família para aquele adolescente está muito frágil, muito a partir de conteúdos mais negativos vamos dizer assim. Então, quando a gente vai trabalhando com a família ao longo da prestação de serviço à comunidade, os compromissos que o adolescente foi alcançando ou até os que não foi, mas aquele outro lado de amparar, de estar mais próximo, de ser o facilitador junto conosco para que ele alcance, e aí isso vai acontecendo, o processo interno da família também sofre uma modificação, a gente às vezes recebe inclusive esse feedback. Também queria ressaltar, o quanto essa metodologia na minha percepção ela alcança as diretrizes do ECA, de entender a adolescência como um processo peculiar de desenvolvimento, quando a gente oferta algo que é adaptável, algo que não vem pronto, mas que é construído a partir de, que é possível para cada adolescente, dentro de uma diretriz, mas sendo possível adaptar, sendo possível cuidar de alguma peculiaridade de um, que é diferente da do outro, quando a gente trabalha a partir disso a gente tá respeitando esse processo de desenvolvimento e entendendo que tem muitos pontos que eles ainda não vão conseguir ofertar por serem adolescentes. Afinal, eles estão na medida socioeducativa. Então esse ponto é bastante importante acho que realmente a PSC respeita esse processo de desenvolvimento do adolescente.

Acho que ecoou em mim quando a Ari falou que é uma ação em cadeia. Olha a potência dessa metodologia. Que é uma ação em cadeia. Realmente, tanto dentro do grupo como fora dele, porque para família também aparece assim. Quando a gente consegue por exemplo, mostrar um rap, uma letra de rap que o menino escreveu, que a família nem sabia que ele sabia escrever rap. Isso as vezes assusta a família, e aí que vem o manejo, principalmente as famílias que as vezes não tem uma identificação com essa cultura. Então ela fala “Nossa, mas ele escreveu um rap”. E aí a necessidade de conseguir avançar na questão da educação não formal, porque às vezes também a gente tá dentro de um modelo muito enrijecido, que entende que escrever é escrever o que, escrever rap é automaticamente não é

ter uma boa escrita, então a gente vai conseguindo também trabalhar esses paradigmas assim e avançar numa metodologia que é a do Paulo Freire, que é conseguir falar a partir do desejo desse menino, como ele se comunica, como ele sente e isso para família esse trabalho é fundamental, que às vezes ela quer um adolescente que é um modelinho de adolescente que o filho dela não é. Não só o filho dela, mas a adolescência, são adolescentes. Uma fase peculiar, em que ele está se descobrindo, o quanto a gente precisa apoiar ele neste momento peculiar da vida dele, a gente vai trabalhando com as famílias, por isso que eu acho que é uma reação em cadeia realmente, vai chegando inclusive na família na forma como ela se posiciona, como ela olha a educação no mundo, em sociedade, interessante mesmo.

Eu acho que esta metodologia permite uma ampliação do que a gente entende enquanto avaliação, que é muito para além, o quanto que ela é realizada tanto em conjunto com o adolescente, mas o quanto que ela é processual, não é uma avaliação burocrática “veio tantas vezes”, o quanto que esta PSC faz sentido pra vida do adolescente, e isso é ancorada na metodologia Paulo Freiriana, que é desde o início da formação dos grupos, este entendimento de que Educar não é transferir conhecimento, significa que a gente nesse papel de educadora, de orientadora, de psicóloga, de assistente social, a gente sim apresenta caminhos, referências, mas ao mesmo tempo a gente está nessa escuta de acolher quais são essas demandas. Pra que de fato essa PSC faça sentido para o adolescente especificamente, para o grupo todo. E aí aparece alguns perfis que eu acho interessante, a gente faz esse trabalho de olhar de fato para o território, o que tem aqui no território, onde a gente pode mapear. Então tem um perfil de pessoas que não conhece, que não tem uma apropriação do seu próprio território, que não conhece os equipamentos e um dos nossos caminhos é apresentar essas referências. Então de repente, ele sai desse processo de PSC conhecendo um ponto de cultura que ficava próximo da casa dele no qual ele se identifica, conhecendo um serviço da assistência, enfim, ou conhecendo uma escola que algum colega estudava e também tem aquele perfil que já sabe, que já vem falando “eu quero fazer uma PSC na escola que eu estudei na minha infância”. Foi muito interessante, tinha um grupo de adolescentes que estudavam nessa escola e alguns com um olhar não bem vistos inclusive por alguns profissionais da escola. Então como que eles ressignificam o próprio olhar que a comunidade, os profissionais da escola têm sobre esse adolescente, então gera um outro, eles vão ressignificando como a comunidade veem eles nesse território. Eu lembro que quando a gente fez a PSC nesta escola que foi indicação de uns dos adolescentes, eles não estavam mais na escola, mas estudaram, acho que no primeiro dia que a gente foi fazer a PSC, alguns faltaram, ficaram um pouco com vergonha, porque era

no muro externo. E aí depois, conforme foi desenvolvendo a PSC e a comunidade parava para elogiar, os alunos da escola ficaram encantados, os professores, a direção, foi dando esse orgulho, esse reconhecimento. Eu lembro que a gente perguntou no final “como que foi pra vocês fazer a PSC no seu próprio território?”. Alguns moravam a duas ruas da escola. E aí eles falaram “Olha, no começo deu muita vergonha, mas depois eu pensei: que bom que eu tô devolvendo isso pra minha comunidade, que bom que eu tô conseguindo fazer alguma coisa aqui pra onde a gente mora mesmo”. Eu acho que é muito legal se ver enquanto sujeito do seu próprio território, reconstruir a própria comunidade, o próprio olhar e ter esse sentimento de orgulho, de reconhecimento que passou a ser resignificado pelas pessoas ali do entorno, então é um processo de avaliação muito amplo que esta metodologia permite.

Lembrei de uma coisa agora bem legal sobre o funk da PSC. O funk da PSC surgiu de um processo de avaliação. No final de um grupo, os adolescentes começam a entender o que é a prestação de serviços, começou a fazer sentido, “Nossa, não via desta forma, não sabia que era assim que ia acontecer”. E aí que surge a ideia “vamos fazer uma letra de música sobre isso, vamos fazer um funk”, contando para aqueles adolescentes que estão chegando ou para outras instituições o que que vocês fazem aqui. Não é só pintar muro, não é só fazer grafite, ou não é só questão da escola ou de saúde, é tudo junto e muito mais e saiu uma letra super bacana.

E esta possibilidade da PSC ser uma música, não é só a atividade. Tem a atividade laboral, mas pra além, você pensar que pode ser uma ideia, que pode ser um material. Isso é muito, é ampliar realmente o que que é esse devolver para comunidade.

Quando tudo se encerra, tudo começa de novo. De um encerramento, virou uma música e virou uma nova PSC e começou.

Como as famílias avaliam a PSC grupal?

Depende de cada família, porque tem esse processo de identidade, de construção da própria dinâmica familiar. Acho que cada uma vai trazendo esses desafios, acho que para algumas é um incômodo muito grande, a gente fala muito isso, acho que o COMEC em si, desde o início ninguém quer estar ali. A gente vai fazendo esta construção, a gente tem estas falas com as famílias, porque é um lugar difícil de estar, eles são obrigados a estar ali, o quanto que a gente precisa fazer aos poucos esta desconstrução com a maioria das famílias, acho que a gente consegue desconstruir esse peso que elas trazem da audiência, de todo esse processo da delegacia, dos tramites anterior a chegada no Comec, na PSC. Mas esse processo

é uma desconstrução, e você vai vendo que nos atendimentos, conforme a gente vai acolhendo, eu acho que a gente foi fazendo um processo nos últimos anos, de trazer mais o concreto, que a gente falou das fotos, do funk, da gente tentar fazer atividades mais em conjunto, da gente vê essa importância não só para o adolescente, para esse sentido, mais para essa família também, para entender as fragilidades, mas também as potências. Elas conseguem olhar para esse todo, para algumas é mais difícil porque tem essa questão deste trabalho como um todo, as vezes a família não vai, às vezes ela não se vê enquanto responsável daquele adolescente, mas as que a gente no geral consegue ter vínculo, essa parceria, eu acho que a gente vai conseguindo fazer essa construção ao longo do tempo, apesar do tempo ser um desafio na PSC, porque é um tempo curto. Mas o quanto que acho que trazer, ouvir as perspectivas que ela tem desse filho, de todas as dificuldades da adolescência, dessas expectativas desta adolescência idealizada e trazendo pra esse real, eu acho que é esse trabalho, de o idealizado e o real e vamos unir e pensar a partir disso. Como que a gente pode trazer essas atividades, trazer o que está sendo feito, como está sendo feito. Em vários momentos estamos fazemos atendimentos com mediação diante daquilo que surge na dinâmica familiar.

Tem famílias que chegam para o acolhimento ou na Interpretação da medida e fala que não quer que o filho fica em grupo com ninguém, que está com medo, que ele pode causar ou que alguém pode influenciar ele e aí todo o trabalho que a equipe faz para desconstruir isso, mostrar a metodologia, mostrar como vai ser. Porque cada família traz uma fala para seus conceitos em relação ao que vai acontecer, traz as suas preocupações. Então eu já tive fala de família que falou “não, por favor não coloque ele junto com ninguém”. E até a gente explicar a metodologia da prestação de serviços à comunidade. Então realmente é toda uma desconstrução e uma construção para mostrar qual é, o que que a PSC faz, qual é a metodologia.

Eu fiquei aqui pensando o quanto é difícil, porque assim, das vivências que eu tive, eu consigo dizer que depende muito do processo cultural e das experiências dessa família. Como ela está percebendo essa medida socioeducativa. Então a gente tem famílias que chega e que a questão do ser coletivo e da prestação de serviço ser algo que possa ser um processo mais lúdico, de construção e tal, entra num lugar estranho pra família. Ela está esperando algo mais punitivo, ela está com esse desejo, a gente também não pode negar que isso acontece, aí ela sofre um impacto. Ela até às vezes nos cobra, fica no lugar de estranheza, mas depois que a gente vai construindo é possível que essa família compreenda e entenda esse lugar. Nem

sempre é fácil e acho que tem famílias que se acalmam, se aquietam até, quando sabem que o processo é em grupo, que o processo tem um viés socioeducativo mesmo, que realmente ali não é um espaço pra punição, que ali é um espaço para construir junto, aí elas se aquietam e até se abrem. Passam a ter uma abertura. Então eu ficaria nesse meio termo. Se fosse pegar dois eixos, eu dividiria entre duas famílias: aquelas que de repente se frustra um pouco, até por estar dentro de uma sociedade em que o basal é a punição, isso entraria como educar a partir do punir, então elas estão esperando que a gente entra nesse lugar e, entre a família que se sente muito acolhida e se tranquiliza por entender que o processo é em grupo, que é coletivo, através de uma linguagem não punitiva e sim de construção.

Eu acho que a gente precisa falar desse aspecto cultural, principalmente se a gente vai pensando como que historicamente na vida dessas famílias elas foram vivenciando o coletivo. Então eu vejo muito isso no grupo das mulheres, por exemplo, o quanto se a gente for olhar para uma perspectiva feminista por exemplo, quantas mulheres sempre foram criadas juntas, porém separadas, sempre uma disputa. Parece que as mulheres não conseguem muito fazer, isso é histórico, a gente tem aí resquício de muita coisa, de machismo, mas que é interessante a gente dialogar com isso. Então as mulheres têm muita dificuldade de estarem juntas, se abrirem, até o processo educacional dessas mulheres, muitas delas não frequentaram a escola por exemplo, que é onde a gente aprende estar em grupo teoricamente. E para os adolescentes, eu vejo que é um pouco mais fácil para eles essa coisa de estar em grupo. Agora para as famílias talvez, aí eu estou dizendo, inferindo um pouco até, talvez tenha a ver com esse processo histórico mesmo, cultural, elas não estão muito acostumadas a estar em grupo. As vezes são mães que sentem vergonha de estar em grupo, que às vezes não tem, não passaram por um processo de vivência no universo do trabalho, então tem muitas mães que trabalham sozinhas, é doméstica, não tem muitos processos de trabalho coletivos, então elas não estão acostumadas a estar em grupo. Isso realmente é um desafio muito grande para nós, para mostrar a potência do grupo. E é muito interessante porque por exemplo, quando a gente consegue trazer uma mãe para o grupo, e ela consegue começar a se abrir nesse grupo, é assim, quase em todos os grupos acontece, no final do encontro ela fala “Nossa, cheguei aqui não querendo falar, eu estava com vergonha, eu não estava entendendo porque eu estava aqui, mas daí depois que eu contei, como eu estou me sentindo melhor, como isso é bom, estou saindo daqui diferente”. “Que legal que foi fazer essa atividade junto”. E às vezes uma mãe já fica amiga da outra, vão embora juntas e pega o mesmo ônibus e aí descobre que elas moram perto, enfim, a potência que tem no grupo. Mas, existe um processo grupal e a gente precisa

respeitar esse processo grupal. Talvez uma coisa que também é muito importante dizer, é o desafio que a gente tem desse público que a gente em sua maioria trabalha, que tem demandas que antecedem, demandas às vezes muito graves, de que não é possível ser trabalhada em grupo às vezes, ela precisa de uma atenção individualizada. Então eu acho que quando a gente vai falar de grupo da família, a gente precisa ter uma avaliação muito mais criteriosa. Que contemple tudo isso, desde a demanda emergencial daquela família, dos riscos, da gravidade em que a família está, até o processo cultural dela, como é que é para ela estar em grupo, se isso não vai ser violento com ela. Então com as famílias, esse processo de avaliação é muito mais criterioso. Falando dos grupos das famílias, de às vezes também, trazer para o grupo entender que aquela mãe não está naquele momento ainda, que a gente precisa trabalhar um pouco mais individual, enfim, é um processo criterioso. E com os adolescentes, também, Tâmara deu a deixa pra gente no momento da conversa, falando assim na questão da avaliação, que alguns adolescentes a gente depois do grupo senta e conversa. Poxa, olha o de funcionamento desse adolescente, será que é um adolescente para grupo neste momento? A gente precisa também conseguir fazer essa avaliação. E as vezes não é, as vezes é um adolescente que a gente precisa avançar. Talvez numa atividade individual, que ele ainda está naquela fase do eu/eu, não consigo olhar para o outro ainda, sou eu e eu por enquanto, até ele conseguir chegar no eu/ele, falando dos processos grupais, às vezes é um processo mais longo, e isso tem muito a ver com as vulnerabilidades e com a história daquele menino ou daquela família.

Só queria complementar que essa parte cultural que se atravessa aí, o público que a gente trabalha, é óbvio que olhando para o maioria, existe aí outros, também, mas o que penso que são pessoas em maioria que elas não colocam questões como o criar, o fazer manual, por exemplo, os grupos a gente não trabalha apenas com a fala verbal como único objeto de expressão, a gente utiliza de materiais que vão fazer com que essa fala aconteça, com que a gente consiga uma expressão a partir daquilo, daquela ferramenta. Então as famílias e acho que isso também acontece com os adolescentes, eles não estão, eles não compreendem que esses espaços, por exemplo, de descontração, de criar algo que seja artesanal, sejam espaços que eles tenham direito a usufruir. Isso não está dentro da rotina deles enquanto seres, eles estão mais ... eles existem para sobreviver e sobreviver parece que não está posto aí a questão da cultura, de você poder na arte e na cultura, isso parece que não entra como um lugar de importância, porque precisam sobreviver em termos laborais de alimentação, trabalhar e tudo mais. Então quando você consegue fazer com que aquela mãe, de modo geral são as mães,

avós, tias que ocupam esse espaço de acompanhamento da medida socioeducativa, quando consegue fazer ela superar esse primeiro passo e dar uma relaxada vamos dizer assim, “Nossa eu tô entendendo porque eu tô aqui, porque eu sai daqui eu não estava entendendo nada, mas eu tô me sentindo melhor” e quando eu chego em casa a minha relação também com os pares está melhor, com o adolescente também está melhor, e começa a fazer sentido internamente. Diferente de você chegar lá e ficar só falando, falando sobre o adolescente ou sobre enfim ... e ficar só numa fala mais de repente mais formulada e por mais que tenha feito sentido, internamente não gerou esse sentimento de “Nossa, como eu estou me sentindo bem”, esse bem-estar, esse cuidado. Então eu acho que os grupos eles vêm também nesse lugar do cuidado, que reflete numa maior saúde desse grupo caminhar.

Que é esse cuidado que a gente vem falando bastante da parte mais do adolescente, mas linkando isso, esse cuidado e esse olhar para ofertar esse espaço para elas. Então a gente fala muito assim, antes de você ser mãe, o que é ser mulher, quem é você enquanto mulher? E aí a partir do ser mulher, é o ser mãe, ser avó, enfim tem os outros papéis. Mas vamos olhar para você enquanto ser mulher, e como a gente pode olhar trabalhar e cuidar, cuidar disso e ela aprender a se olhar nesse aspecto também. Porque às vezes elas chegam muito fragilizadas.

Quais os detalhes da metodologia da PSC COLETIVA?

Acho que ainda fica como um desafio para nós e a gente já fala disso há um tempo, por ser um grupo aberto. Então às vezes o adolescente chega no momento em que a construção do espaço que vai ser executada a PSC, muitas etapas já foram desenvolvidas e aquele adolescente é novo, tá chegando, não conhece ninguém. Então eu acho que pra isso, a gente pensou lá atrás num grupo que a gente chama de grupo de integração, que é pra esse adolescente não chegar perdido, ter uma vivência do que é estar em grupo, se mostrar. E aí acho que um pouco do que a gente falou antes também, a gente ver como que é ele estar em grupo, como que eles vivem em grupo, para avaliar se ele vai para aquele grupo naquele momento, se ele consegue aguardar mais um pouco alguns atendimentos individuais para entrar em grupo em um outro momento. Então acho que isso é um desafio, é uma matemática, que a gente tem que ir e pensando, porque os grupos continuam acontecendo, os atendimentos estão rolando, então assim, tem o lado bom do grupo aberto, mas também tem esse desafio, que às vezes um grupo que está integrado e aí chega uma pessoa nova, dá aquela mexida. Daí você leva um tempo de novo para grupalisar, para o grupo começar a fluir de novo. Então acho que esse é um aspecto que eu gostaria de falar da metodologia.

Quando foi pedido pra gente ampliar e poder melhorar essa perspectiva de devolutiva para comunidade, acho que a gente se debruçou muito em cima de estudos, de possíveis metodologias e quando a gente foi olhando nessa possibilidade de a partir do adolescente, o adolescente olhar para a comunidade, desta comunidade tirar aquilo que aquela comunidade está precisando e que seria benéfico e que faria sentido para o adolescente, eu acho que teve um ganho muito grande, eu vejo quanto a atividade sair a partir da vivência e do lugar de fala e de experiência desse adolescente, o quanto os desafios vão se tornando menores, não que não tenha, mas o quanto isso vai se ressignificando e dando oportunidade pra gente repensar muitas coisas. Então eu concordo com a Tâmara nesse aspecto de que ainda se torna grandes desafios essa entrada dos meninos. Mas também eu vejo o quanto nós avançamos, porque antigamente os meninos acabavam caindo mesmo assim, meio que apesar do diálogo que nós tínhamos no momento da elaboração do PIA em que momento que o grupo estava, era muito vago para o menino. Quando a gente pensa no grupo de integração para esse menino começar a ter um contato com o grupo, com o que é território, o que que a gente está falando, para os meninos se reconhecerem já entre os pares ali, é o que é possível ser feito, eu acho que a gente foi ganhando bastante com esse movimento. E sempre nessa perspectiva, eu falo que o fazer para o outro é sempre muito grandioso, porque o menino passa naquele espaço e fala “Olha, eu fiz aquela PSC”, “Olha, fui eu que construí”. Então quando eles se veem dentro daquele espaço que ele não se via, que ele era completamente um cidadão invisível ali, quando ele olha que tem algo ali dentro daquele espaço que ele contribuiu para a mudança, que ele contribuiu para elaborar aquele pensamento, então eu vejo quanta potência tem a PSC, o quanto esse movimento de grupo ... então eu acho que a gente foi construindo a partir das experiências do próprio grupo mesmo, que seria importante a gente fazer essa integração, que seria importante a gente ouvir os meninos, os adolescentes, em qual equipamento seria importante eles realizarem atividades, ouvir, porque às vezes os meninos vêm com a expectativa, por exemplo, “vamos fazer bolo” e a gente não cortar isso. Vocês acham que é viável fazer bolo, vamos na instituição e quando eles ouvem do próprio parceiro, olha talvez vocês vão ter que fazer uns 200 bolinhos, o próprio grupo se olhar e falar que talvez não seja uma atividade tão fácil para a gente fazer. Que tal a gente fazer uma revitalização de um outro espaço que contribua mais pra toda a instituição, por exemplo. Eu acho que a gente vai vivenciando, mas sempre a partir do que os meninos pensam, do que eles acham, sempre problematizando, nunca vai ser um não para eles, vai ser sempre uma ampliação do que é possível, do que não é possível fazer. E eu percebo também, o quanto de riqueza é experimentar outros espaços, vão contribuindo também pra essa formação socio existencial dos

meninos. A gente vai pensando em tantas experiências de PSC, então desde quando a gente tinha um menino, que era apaixonado pelo meio ambiente e a gente teve oportunidade de aproximar esse menino de um indígena, que faz faculdade numa universidade de Campinas e que fala sobre este lugar de conhecimento, então olha o quanto isso pode transformar. Não é só a devolução para a comunidade, mas é o que esse grupo proporciona para o alto conhecimento desse menino e o quanto isso vai enchendo de sentido pra ele, se não for agora, mas lá na frente.

Pensando nesta questão do detalhar a PSC, eu estava lembrando aqui, da gente criando com os adolescentes um projeto, um cronograma que tinha o projeto de toda atividade, porque eles chegam naquela ansiedade “hoje a agente vai sair?”, “Pra onde que a gente vai?” ou quer fazer culinária. Fiquei pensando nesta elaboração que a gente faz com o grupo. De sentar e falar então vamos colocar no papel o que vocês vão fazer, passo-a-passo, para que essa atividade seja realizada. Não é assim chegar fazendo. Vai lá na instituição e sai fazendo o que está precisando. Tem que pensar e construir junto. Fiquei pensando nessa elaboração e até nessa questão das atividades extras que a gente faz no final, estas atividades para relaxar mesmo, culinária, passeio, ir no SESC, o quanto é importante todo esse processo, desde elaborar, pensar, montar este cronograma, executar e o final também, para avaliar tudo isso ou para descansar mesmo, pra curtir e poder se integrar mais.

Acho que pensando numa linha do tempo, é bem processual, a gente não segue um script completamente rígido, mas eu acho que tem alguns percursos, então o grupo de integração ele foi pensado não só para fazer essa primeira acolhida antes deles entrarem nos grupos, porque o grupo é processual, vai entrando e saindo adolescentes o tempo inteiro. Então em várias fases, tem gente que está chegando, tem gente que está no meio da medida e tem gente que saindo. Então é esse momento de tirar muitas dúvidas e acho que desfazer muitos mitos. No grupo de integração a gente faz esse jogo do mitos e verdade, muitos vem com este imaginários de que o COMEC trabalha junto com a polícia, a gente fala sobre o uso de substância, como que se dá essa presença, dia fixo ou não, tirar também esse mito de assinar carteirinha, então acho que muitos desses linguajares que é desde quando eles entram no COMEC, mas o grupo de integração é o momento mais aberto para eles tirarem todas as suas dúvidas, como que vai ser ,porque é separado por território e acho que agora a gente construiu o jogo “cidade em fluxo” para eles já irem pensando nos territórios e ele descobrir em qual região eles fazem parte, muitos não sabem, então já é este primeiro contato e pra saber que eles vão entrar em um grupo que vai estar em andamento, vai estar às vezes no

momento de entrega para já ir preparando eles pra isso. E quando eles chegam no grupo, pensando nesta Linha do Tempo, há esta construção de tentar mapear quais esses possíveis parceiros no território e junto com o grupo, pra fazer a visita para mapear as demandas e construir as atividades. Então tem momentos que acontece na própria instituição pra treinar essas atividades e eu acho que até conseguir mapear o parceiro a gente vai fazendo atividades educativas internas. E aí acho que durante todo esse processo, de mapear o parceiro, de fazer a visita, de fazer o treinamento das atividades, está sempre aberto para a gente discutir sobre temas e demandas que possam surgir. Então as vezes emerge um tema que acabou de acontecer, muitas vezes o grupo chega, por exemplo, dizendo que teve um assassinato de algum amigo no bairro, no território e a gente para e vai falar sobre isso. Vamos discutir o genocídio juventude negra, por exemplo. Então acho que tem temas transversais que vão perpassando o grupo. E aí a gente volta para as atividades pra fazer essa entrega, para ir a campo. Depois que vai a campo, tem todo esse processo da PSC em si, a gente volta pra fazer esse processo avaliativo e aí construir também essa atividade que é a atividade pra eles, que pode ser fazer uma culinária, uma camiseta, pode ser um passeio e aí novamente pensar numa outra PSC, então é muito contínuo. Então o adolescente, ele passa durante a medida ele não realiza uma prestação de serviços à comunidade, ele realiza mais de uma, uma, duas, três e ele pode se identificar com várias habilidades. Então acho que isso é legal e eles vivenciam este processo de acolher os adolescentes que chegam muitas vezes, então tem aquele que já está no final da medida, tem gente chegando, às vezes tem quebra nesse processo, porque às vezes chega muita gente nova que desestabiliza o grupo. Então tem sempre desafios nesse processo de ficar chegando adolescente, mas ao mesmo tempo a gente vai trabalhando com isso, com um processo que eles vão se responsabilizando por esse grupo também, eles vão fazendo essas mediações, no final acho que eles vão se apropriando deste espaço do grupo, que é um espaço deles, de ir chamando os adolescentes para as atividades, de ir acolhendo, os mais velhos no período do grupo. E essas saídas também acho que são interessantes, quando chega a extinção de algum adolescente, acho que dá um pouco de ânimo, quanto tempo falta pra minha medida ..., esses processos de desligamentos às vezes geram impactos, sai uma figura que era muito querida no grupo, gera um impacto, mas ao mesmo tempo vai trabalhando todo esse processo entre eles, de sociabilidade.

Eu acho que a gente vai experimentando alguns jeitos de fazer também que a gente gosta depois de ir reaplicando. Então acho que no passado, a gente teve o projeto do ressignificando o mundo do trabalho e aí eu acho que por um tempo a gente experimentou

entrar um pouco nessa metodologia. Então quando o adolescente estava próximo de finalizar a medida, ele participava de algumas vivências, e algumas coisas foram sendo sistematizadas em etapas pelos educadores, que eu acho que foi um avanço, uma coisa bem legal mesmo, pra ir pensando mesmo a questão do trabalho, para poder finalizar a medida já com o encaminhamento, já com uma ideia do que ele gostaria de fazer em relação ao trabalho, não necessariamente ele vai sair dali com o currículo, com um trabalho, uma vaga em algum lugar, não é isso, mas pensando sobre esse tema trabalho, então acho que esse a gente falou dos temas transversais, mas acho que esse também é uma ponte para essa metodologia. Que quando a gente experimenta e gosta, eu acho que é legal manter, tentar pelo menos.

Eu penso que essa metodologia de trabalhar a territorialização, trabalhar algo que parta deles, nada é imposto, tudo é construído junto, é refletido, isso é muito importante para o processo da responsabilização, para o processo da devolutiva no parceiro, do conhecer, do se apropriar do Território que eles estão indo. Então eu vejo essa metodologia extremamente pertencente a eles após essa inserção em grupo, é algo que faz muito sentido. A gente observa esse sentido que faz para eles depois.

2º encontro - 07/04/2021 (8 profissionais)

3- Que bases teóricas vocês acreditam que são balizadoras da PSC COLETIVA?

Essa semana eu apresentei junto com a Van Santos um pouco sobre a história da PSC para os Estagiários de Psicologia. Muito legal quando a gente faz memória disso, aonde a gente foi buscando algumas referências de trabalho para poder construir mesmo assim o pensamento e a metodologia do PSC. Eu particularmente penso, quando a gente construiu essa esta nova metodologia, acho que eu lembro que na época estava eu, acho que você também, a Pâmela, a gente vinha muito numa linha do conhecer a si mesmo, a comunidade para poder conseguir devolver para o outro. Isso tem muito a ver com Paulo Freire, tem muito a ver com Antônio Carlos Gomes da Costa que vai falando desse lugar de poder se autoconhecer, de se autocuidar para olhar para o outro e cuidar para com os demais ... são os pilares, então particularmente eu lembro nesta construção, poder olhar para esses teóricos e é lógico, também tem a questão da gente falar sobre o território de conhecimento, acho que o Paulo Malvasi também trouxe algumas questões e reflexões importantes sobre território pra

gente nas formações, pra gente pensar sobre esse espaço. Mas eu acho que assim, pra mim ficou muito o quanto que é nesta teoria de base do Paulo Freire quanto do Antônio Carlos Gomes da Costa, aqui é olhar o adolescente enquanto sujeito, ele participante de uma sociedade que muitas vezes é um cidadão invisível, mas que a partir do momento que você abre espaço de fala, ele tem muito mais a nos ensinar, muito mais a nos trazer a sua história, quando é possível modificar aquele lugar, aquela comunidade. Eu particularmente penso nesse lugar quando a gente constrói a nossa metodologia da PSC.

Nesse viés que a Ari citou, eu citaria também, já sou um pouquinho mais nova, acho que ainda não estava nessa turma quando foi construída, a gente vem um pouquinho depois, mas eu citaria também a Dirce Koga quando ela fala do território vivo, ela tem um viés muito interessante quando ela vem falar desse território, já linka com a devolutiva da PSC no território, a questão da territorialização que o SUAS traz, a questão que a MIOTO vem falar da família, da matricialidade sociofamiliar. Então a gente pode usar esses autores, mas também sempre correlacionando com a política nacional de assistência, com o sistema único da assistência, porque a medida está a todo momento correlacionada a isso, ao ECA, algumas legislações e alguns autores e estudiosos muito importantes da área.

Eu queria acrescentar que eu acho que Paulo Freire tem tudo a ver com essa prática, uma autora que a gente nos últimos tempos acabou usando muito, acho que para pensar esta perspectiva do fazer prático nos grupos, que até hoje compõem um quadro que eu e o Neto trouxe para a PSC, que é a bell hooks, que ela bebe da fonte do Paulo Freire e vai trazer também a pedagogia da transformação. Então enquanto esse fazer a partir do contato e traz esses marcadores de gênero, de classe, de raça, o quanto que isso é importante ser olhado para esses grupos. Então ela dialoga muito com Paulo Freire, mas acho que ela traz uma atualização, pensando um pouco esses outros marcadores sociais da diferença e também acho que a gente chegou a discutir bastante sobre o trabalho dela. Acho que é importante assim, o quanto que isso subsidiou para esse olhar para essa perspectiva dos grupos socioeducativos. Então acho que é um bom diálogo que ela faz com o Paulo Freire.

Eu adicionaria o Vigotisk que estuda bastante a linguagem e essa zona de desenvolvimento proximal, acho que o grupo acaba entrando nesse lugar, desse desenvolvimento coletivo, dessa troca de saberes, que não necessariamente o orientador e o educador que ocupam esse papel, os próprios adolescentes entre si, eles acabam entrando nesse lugar, um com o outro, acho isso muito rico no processo grupal da PSC. E um pouco da Psicologia histórico cultural de Martins Baró, acho que ele traz questões muito interessantes

pra gente se debruçar, para perceber os processos grupais, a psicologia da libertação dele também tem algumas questões interessantes sobre a compreensão do delito e da delinquência.

Pensando na metodologia de grupo, eu gosto do Moreno também do psicodrama. Eu acho que o sobre o funcionamento de grupos, acho que a sociometria me ajuda bastante a pensar nessa metodologia.

A Luana trouxe a perspectiva do serviço social com foco na família, falou da Dirce Koga, falou da Mito que inclusive foi quem também auxiliou no processo de Campinas a olhar para os serviços, mas eu tenho feito leituras agora, de autores um pouco mais contemporâneos, que tem me ajudado a pensar um pouquinho na relação nossa com o judiciário, principalmente neste processo de assistencialismo, termos como por exemplo a judicialização da vida daquele adolescente, o único momento em que ele vai ser olhado é por essa perspectiva da medida, o quanto esse trabalho de base muitas vezes não acontece, vertentes que são raízes críticas. Tem uma assistente social interessante, porque a Cortez ela fez uma coleção de temas sociojurídicos, e neste temas eu já vi dois livros: “Meninas e o território” que é da Flores, é o sobrenome, uma assistente social, foi a parte que consegui gravar o nome dela assim, e o livro foi a dissertação do mestrado dela, ela é nova nas teorias, mas muito interessante, muito potente o que ela traz sobre a seletividade jurídica, que tem me ajudado muito a olhar para estes casos que chegam por exemplo na medida de racismo, que é algo que a gente tem se deparado com essas situações, sobre este processo de responsabilização, mas atravessado pela questão do racismo. Eu fui pesquisar aqui e a Cilene Terra, também é uma autora bem interessante, ela tem um livro agora também nestes temas sociojurídicos que é o Adolescente em conflito com a lei e o serviço social no judiciário. Ela fala um pouquinho da compreensão e da resistência do serviço social nesse diálogo com judiciário. Tem me ajudado muito na escrita dos relatórios, neste processo de acompanhamento do adolescente, na lógica da garantia de direitos, mas com todas as questões que atravessam garantir direitos, dentro de uma medida socioeducativa de um adolescente na trajetória de vida dele toda, praticamente não foi garantido os direitos básicos, como que a gente dialoga com isso. Então eu tenho me instrumentalizado um pouco esses autores mais críticos e tem interessante. Eu não cheguei a estudar na faculdade por exemplo esses autores, mas para pensar no judiciário que eu acho que é uma coisa que a gente está sendo muito convidado nesses tempos, estes temas sociojurídicos tem me ajudado bastante a pensar.

Complementando o pessoal que já falou, que já foi contemplando, lembro muito também do Zimmerman. Acho que ele traz bastante essa questão da grupalidade, então dessas

fases pra esses grupos aconteceram, da questão do processo de aprendizagem, de você planejar, de você construir essa atividade com o grupo, depois dessa execução, a avaliação grupal. Então acho que ele vai trazendo essas fases, eu não lembro exatamente, mas acho que ele vai esmiuçando essas fases, e eu vejo pra mim faz muito sentido, assim conforme os grupos vão acontecendo aí na PSC, desse processo de começo, meio e fim, um fechamento para esses adolescentes e nesse sentido da territorialidade, desse sentido para eles mesmo, eles se verem nesse território.

Acho que o pessoal contemplou bastante com todos os estudos que a gente teve, mas quando você perguntou de teorias, me veio na cabeça Bion que foi um que eu estudei bastante na especialização e depois que eu entrei no COMEC a gente acabou abarcando outras teorias. Pensei também na questão da ancoragem, eu e o Pedro estamos no grupo das postagens e este tema vai sair logo no Instagram. Esta questão da Ancoragem do Jorge Broide também é um aspecto importante que a gente trabalhou não só no grupo, mas também no individual. Esse fio que une esses adolescentes a vida, então isso é uma coisa que me marcou bastante.

Sem dúvida a terapia ocupacional também é um campo bastante, é um campo bastante fértil para o fazer, fazer coletivo. Tem a Sandra Galheigo, a Lourdes Feriotti que trabalha com o Edgar Morin da teoria da complexidade, acho que ele era uma pessoa que eu usava muito para ajudar na compreensão das situações dos adolescentes, do que isso interferia na vida dele, na PSC o que ela interferia na vida do adolescente e do adolescente na PSC. A Carla Silva e a Bia Takeiti que estudam sobre coletivos e juventudes. Dayrell e Pais que usei no meu trabalho, que também fala sobre juventudes. Temos muito estudo de Winnicott para compreensão do sujeito, dos adolescentes, mas acho que é uma outra referência.

4- Quais os desafios da execução da PSC coletiva?

Eu acho que eu vou trazer algumas frases que eu vou lembrar um pouco dos adolescentes em grupo, que aí nos torna muito desafiador, quando eles falam “porque que eu tenho que fazer para o outro, ninguém nunca fez nada por mim”, “Eu não tenho isso, por que que eu vou fazer aquilo para outra pessoa”. Então, eu acho que a gente tem que tentar e sensibilizar o adolescente no outro viés de potência, de lugar dele na sociedade, eu acho que sempre é um desafio. Porque a gente percebe que muitas vezes, esses meninos não tem nada mesmo, não tenho o que comer, não tem o que vestir, estão em sofrimento psíquico absurdo e ainda ele precisa pensar no outro. Eu acho que esse desafio para gente é sempre muito grande,

e aí aonde entra muita a nossa sensibilidade também, de olhar para esses meninos e tentar resgatar minimamente naquele menino o que ele tem de potência e tentar mostrar que aquela potência que ele tem, pode sim fazer a diferença na comunidade dele. Então acho que esse sempre é um grande desafio pra gente, como que a gente tira desse menino, como que a gente transborda nele, situações e sentimentos, seja pela arte, pela música, pela rima, o quanto que isso pode sim fazer a diferença pra comunidade, porque muitas vezes eles não tem essa visão e nem a amplitude do que é devolver ao outro, que não precisa ser algo muito material, que pode sim ser a música, que pode ser a arte, o grafite, eu acho que essa sensibilização coletiva para mim sempre é um desafio muito grande.

Eu fiquei lembrando das discussões que tivemos em equipe, na miniequipe, se está fazendo sentido para o adolescente aquela PSC. Isso é uma incógnita que ficava, é difícil você saber, o que que ele está absorvido daquilo, a questão da responsabilização que é uma palavra muito complexa. Será que ele está sendo responsabilizado, se sentido responsabilizado pelo ato infracional. Lembro que a gente discutia muito isso e até adolescentes me veio na memória, alguns adolescentes que, quando estava fazendo atividade não interagem com essa atividade no parceiro, ficavam de canto e aí você perguntava o que ele estava achando e ele não sabia dizer. Então, alguns adolescentes que não tinha o perfil, seja para grupo ou até para compreensão por ser muito complexo a PSC. Pra ele entender que ele vai entregar alguma coisa para o outro, se está fazendo sentido para ele entregar para o outro, sendo que falta tanto na vida dele.

Eu fico pensando na medida como um todo da PSC, para pensar nos desafios eu incluiria a questão das medidas protetivas, nesse tempo de medida para além do que é a construção da prestação de serviços à comunidade, eu acho que é um desafio muito grande, em relação a isso, as medidas protetivas, a vinculação com a escola nesse tempo curto. Então acho o que a Van falou é muito importante, eu super compartilho, que eu acho que é a PSC fazer sentido, acho que é o grande desafio para além da atividade, aquela que o adolescente se beneficia da tarefa, mas para além disso, da medida eu acho que inclui as medidas protetivas. E aí é uma construção que é muito a longo prazo, não só da educação, mas também no caso de uso de substâncias, enfim esses encaminhamentos que já vem determinado junto com a medida.

Para quem não participa da construção da PSC, porque está mais com as famílias um trabalho em paralelo, eu vejo muito o movimento das orientadoras e educadores dessa questão com os parceiros, para além de fazer sentido para os adolescentes, essencial para eles, para o

grupo, para essa construção, dessas potências, de você conseguir mostrar essas potências individualmente e grupalmente. Acho que o desafio tem vários nesse aspecto do grupo. Mas eu vejo esse alinhamento das necessidades e daquilo que os adolescentes trazem, com também o alinhamento do que a instituição está precisando, do que o serviço do território precisa. Então eu lembro, acho que surgem algumas parcerias com essa relação assim “nossa, mas a gente pensou em tal coisa, estão querendo tal coisa, a gente vai ter que refazer isso com os adolescentes” ou então no dia que a gente foi executar a PSC um funcionário da instituição X atuou dessa forma, parece que aquele trabalho que estava sendo feito com estes adolescentes, parece que se desmanchou de certa forma, como a gente vai retomar isso no grupo. A gente vai conversando muito isso na equipe, na miniequipe, pensando nessa questão do grupo dos Adolescentes. Enquanto você está dentro da nossa instituição, a gente não controla tudo obviamente, mas a gente consegue ir trabalhando, a gente tem manejos, eu acho que a equipe vai se alinhando, vai construindo algum sentido com os adolescentes. A partir do momento que a gente sai, é super desconhecido, porque você não sabe quem vai estar lá, você não sabe como os adolescentes vão atuar ali, como eles vão lidar com circunstâncias que vão acontecendo, então acho que é essa mediação do interno e do externo com o grupo e com esses adolescentes e com parceiro eu acho que é um desafio muito grande.

Lembrei de uma situação, acho que foi a primeira PSC que eu entreguei como orientador. A gente construiu um projeto no muro de uma creche, para fazer o nome da creche, colocar alguns estêncis, fazer um fundo e a gente colocou um fundo como fosse um entardecer. Só que a gente usou as cores do reggae, e a professora falou que era coisa de adolescente, não é coisa de criança, que estava errado, essas cores não estão legais e a gente pedindo calma, nem terminou o trabalho ainda, era um processo de construção da entrega. A gente ia fazer o fundo primeiro, depois fazer as letras, depois preencher as letras e terminar com acabamento dos detalhes. Só que ela já não gostou, que estava muito adolescente, vinculou com o reggae, que rola esse preconceito também e ela ligou reclamando. E a gente falou pra ela que a gente ia colocar mais cores, que ia ficar diferente e no fim ela gostou do resultado final. Mas essa é uma questão às vezes que o processo traz e um outro desafio também que eu colocaria é a questão de você alinhar o que o serviço deseja com o que o adolescente quer fazer. Um exemplo prático, eles querem fazer uma oficina de futebol, mas isso é muito específico às vezes, isto é um grande desafio. As vezes numa escola, você não consegue ofertar isso, a coordenadora pedagógica não vai querer fazer isso se tem um professor de educação física. Você teria que achar uma organização bem específica que caiba

fazer isso ou o adolescente seda e compreenda que neste momento não é a necessidade do serviço. O desafio é esse alinhamento do interesse do jovem na área que ele quer se desenvolver e fazer a prestação de serviço e o interesse do serviço que vai receber. Mediar as necessidades e expectativas do parceiro com as dos adolescentes e do grupo. E as nossas também! A gente pensa uma coisa e o grupo muda e a gente tem que lidar com esta situação, entender que estamos ali facilitando o desenvolvimento deles. Um desafio e uma riqueza nesta construção super coletiva, de várias expectativas.

A gente levou essa semana na reunião com estagiários essa atividade e apontando essa PSC como um desafio. A gente pensou uma coisa, o parceiro não gostou, depois ele mudou de ideia. Só que nesse pensar, gostaram, não gostaram a gente teve que refazer a atividade. Então a gente tinha pensado em ir no parceiro, mas como ele não ia receber mais a gente, teve que pensar outra atividade para fazer naquele dia. Eu me lembrei bastante nas primeiras que eu participei de PSC, de quando chovia. A gente marcava para ir no parceira e chovia. Aí é aquela correria, vamos passar um filme, que filme que faz sentido ... as adversidades do tempo, as vezes não dá para concluir no dia planejado.

Eu acrescentaria sobre o desafio da interlocução com os parceiros, em alguns casos acho que dos parceiros entenderem essa metodologia, da metodologia da prestação de serviços da comunidade enquanto uma atividade socioeducativa. Eu acho que para alguns essa é a primeira construção, a gente entender que o grupo vai visitar, que atividade ela vai ser construída, tem casos dos parceiros que muitas vezes não conhece o trabalho, de achar que já vai ser direcionado, que vai fazer tal coisa. E a gente tem que construir que terá uma visita, que vai ter que fazer sentido para os adolescentes. E às vezes até de ter um excesso de demanda, que a gente não vai dar conta. Eu acho que também alinhar isso com os parceiros às vezes é um desafio. Mas aí uma vez feito a parceria, depois possibilita que outros grupos de adolescentes depois que este diálogo fica mais fácil. Tem sempre um receio deste contato inicial, da chegada com o grupo de jovens e tem essas eventualidades, que a gente combina uma atividade e aí não pode receber no dia, os adolescentes tem que ter um período exato para acontecer, é só naquele dia da semana, então a gente tem que pensar em saídas para que a entrega seja efetivada. Eu lembro uma vez no grupo com a Vanessa que a gente vai não conseguia fazer a entrega, não conseguia porque eles não iam receber a gente e os adolescentes iam fazer uma oficina lá. E a saída foi a gente construir um quadro e entregar, por que a gente precisava efetuar a entrega, já estava no final da medida de várias pessoas do grupo e já tinha sido a terceira tentativa, frustração. Então a gente tem que pensar de última

hora como que a gente efetiva a entrega em outro formato. Então a gente optou por construir um quadro simbólico, contando a história e deixar lá na instituição. Então tem essas adversidades.

Eu acho que é isso que faz sentido também nosso trabalho enquanto equipe. Um vai ajudando o outro a pensar também nessas adversidades que vai atravessando o grupo. Quando a gente já está muito no limite também de lidar com frustração, por que nesse caso específico, lembro que as meninas já estavam algumas ... acho que uma, duas ou três semanas tentando fazer a entrega. Eu lembro que a Van chegou pra mim e disse: não sei mais o que eu faço. Eu disse: eles não se propuseram a fazer? Entrega, faz um quadro, coloca a história, mostra, fecha com os meninos esse ciclo, por que é importante pra eles. Então às vezes, a gente compartilhar com os nossos, com a equipe, é importante, ajuda a gente sair, esfriar a cabeça, sair pra gente conseguir pensar e voltar rapidamente, resolver as coisas. Eu acho que isso ajuda muito quando a gente está nesse trabalho.

O grupo de integração foi pensado durante muito tempo. Eu acho que para além dos desafios que nós tínhamos em relação a fazer sentido para os adolescentes, imagina um grupo que é aberto, que a toda semana vai entrando um adolescente que ele não sabe o que que ele está fazendo, ele cair de paraquedas literalmente. Acho que ainda é um desafio o grupo de integração, mas eu acho que ele foi nos ajudando a pensar e como ajudar os meninos a integrar um grupo e poder olhar para como que eles iriam participar futuramente. Então acho que ainda é um grande desafio, porque tem vez que tem bastante adolescente, tem vez que não tem, e o que que a gente faz com esses meninos que estão chegando. Acho que sempre é um desafio, mas eu acho que a gente já teve grandes avanços, porque os meninos acabam se conhecendo, tendo aquele primeiro contato no coletivo, com seus pares, pra falar um pouquinho da sua história, para poder mostrar um pouco como que é uma organização, de como que a gente pode fazer as atividades e já atualizar o menino em qual PSC que ele vai estar entrando. Eu acho que isso foi sendo conquistado, mas é claro como sempre, temos grandes desafios de melhoria e tudo mais.

Eu fiquei pensando nesta questão da organização de vida do adolescente, dependendo do grau de vulnerabilidade que ele chega para o grupo, às vezes essa questão também vai impactar na dinâmica do grupo, na organização da atividade. Então por exemplo, a gente já teve adolescente que iniciou a escrita da letra, a prestação de serviço seria um funk por exemplo, ele iniciou a escrita e depois entrou em descumprimento, ele não conseguiu terminar. Então isso também é pauta dentro do grupo, porque fulano não veio, ele que ia

cantar ou ele que ia escrever. O quanto que isso também vai impactando na organização do grupo e é algo que a gente tem que saber lidar, também é um desafio.

Acho que tem essa questão, porque no decorrer do tempo, acho que o grupo vai criando uma identidade, a partir dos perfis. Então a entrada às vezes, entra em grupo, às vezes está um grupo ali e entra quatro de uma vez. Isso impacta sim, acho que a chegada tem esse processo, às vezes de estranhamento. E também as saídas impactam também, acho que os adolescentes criam relações, laços ali dentro, que a saída também de repente de dois, três adolescentes que muitas vezes assumem o papel de protagonista do grupo, de puxar mais atividades, isso impacta muito. Então você tem que ir reconstruindo, você tem sempre um desafio, porque os grupos vão mudando muito no decorrer do tempo, muito com o perfil deles. Mas uma coisa muito interessante, com o passar do tempo, o adolescente já está a um mês no grupo, eles começam a assumir um papel ali dentro, então começa a ter uma acolhida deles mesmo com os novos, explicando a atividade, enfim, acho que já se vendo neste papel, um pouco de referência. Então acho que é sempre esse desafio, porque a depender do perfil das pessoas que entram, se são mais expansivas ou menos e aí o grupo ele vai ter uma toada diferente e a gente vai ter que ir adaptando inclusive as atividades, de acordo com essas novas demandas que vão surgindo. Às vezes tem um perfil mais calado de grupo e de repente entram três que nós somos mais falantes, e aí muda completamente a dinâmica.

Acho que um pouco dentro dos desafios, neste sentido, eu vivi algumas vezes de situações de uso de substância psicoativa por parte desses adolescentes, às vezes eles criam vínculo tão forte entre eles e combinam de, por exemplo, fumar um baseado antes de entrar no grupo. E aí a gente tem que trazer isto como temática, eu vi várias vezes a gente discutir isso na nossa mesa, como que a gente vai trabalhar isso, como que a gente vai abordar essas situações. Porque muitas vezes na frente da instituição, na frente do COMEC eles fumam maconha na porta. Então, como a gente vai abordar isso, como que a gente vai trazer esse diálogo no espaço que eles estão sendo responsabilizados por uma infração que as vezes envolve o uso de drogas. Isso também tem a ver com a criminalização do consumo de entorpecentes. Então tem várias questões que abarcam este desafio do uso de substância, que tem no âmbito individual nos atendimentos, mas acho que às vezes no grupal ele é um pouco potencializado por ter este vínculo, eles se apoiam entre si, acabam chegando juntos no mesmo horário, se encontram no COMEC e vão para a praça, vão para o bosque. Isso eu colocaria como desafio também. Como trabalhar estas questões do grupo, como trazer isto como temática. No tempo que eu vivi isso, acho que a gente estava sempre procurando

reinventar formas de trazer isso e agora pensando, me veio também as pichações dentro do COMEC, como trazer esse diálogo, essa responsabilização dentro da responsabilização, que é algo bem complexo, não entrar no viés punitivo, trazer essa troca. São várias as situações que são desafiadoras.

O grupo começa lá fora mesmo, então a gente sempre fala ali da ambiência, como que é importante estar lá, então tem lá o ping pong, o pimbolim e a observação começa desde lá. E aí dependendo do que o que acontece lá fora, o grupo vai seguir num jeito. E o fato de o grupo ser aberto, eu acho que essas entradas e saídas, você começa aquecer o grupo, o grupo vai seguindo o funcionamento, aí de repente sai um, entra outro e parece que você tá sempre aquecendo. E acho que não tem muito a ver com o grupo ser aberto ou não, mas quando o adolescente falta e vai e depois volta de novo, depois vai e não tem uma frequência regular, acho que isso também acaba prejudicando um pouco, porque você está sempre tendo que explicar tudo. E você já fez os combinados lá no começo do grupo, aí entra alguém novo que de repente não sabe o que está rolando, então que vai ter que refazer combinados, vira e mexe é isso que tem que acontecer, enfim.

Acho que a gente tem avançado bastante, no começo foi muito desafiador os parceiros nos receber, mas hoje eu percebo que tem ficado um pouco mais fácil. Porque acho que é aquele efeito de um parceiro ir falando com o outro sobre o trabalho que o COMEC vem executando junto com os meninos. Mas sim, tem sempre grandes desafios, porque aquilo que a gente já foi falando antes, às vezes o parceiro tem uma expectativa, o adolescente tem outra expectativa e nós precisamos equilibrar essa expectativa dos dois lados. Então sempre há um grande desafio, porque o parceiro precisa entender quais são os limites dos meninos e qual é o nosso trabalho enquanto socioeducação e os adolescentes muitas vezes precisam entender o quanto que aquilo que nós vamos ofertar para aquele espaço, também pode mudar muito a história daquele lugar, no sentido de contemplar, muitas vezes não ter, de ter muitas defasagens de recursos e a gente também precisa falar sobre isso dentro do grupo. Porque também não pode ficar só na figura do COMEC sanar todas as expectativas que o espaço está precisando, é algo que é para além, de política pública e a gente precisa dialogar com os meninos em relação a isso, porque também muitas vezes os meninos entram no lugar de querer fazer mesmo porque tá precisando e a gente precisa ampliar este diálogo que existem outras instâncias que precisa cuidar daquele lugar não é só nosso. Então acho que são sempre desafios que permeiam o diálogo e as reflexões, eu acho que os nossos grupos tem sido muito reflexivos em relação a essas questões que a gente vem pontuando.

Pensando aqui nos desafios dos parceiros, tem a própria escolha dos adolescentes, fiquei lembrando de grupos que não conseguem escolher um parceiro, que não tem ideia, que não conseguem fechar, e a partir disso eu lembro que surgiu a ideia do jogo “cidade em fluxo” para os adolescentes conseguirem conhecer um pouco melhor quais são os parceiros, quais são as opções, porque eu tinha um grupo que não consegui a gente acabava induzindo, colocando ali um parceiro que estava na lista de espera, que tinha pedido alguma atividade, colocando para eles a sugestão e eles acatavam, mas eles não conseguiam chegar numa conclusão sozinhos.

Sobre os desafios do território, que outros desafios vocês identificam dessa ida ao serviço, ao território?

Eu acho que os adolescentes, falando um pouco em papéis, eu acho que no território eles são diferentes do que eles são no COMEC. Muitas vezes, alguns deles lá se sentem em casa, então assim muda até a postura. A gente uma vez brincou no grupo, quando o adolescente descia da van, tirava a camisa, já andava de um outro jeito na praça tal, porque ali ele era um outro adolescente, diferente do que ele estava acostumado ali dentro do COMEC. Então assim, tem coisas muito interessantes para a gente observar quando essas coisas acontecem, porque às vezes você tá ali fazendo uma PSC num lugar aberto, daí ele já sai porque ele está no lugar onde ele está acostumado naquela praça, não é nosso lugar ali, é dele, então ele já sai, encontra os amigos, então acho que esse é um desafio. Mas por outro lado, é muito interessante conforme você vai percorrendo o caminho com eles com a van eles vão mostrando ... “olha ali aconteceu tal coisa, naquela esquina ali onde eu fui abordado e tal, ali onde eu fui pego, não sei o que”, então eles vão contando muitas histórias, eles vão falando muito sobre eles. Também tem uma outra coisa, de mostrar um certo orgulho, então quando a PSC fica bonita, eles querem mostrar também para quem está passando ali, que foram eles que fizeram, eles tiram foto, eles postam, mandam para as pessoas, então tem essas questões de estar no território.

Lembrei agora de uma PSC numa escola, Humberto de Souza Melo, a gente estava fazendo grafite no muro e tinha um bar de frente, e os adolescentes ficavam falando “dona, vamos no bar!” como eles conheciam as pessoas que estavam no bar, eles queriam chamar todo mundo pra fazer a PSC junto com agente, todo mundo que passava na rua eles queriam tirar foto junto, como a gente tira foto da atividade eles achavam que podiam tirar foto com os pedestres também, então foi bem complicado deles entenderem.

Isso do território, me lembrou também de PSCs em que outros adolescentes e jovens do território passam a integrar e compor a PSC. Foi numa escola que a gente estava fazendo no bairro e quando a gente viu o grupo que tinha 6 e agora tinha 10. E a partir daí o que acontecer também está sob a nossa ... a gente não tem a mesma relação, enfim, então a gente já vinha com o lanche a mais para os outros adolescentes que queriam compor junto, ajudar a construir, mas também aconteceram eventualidades, pintaram um retrovisor de carro e a gente tem que fazer esse manéjo ali meio que na hora. Mas o quanto que é interessante integrar as pessoas do território na PSC. Eu acho que é um movimento muito natural de chamada dos próprios adolescentes.

Eu lembro que no final desta atividade, a gente teve que encerrar o grupo. Não bastou conversar, orientar, limpar o retrovisor. Encerramos, pegamos as tintas e vamos embora para o COMEC para conversar sobre tudo isso. Tinha o dobro de adolescentes, os nossos e os da comunidade, e eles estavam enlouquecidos com a tinta.

Dispersa, vai jogar bola na escola ...

Eu estou pensando, que o território na verdade ele acaba não tendo esses limites concretos, das paredes da instituição. Então o mundo é outro, não tem fronteiras e é o lugar deles. Então é como eles atuam mesmo, porque ali é o lugar deles. Eu fiquei lembrando de um dia que a Juliana e a Vanessa foram procurar os adolescentes, eles falaram que iam ali e de repente eles sumiram. Então é isso, o território ele é grande, e não tem os limites da instituição, não tem os limites concretos, as paredes, o controle do portão de quem entra e quem sai. É um limite bem diferente mesmo.

Vocês estão falando de lidar com as situações que acontecem, com imprevistos, que você faz um planejamento e chegar para executar no território algumas coisas acontecem e tem que ter um jogo de cintura pra gente para poder lidar com aquilo e aproveitar das dificuldades para poder refletir com os adolescentes.

Querem falar da execução da atividade, quais os desafios nessa execução, tem desafios planejar atividades?

Sabe uma coisa que eu tenho pensado nesta questão da PSC, eu acho que seria legal a gente falar, que antecede, a gente falou um pouquinho de planejamento, o planejamento do adolescente que entra ou não entra no grupo. Então aquelas PSCs que são individuais por exemplo, o quanto também é difícil pensar nesses casos. Aqui a PSC é feita em grupo, mas

ela também pode ser individual e existem alguns casos que a gente faz individual. Seria legal falar um pouquinho mais sobre esse planejamento, quando a gente planeja que é individual e como que acontece quando a gente tem situações que precisam que seja individual, os desafios, que daí não tem esta interação, este regulador do grupo. Aquele adolescente que ajuda falando alguma coisa, que dispara também, não tem, é você e o adolescente.

Tem muitos desafios, porque às vezes a gente planeja uma coisa, aí de repente na hora sai um “PJJ” Paz, Justiça e Liberdade na parede parceiro e aí você tem que convencer todo mundo a refazer aquilo, o porquê que você não deve deixar isto na sua PSC. Mas acho que antes disso, tem aquele adolescente que não quer fazer nada e joga na tua cara “eu não vou fazer mesmo” e como é que você lida com isso, tem aquele que é sempre o mesmo que faz e de repente ele cansa e fala “sempre eu, agora não vou mais fazer”. Eu acho que menos as habilidades, acaba treinando e eu vejo que geralmente o resultado, ele sai tão bacana quanto a gente imaginou que sairia. Acho que existe por parte do grupo uma cobrança também, tirando as exceções que falei. Geralmente eu acho que, eu acho que é isso, o fato da gente poder fazer um treino da atividade no Comec, acho que não só para ter segurança de fazer no dia e também para os adolescentes exercitarem as técnicas e aprenderem atividades novas, fazer uma coisa que nunca fez a, ver que consegue, que sai bonito, tudo aquilo que a gente já falou no grupo passado... quando some latinha de spray, quando o adolescente vai para o enfrentamento.

Tem uma outra coisa também que a gente vivenciou algumas vezes, como a gente está dividido em grupos de adolescentes que a maioria das vezes estão no mesmo território, então quando acontece algo muito forte naquele território, por exemplo, a execução de algum amigo por parte da polícia e esses sentimentos estão mobilizados, esse menino chega já contando sobre isso, cabe a gente também parar tudo que está fazendo e poder dialogar sobre esse sentimento do adolescente, porque a gente sabe que qualquer coisa que a gente tenta fazer naquele momento não vai dar certo, porque a gente precisa abrir a escuta, a gente precisa ter esse espaço para ele falar dessa dor, para ele falar do que está acontecendo. Então acho que cabe para quem está na organização do grupo, na mediação do grupo ler como que esses meninos tão chegando, como que eles chegam do território, porque é sempre uma semana de diferença e uma semana acontecem muitas coisas. Então a gente já teve que muitas vezes, parar o grupo, desmarcar com o parceiro para poder ouvir o que aquele grupo estava trazendo. Porque a gente já viveu situações de não ouvir e não perceber o grupo na hora que ele chega e quando a gente chega no parceiro, literalmente não dá certo, porque eles vão explorar e vão

explodir de outra forma, eles vão tentar falar de outra forma, só que ali dentro do parceiro. Acho que isso também a gente foi aprendendo com eles e que eu acho fantástico, porque às vezes a gente fica numa situação que precisa fazer precisa devolver, precisa ... e a gente não escuta essas linguagens que os meninos vêm trazendo do território, a gente foi aprendendo a ouvir nessas linguagens, nesse sofrimento, que é preciso parar para ouvir para semana que vem a gente continuar. Porque a gente sair com um grupo agitado, um grupo que está querendo dizer, que está querendo falar, ele vai explorar isso lá no parceiro. E aí o nosso controle fica muito mais limitado, é um outro desafio que a gente tem para todos esses que as meninas já falaram.

Escutar e respeitar a demanda do grupo.

5- Quais são as estratégias de destaque da metodologia PSC COLETIVA?

Eu penso sempre que é a construção conjunta, não é nada pronto. Não levar nada pronto eu acho que esse é o maior destaque que a gente tem. De poder sentar, ouvir os meninos, essa troca. Por que é isso, muitas vezes o menino não tem ideia do que seria, a partir do momento que a gente vai trocando, ajudando ele a pensar, ajudando ele na verdade a trazer, porque acho que pensar ele já pensa é poder ajudar eles a olhar que esse pensamento que ele está é verdadeiro, que esse pensamento de ... “tem uma escola lá será que dá certo? Olha, tem uma pracinha ali na minha casa, será que dá certo?” É ajudar eles ampliarem esse olhar deles, eu acho que é um grande destaque, por que a gente vai construindo junto, a gente vai refletindo junto, então não é nada muito pronto. É claro que eles trazem dificuldade de olhar para tudo isso, porque eles não têm muitas vezes o repertório pra isso. A partir do momento que a gente coloca na mesa, que a gente vai dialogando quais são os equipamentos, o que é esse equipamento, o que pode ser feito, a gente vai ampliando essas possibilidades. Eu acho que vai despertando neles esse desejo e essa vontade de que é possível fazer algo, mesmo que seja plantar uma árvore, mesmo que seja construir um jardim, mesmo que seja o que ele consiga perceber. Eu acho que a participação dos meninos nessa construção, pra mim é o maior destaque que tem.

Eu acho que o destaque é sim sua participação, que não fica algo que já vem pronto, que é feito no conjunto. Mas eu acho que trabalhar com o território, trabalhar com a família é também é um grande destaque. Por que a gente vê o quanto tem significativo, o quanto é significante isso para o adolescente, para todo esse processo. Então eu concordo também com

isso, mas acho que trabalhar no território, essa devolutiva para o parceiro eu acho isso fantástico.

Eu também ressaltaria a questão da construção conjunta como a estratégia mais potente. Muito por conta desse campo fértil que esta estratégia abre, no sentido de trazer as sugestões dos usuários, dos adolescentes, das adolescentes, os interesses deles, o que eles desejam desenvolver, muitas vezes acaba sendo o grafite por esta questão da adolescência, pelo COMEC já ter bastante grafite, eles ficam encantados e acabam escolhendo, mas é bem interessante esta estratégia, porque isso torna esta metodologia mais acolhedora, ela traz essa parceria. Então o adolescente quando ele compreende mesmo a metodologia, acho que ele vê a instituição como uma parceira, tanto no sentido das demandas pessoais, quanto na execução da PSC mesmo em si.

Eu acho que o fato de trabalhar em grupo, é um diferencial. Porque, uma que despersonaliza tanto essa questão do ato infracional em si e como se trata de uma prestação de serviços à comunidade, fica muito mais fácil entender essa relação de uma construção para a sociedade e fica mais fácil, porque essa coisa da frustração, de você trabalhar potências, você cria esse senso de coletividade. Então um vai apoiando o outro, então são múltiplas habilidades. Então na hora que termina, não é assim eu não dei conta, o grupo da conta, então se eu não estava num dia não tão legal, por exemplo, o grupo ajuda. Então eu acho que ajuda você se ver nesse coletivo, neste sentimento de pertencimento e possibilita esse fazer mesmo em conjunto. Então acho que faz muito sentido para esta devolutiva que é para a sociedade, então ela não é do indivíduo para o indivíduo, é com o todo. Então o trabalhar em grupo deixa muito mais rico essa construção, pensando que a gente também quer trabalhar autonomia de cada um, então tem esse olhar individual na hora que ele chega, mas ele faz parte de um grupo, então isso acho que amplia muito mais o alcance da atividade em si.

Também acho que o território é um destaque muito importante, mas eu fiquei pensando isso das potências que você falou, o adolescente quando ele fala pra gente “não imaginava que eu ia conseguir fazer isso, que eu não ia dar conta, nem imaginei que ia ficar assim”. Ele olha para o trabalho concluído e você vê como que melhora a autoestima dele, da maneira como ele entrou, a maneira que ele sai, ele sai um adolescente completamente diferente e claro que o grupo contribui muito nisso e apoia bastante quando está dando errado, dá uma força ou não, e a gente trabalha isso. Mas acho que isso de trabalhar potências é uma parte fundamental.

Eu acho que eu concordo com a construção coletiva, acho que ela possibilita a escuta. Acho que esse adolescente, ele vem assim de tantos lugares sem ter um espaço de escuta, que ele poder fazer sugestões, poder mostrar quem é ele, poder desenvolver algo, que ele faz parte ali, acho que faz bastante sentido.

6- Qual é o sentido para o adolescente executar a PSC coletiva?

Eu sempre gosto de trazer, eu trago na memória as falas, e muitas vezes o que eles descrevem pra gente, então ... o quanto eles se sentem valorizados, o quanto eles olham pra aquilo e fala “eu não imaginava que iria conseguir fazer isso”, o quanto ele também verbaliza “olha, agora eu vou andar aqui e vou poder dizer que fui eu que fiz, que eu deixei um pedacinho meu aí”. Então poder propiciar que o adolescente seja visto na comunidade, não mais só como aquele menino problema, ou aquele menino que causa algo ruim, mas que ele tem muita potência e que a oportunidade dada para ele pode ser algo que transforma, que é transformador. Então eu acho que eu vejo muito isso, e isso impacta também na família, porque por muitas vezes quando a gente faz um fechamento de medida junto com a mãe e mostra tudo aquilo que o menino fez, o quanto que isso impacta na relação da mãe com filho, porque a sua mãe também vem tão carregada do estereótipo que a sociedade, que a família vem colocando em cima desse menino, que quando a gente mostra algo que ele conseguiu construir, pra ela é muito significativo, acho que tem uma grande transformação.

Acho que desde o começo, quando você faz aquele primeiro acolhimento, a IM, a desconstrução de que não é uma medida punitiva, o que vai ser essa responsabilização. Então eu acho que todo o processo desde o início, ele vai fazendo um sentido, então assim, você vai conhecendo o adolescente, você vai conhecer um pouco da história dele, a história dele com a família ali naquele território, depois no grupo o que ele vê como demanda onde ele mora, o que ele teria para contribuir para de repente sanar aquela demanda, o que que aquele parceiro ali precisa, aquilo que ele precisa ele pode fazer, ele pode fazer junto com o grupo, então acho que todo esse processo ele é cheio de sentido, então, e no final ver o quanto ele consegue o que ele tem de potência, o que ele consegue trazer para o outro, o que ele consegue desenvolver.

Além de toda esta potência do processo grupal, acho que os recursos que a gente usa também tem muita potência, somados ao processo grupal. O uso da arte que está sempre em todas as PSCs a gente acaba usando, seja nas atividades antes de realizar ou durante, eles acabam trazendo uma motivação, uma outra autopercepção para o jovem e o adolescente e

ajuda bastante na construção da identidade deles, na elaboração da sua própria subjetividade, de como eles se percebem no mundo, então acho que o funk acaba entrando muito nesse lugar, que é um estilo de música que eles gostam bastante, a gente busca sempre refletir uma letra que eles trazem, ou uma letra que eles escreveram, ou que a gente escreve junto, a potência que eles têm nesta rima, enfim acho que isso acaba trazendo uma auto estima, uma motivação que faz muito sentido neste viés, desta auto estima, desta autopercepção, esse autoconhecimento, desta diversão que o grupo acaba tendo que às vezes eles não têm num outro contexto, no sentido de ... por exemplo, eu fiz um atendimento individual recentemente com um adolescente que ele nunca tinha escrito uma letra de funk, só que ele gostava muito de funk, aí a gente escreveu uma letra juntos, e ele falou assim: “eu nunca rimei sóbrio, eu sempre rimava quando estava chapado, fumava maconha e eu rimava bem, só que eu tô rimando bem aqui agora, então talvez não seja a maconha, talvez seja eu”. Então descola um pouco do contexto do uso de substâncias, ele veio aqui, ele se sentiu mais à vontade comigo naquele ambiente e isso possibilitou que ele conseguisse despertar essa criatividade, que às vezes a maconha desperta e facilita que ele se solte mais, então uma das potências da metodologia grupal e do uso da arte concomitantes e esta auto estima, esta motivação, este autorreconhecimento.

Queria falar nesta questão, desse processo do conhecimento, que muitas vezes o adolescente chega de um jeito e no processo da medida, o processo de todas as atividades, de todas as tarefas, como que ele é e até a própria família se reconhece no final, como que é essa devolutiva, então realmente esse processo de conhecimento durante atividade é extremamente benéfico, tanto para adolescente quanto para família.

Eu fico pensando o quanto que, ter um espaço assim, possibilita trabalhar essa identidade, dessa construção e reconstrução. Porque a gente para além da subjetividade que cada um temos, a gente também é um ser social, então como a gente pode, a gente vai olhando ao longo desse processo para esse indivíduo enquanto subjetivo e mas ao mesmo tempo pra esse social, que nesse período da adolescência é um processo super importante para essa construção e reconstrução da identidade deles. E para eles verem essas possibilidades, as potências, fragilidades também, essa questão da arte. Então como as atividades socioeducativas, este espaço de escuta, de você conseguir trabalhar com atividades que façam sentido, vai possibilitar uma ampliação não só para o adolescente, mas para o grupo familiar, para o território que eles estão inseridos por conta deles serem atuantes nestes parceiros. Eu acho que tudo isso vai contribuindo.

Na verdade, eu fiquei pensando aqui no relato de uma mãe, uma vez é que a gente foi entregar a extinção na casa dela e é uma vizinha encontrou a gente no elevador, era um apartamento, e esta vizinha estava junto com ela e ela disse “são elas que me atendem, que eu falei para você” “você não consegue colocar meu filho? foi tão bom que vocês fizeram, eu queria que meu filho também participasse desse grupo, desse lugar onde a filha dela participa” então para você ver quanto que é potente, o quanto também acaba chegando no território de alguma forma, quando isto chega no território e o quanto é importante esse trabalho, é reconhecido socialmente esse trabalho, e é importante realmente o fato de ofertar muitas vezes atividades que eles nunca tiveram acesso infelizmente, a Básica deveria estar ali, é um trabalho que a Básica também ofertaria, tá aí o investimento, qual o valor do recurso que é investido na média complexidade e qual o valor do que é investido na Básica. Prefere investir a maior parte do dinheiro na média complexidade, quando a situação já está mais agravada. Então o quanto a comunidade pede também esse trabalho, essas atividades, esse acesso, então é muito importante o trabalho que a gente faz e é uma pena que o adolescente precisa chegar numa medida para poder ter acesso a essas atividades, essa é uma situação que é muito importante para a gente refletir; mas é muito potente, muito bom.

Penso que esses adolescentes que chegam na medida, eles no geral têm um perfil muito específico, um perfil socioeconômico, racial que é fruto da desigualdade que já vem do histórico de violações de direitos, e que isso imprime um estereótipo, uma carga que limita. Então acho que estar nesse processo em grupo, permite reconhecer essas potências e que eles mesmos olhem de outra forma, que eles de certa forma se identifiquem com outras possibilidades da sua própria existência, de se ver enquanto potente a partir de uma atividade, a partir de uma entrega, acho que muda o olhar do território para eles e eles mudam acho que o seu próprio olhar. Então acho que o sentido é isso, de apontar que podem ter outros caminhos. Esse processo pode ser leve, eu acho que uma coisa que que é muito ... quando a gente faz avaliação final dos grupos, muitos falam “Nossa, não imaginava que fosse assim” que foi um processo difícil em alguns momentos, mas para muitos é um espaço de socialização, então não precisa ser punitivo, ele pode ser um processo mais leve, você pode trabalhar responsabilização fazendo sentido, fazendo com que eles aproveitem o espaço, então pode ser leve. Eu acho que reconhecer essa potência, não precisa ser com toda esta carga que vem do sistema de justiça.